

Dayanne Schetz

**UM PASSADO PRESENTE: A CONSTRUÇÃO DE  
IDENTIDADES E MEMÓRIAS NA CIDADE DE ANTÔNIO  
CARLOS (1980 – 2014)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História Cultural.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva.

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schetz, Dayanne  
UM PASSADO PRESENTE: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E  
MEMÓRIAS NA CIDADE DE ANTÔNIO CARLOS (1980 - 2014) / Dayanne  
Schetz ; orientadora, Janine Gomes da Silva -  
Florianópolis, SC, 2015.  
196 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História regional. 3. Antônio Carlos. 4.  
Historiografia Catarinense. I. Gomes da Silva, Janine. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em História. III. Título.

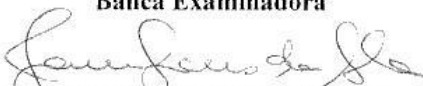
**Um passado presente: a construção de  
identidades e memórias na cidade de Antônio  
Carlos (1980-2014)**

**Dayanne Schetz**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

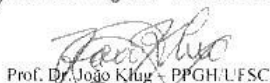
**Banca Examinadora**



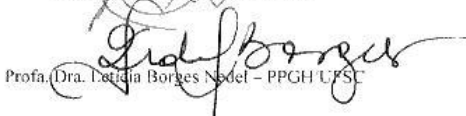
Profa. Dra. Janine Gomes da Silva (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Méri Frotscher – PPGH/UNIOESTE



Prof. Dr. João Klug – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Aline Dias da Silveira (suplente interno) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari  
Coordenadora do PPGH/UFSC  
Florianópolis, 16 de março de 2015.



A Nilson Schmitz, que nunca se  
eximiu de contar suas histórias.  
*(In memoriam).*



## AGRADECIMENTOS

Em alguns momentos dessa caminhada ouvi e li que a pesquisa e a escrita tornam-se um processo solitário. Tendo a discordar dessa afirmação. Ao longo dos sete anos que me dedico ao estudo e à pesquisa historiográfica, não me senti só. No que diz respeito aos anos dedicados ao mestrado, sinto que tive menos solidão ainda, o que me permitiu poder contar com pessoas que estavam ao meu lado para conversar sobre minha pesquisa, dividir angústias, alegrias, sorrisos e lágrimas. Todas as pessoas que se aproximaram ainda mais de mim durante esses dois anos tem toda a minha gratidão. Tenho certeza que sem a participação delas esse trabalho não seria possível.

Ainda que sejam muitas as pessoas a quem devo agradecer, algumas delas tiveram participação direta na conclusão desse ciclo. Se por ventura não citei alguém, antecipadamente peço perdão.

Não tenho dúvidas de que não teria chegado até a metade desse caminho se não tivesse tido o amor, o amparo, o apoio e carinho da minha família. Aos meus pais, agradeço por terem colocado meus sonhos a frente dos seus muitas vezes. Por todo o amor e por serem meu porto seguro. À minha irmã, minha alma gêmea, agradeço por sempre conseguir arrancar de mim sorrisos sinceros e risadas escandalosas. Obrigada por ser minha parceira nas discussões, das mais ‘bobas’ as mais ‘sérias’. Amo vocês.

À professora Janine Gomes da Silva, agradeço por suas orientações, conselhos e questionamentos, que desde 2011, como orientadora de bolsa PIBIC, vem me ajudando nesse processo. Às professoras Letícia Nedel e Méri Frotscher e ao professor João Klug, agradeço por aceitarem fazer parte da banca, suas leituras atentas a esse trabalho, seus questionamentos e contribuições já na banca de qualificação.

À Cissa e Kelly (e Laura-risquinho), com quem nos últimos meses da dissertação dividi angústias, alegrias, contas e nos unimos na luta contra a tirania do síndico: obrigada, meninas. Sem a ajuda de vocês, a minha mudança não teria sido a mesma.

Cris, Vivi e Lizi: os presentes que o mestrado me trouxe. Agradeço por compartilharem essa louca e longa jornada comigo, pelo carinho e a amizade de vocês. Gratidão por tornarem meu caminho mais leve e alegre.

Agradeço a todas as feministas que lutaram e ainda lutam para que tenhamos nossos direitos garantidos. Sem a luta cotidiana delas, minha escrita não teria sido possível. Agradeço a todos/as os/as participantes do LEGH pelos encontros, leituras e discussões sempre tão produtivos e reflexivos. Agradeço com um carinho especial as professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff e as amigas Tamy, Musa, Lídia, Gleidiane, Camila, Josiély e Eloisa pela amizade, apoio e pelos ótimos encontros do ‘LED’.

Gratidão pela amizade das pessoas que conheci na UFSC e que, mesmo com o passar do tempo, conseguem se fazer tão presentes e especiais na minha vida: Angi, Carol (ruiva), Carol (loira), Uata, Lizi, Jana, Potter, Thiago, Silvio, Cássila, Gabi, Isa: meus anos nessa Ilha não teriam tanta alegria sem vocês.

Elisa e Francine, que nas aventuras e desventuras da vida acabam sempre por perto, onde cada encontro sempre tem motivos para risos, espaço para conselhos e a certeza de que a amizade que surgiu na década passada tem se fortalecido. Obrigada por conseguirem ser o ‘ombro amigo’, mesmo no mundo virtual.

Por fim, um agradecimento especial a Antônio, por seu companheirismo, sua paciência, e carinho. Obrigada pelos debates e conversas, pela ajuda, pelo colo, pelas incursões culinárias e todos os momentos compartilhados.



Eu não, comigo era exatamente o oposto: para mim o mundo, o mapa do planeta, ia de nossa casa para baixo, o resto era espaço em branco, sem significados; os sinais do futuro, eu esperava decifrá-los lá embaixo, através daquelas ruas, daquelas luzes noturnas que não eram somente as ruas e as luzes de nossa pequena cidade apartada, mas *a* cidade, uma fresta de todas as cidades possíveis, como seu porto já era os portos de todos os continentes, e, ao me debruçar nas balaustradas de nosso jardim, tudo que me atraía e me embasbacava estava ao alcance da mão – e, no entanto, extremamente distante –, tudo era coisa implícita, como noz de casca, o futuro e o presente, e o porto – [...].

(CALVINO, 2000)



## RESUMO

O presente trabalho analisa os discursos sobre identidades e memórias na cidade de Antônio Carlos/SC, com período datado entre 1980 e 2014. A cidade, que começou a ser ocupada no ano de 1830 por imigrantes alemães/ãs, vindos/as de São Pedro de Alcântara, tem se apropriado no tempo presente de diferentes discursos sobre seu passado numa tentativa de revalorizar a cultura local, afirmando identidades e memórias ‘alemãs’ como marcos característicos de toda a população. Para a pesquisa foram elencadas fontes históricas de produções diversificadas, dentre elas Leis, livros memorialísticos e de receitas, jornais online e portais institucionais, publicidade em torno das festas e entrevistas. O estudo com essas fontes possibilitou compreender o que é dito e não-dito na cidade, onde histórias que reafirmam esse passado de imigração, juntamente com a ideia de um povo forte e trabalhador, vem sendo escritas e reescritas, dando novos significados ao ser ‘alemão’ na região local.

**Palavras-chave:** Antônio Carlos; identidades; memórias, discursos.



## ABSTRACT

The present study analyses the discourses about identities and memories in the city of Antônio Carlos/SC, in the period between 1980 and 2014. The city, which started to be occupied in 1830 by German immigrants from São Pedro de Alcântara, has appropriated itself in the current time many discourses about its past in an attempt to reevaluate the local culture, asserting 'German' identities and memories as a characteristic of all population. To this research were listed historical sources from diversified productions, among them are laws, memory books and recipes, on-line news and institutional websites, publicity about festivities and interviews. The study with these sources made possible to comprehend what is said and not-said in the city, where the stories that reaffirm this migratory past along with the idea of strong and hard-working folk, are being written and rewritten, originating new meanings to be 'German' in the local region.

**Keywords:** Antônio Carlos; identities; memories; discourses.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da cidade de Antônio Carlos e de cidades vizinhas .....	45
Figura 2 – Mapa da região de Hunsrück .....	48
Figura 3 – Mapa dos municípios que compõem a Associação Caminhos da Imigração .....	58
Figura 4 – Fotos de placas e ponto de ônibus em ‘estilo’ colonial em Antônio Carlos .....	63
Figura 5 – Fotografia da ponte em estilo ‘germânico’ no Alto Rio Farias, em Antônio Carlos .....	145
Figura 6 – <i>Osterbaum</i> antônio-carlense. A árvore com galhos secos foi ‘plantada’ na praça da cidade com a intenção de ter uma aproximação considerada como fidedigna à ‘tradição’ germânica .....	149
Figura 7 – Logotipo da FETAESC .....	160
Figura 8 – Logotipo da Festa do Colono (e do Motorista) de Antônio Carlos, anunciando a data do próximo evento .....	160
Figura 9 – No desfile da 36ª Festa do Colono, um cavalo de repolho é montado por um São Jorge com cabeça de abóbora. Sua lança, de cana de açúcar, atravessa o dragão de repolho roxo. A imagem de São Jorge remete à novela <i>Salve Jorge</i> , que passava na rede Globo .....	163
Figura 10 – Pessoas vestidas com roupas ‘típicas’ alemãs vão à frente da bandeira de São Pedro de Alcântara, que é segurada por outras pessoas também com trajes a ‘caráter’ .....	166
Figura 11 – Cada carrinho era puxado pela mãe da criança que estava vestida a caráter também. Festa da Hortaliça – Junho de 2013 .....	167





## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística

PAHEF – Pan American Health and Education Foundation

SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

SOL – Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>2. USOS DO PASSADO NO TEMPO PRESENTE: INVENÇÃO DE UMA ‘CULTURA’ ANTÔNIO-CARLENSE.....</b>	<b>39</b>
2.1. A positivação de um passado de imigração no tempo presente .....	42
2.2. Do abrasileiramento à valorização de um idioma: O <i>Hunsrückisch</i> em Antônio Carlos .....	66
<b>3. DELINEANDO A CIDADE: MEMÓRIAS E IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO .....</b>	<b>93</b>
3.1. A memória escrita: os livros memorialísticos .....	96
3.2. Biografias .....	102
3.3. As mulheres nas obras memorialísticas: uma questão de gênero .....	109
3.4. Uma cultura “tetrarracial”? Porque interessa que uma cultura represente a cidade .....	121
<b>4. EVENTOS, NOTÍCIAS E REPORTAGENS: A MÍDIA E O PODER PÚBLICO NA (RE)AFIRMAÇÃO DE MEMÓRIAS E IDENTIDADES .....</b>	<b>139</b>
4.1. A cultura é noticiada: a cidade dos verdes vales e das hortaliças na mídia .....	143
4.2. “Venha conferir!”: alimentação e festas ‘típicas’ viram notícia.....	156
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>179</b>



## INTRODUÇÃO

A cidade que está prestes a ser apresentada é “uma fresta de todas as cidades possíveis” (CALVINO, 2000, p. 18), como a cidade de San Remo, descrita por Calvino. Se pensarmos como o autor, Antônio Carlos é também uma fresta. Essa cidade com localização próxima a capital de Santa Catarina carrega um passado ao mesmo tempo tão igual e singular como qualquer outra cidade. Cotejar aquilo que se assemelha com outros locais e as singularidades dessa cidade e campo de pesquisa, é um dos objetivos do trabalho aqui apresentado.

Cultura, identidades e memórias são termos constantes neste estudo, porém meu interesse por tais questões teve início antes mesmo de iniciar o projeto de mestrado. Comecei a prestar mais atenção a esses termos ainda em 2010, ano em que a cidade de Antônio Carlos comemorou 180 anos de imigração alemã<sup>1</sup>. Os imigrantes alemães que se instalaram, a princípio, no Vale do Rio do Louro, região pertencente à Antônio Carlos, haviam chegado à Colônia de São Pedro de Alcântara em 1829 e, por condições desfavoráveis do solo e grande excedente de pessoas no local, migraram para uma região adjacente; a mesma que anos depois viria a compor parte do município de Antônio Carlos. No ano de comemoração dos cento e oitenta anos dessa imigração, mais precisamente no mês de setembro de 2010, algo antigo estava sendo repensado naquele momento e ansiava tornar diferente o cotidiano dos habitantes da cidade que dista pouco mais de trinta quilômetros da capital catarinense. Tratava-se de tornar o dialeto *Hunsrückisch* uma segunda língua oficial na cidade.

No que concerne a nomenclatura desse idioma, há de se atentar para as duas formas como vem se apresentando e denominando o local de origem dos/as imigrantes alemães/ãs e o dialeto passado de geração em geração. *Hunsrück* é traduzido, por Raulino Reitz, como “Lombas Altas” (o termo adviria de *Hoher Rücken*). É comum que na cidade se

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalho faz-se uso dos termos “Alemanha” e “alemão”. Apesar de boa parte das levas de imigrantes terem chegado ao Brasil antes da unificação da Alemanha enquanto Estado Nacional, muitas pessoas usam os termos para referir-se aos grupos e a cultura originários de territórios onde se falavam dialetos alemães. Por este motivo, durante todo o texto, a opção é manter os termos utilizados na região de Antônio Carlos para fazer referência a essas pessoas e cultura, respeitando a maneira como muitas pessoas falam de seus/suas antepassados/as e de como elas se vêem ali.

utilize a expressão *Hunsrück* para denominar tanto o local de onde imigraram os/as alemães/ãs que ocuparam a região de Antônio Carlos, quanto para referir-se ao idioma, ao menos entre a população local. Não há um consenso sobre como deve ser denominado o idioma, tendo diferentes variações, não só em Santa Catarina, mas no Paraná e no Rio Grande do Sul, sendo que nesse último o dialeto é também denominado “riograndenser hunsrückisch”<sup>2</sup>. No texto aqui apresentado as expressões *Hunsrück* e *Hunsrückisch* serão utilizadas, mas a segunda refere-se exclusivamente ao idioma, termo utilizado para referir-se ao mesmo na Lei Legislativa 132/2010, que o co-oficializou (CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, Lei Legislativa 132/2010, 2010).

Ressalta-se que antes da lei de co-oficialização do *Hunsrückisch*, o estudo da língua alemã já estava sendo realizado na cidade. No mês de junho do ano de 2010 iniciou-se o primeiro semestre das aulas de alemão em Antônio Carlos. O alemão da Alemanha, como alguns dizem. Aquele que quando a gente vai para o ‘Velho Mundo’, é o que as pessoas falam naquele lugar. O dito *Hochdeutsch*<sup>3</sup> ou, como o professor do curso denominou: o alemão oficial; alemão clássico, demarcando assim o que diferenciava o alemão que ele ensinava e aquele que seus/suas alunos/as aprenderam em casa ou ouviram falar na rua. A turma, que contava com cerca de dez estudantes, era mista em gênero e geração: homens e mulheres, de oito a sessenta anos de idade.

As aulas eram ministradas por Detlef Brall<sup>4</sup>, que morava no Brasil há pouco mais de vinte anos e fazia parte do *Centro Cultural da AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil) – Núcleo de Cultura Alemã “25 de Julho”*. O curso era oferecido em uma parceria com a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, onde os/as estudantes pagavam metade da mensalidade e a outra metade era subsidiada pelo órgão municipal. O objetivo do docente era levar os/as estudantes, em um período de quatro semestres<sup>5</sup>, “[...] ao conhecimento oral com mais

---

<sup>2</sup> Para maiores informações acerca de discussões sobre denominações dadas ao *Hunsrückisch*, conferir: ALTENHOFEN, Cléo Wilson. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart, Steiner. 1996.

<sup>3</sup> Traduzido como Alto Alemão, é o alemão ‘padrão’.

<sup>4</sup> Detlef Brall, que se dispôs a ensinar o *Hochdeutsch*, era um engenheiro vindo da Alemanha, casado com uma brasileira.

<sup>5</sup> Por motivos de problemas pessoais do professor a duração do curso foi de três semestres.

empolgação e ao ensino gramatical com mais suavidade e interesse”<sup>6</sup>, como o professor apontava na apostila elaborada por ele próprio e que foi apresentada como suporte para as aulas que eram ministradas. Segundo Detlef, já que morávamos em Antônio Carlos, uma cidade com um passado de imigração alemã, onde os descendentes falavam o *Hunsrückisch*, o dialeto da cidade<sup>7</sup>, era mais fácil para que conseguíssemos pronunciar as palavras do *Hochdeutsch*, já que estávamos familiarizados/as com um dialeto alemão. Apesar de parte daqueles/as que estavam dispostos/as a aprender o novo idioma serem teuto-brasileiros/as e serem ‘fluentes’ no dialeto da cidade, eu mesma, enquanto descendente desse grupo étnico, não sabia quase nada do *Hunsrückisch*.

Alguns questionamentos surgem em meio a essas ‘certezas’, dentre eles: o que levou o professor a pensar que todas as pessoas naquela sala de aula teriam mais facilidade em aprender o ‘alemão oficial’, acreditando que o *Hunsrückisch* era uma língua comum entre aqueles/as que ali estavam? Seria eu uma exceção, levando em consideração que, sendo descendente de alemães, sei pouquíssimas palavras nesse idioma? Após estes questionamentos podemos inferir que se o professor pensou assim, deve-se, em partes, ao tipo de propaganda da cidade e de seus habitantes que é apresentada aos turistas, e aos próprios moradores e moradoras da cidade: alimentação ‘típica’, festas ‘tradicionais’, proposta de ‘resgate’ da cultura local – especialmente a partir do idioma – são alguns exemplos de discursos construídos e difundidos na cidade e na região. Atuando juntamente com as propagandas e a ideia de resgate, a cultura é adjetivada: comidas, roupas, língua, estilos arquitetônicos... Tudo isso é entendido e apresentado como cultura ‘alemã’, não uma cultura antônio-carlense. A ligação da cultura com o passado tem intenção de fazer parecer que a cultura é estática e que não se modificou com o tempo, colocando todos/as sob uma ótica homogeneizadora.

Se para Hobsbawm as ‘tradições’ podem ser invenções, compreendidas enquanto “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente,

---

<sup>6</sup> BRALL, Detlef Werner. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. Deutsch: Frage und Antwort. Lehrbuch 1. s/d. p. 2.

<sup>7</sup> À época do comentário do professor, *Hunsrückisch* era um dialeto. Ainda não havia sido co-oficializado.

uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado" (HOBSBAWM, E. 1997, p. 9), para Woortmann, 'tradicional' e 'típico' possuem diferenças. A autora apresenta aspectos diferenciadores entre "comida típica" e "comida tradicional", que pode ser aplicado para além da alimentação e estendido para as festas e demais meios que visam apresentar uma diversificação cultural da que as pessoas (turistas, no caso) estão acostumadas a ver. Algo 'típico' seria aquilo que "[...] oculta uma perspectiva marcada pela *exotização*, portanto uma percepção de fora para dentro", enquanto 'tradicional' "[...] constitui expressão de padrões e valores tradicionais em seus próprios termos, de estruturas sociais estruturadas atualizadas pelas estruturas estruturantes" (WOORTMANN, 2007, p. 180). Ao mesmo tempo em que buscam atrair o olhar de pessoas de fora da cidade – os/as estrangeiros/as – apresentando uma culinária diferenciada, bem como desfiles e relação com uma ideia de cultura alemã, essas festas são voltadas para dentro, para a própria comunidade, que vê nas festas, também, um meio de permanecer alimentando papéis sociais e culturais, reafirmando identidades, revalorizando memórias e tentando religar-se com o passado.

Iniciar esse trabalho falando sobre o ano 2010 é importante para que se possa compreender o porquê dos discursos sobre identidades e memórias na cidade de Antônio Carlos serem pontos centrais nesta pesquisa. Assim como em outros locais onde houve presença alemã no passado, há também na cidade aqui estudada um "[...] discurso do 'espírito empreendedor e laborioso' [que] procura modelar uma imagem de harmonia e, num certo sentido, de homogeneidade [...]" (FERREIRA, 2000, p. 73). Mesmo esse discurso sendo repetido em diferentes regiões do estado de Santa Catarina, onde houve esse tipo de imigração, falar de Antônio Carlos e discutir as particularidades e similitudes dessa cidade com outras é importante, pois a mostra como cidade componente de um emaranhado de ideias que buscam dar visibilidade a cidades, especialmente catarinenses, colocando-as como únicas em suas características, quando os discursos se repetem e, às vezes, se entrelaçam.

O recorte temporal da pesquisa se dá, pelo ano em que as defesas dessas particularidades começam a ficar mais evidentes: a década de 1980. Naquele momento começava-se a ser delineado aquilo que no presente é tão carregado de significados e significações: uma ideia de cultura alemã ligada à população antônio-carlense,



principalmente aos/as colonos/as. Se antes o discurso de colono/a ligado ao desenvolvimento econômico era forte, a partir da década de 1980 os discursos não se vinculam especificamente a grupos sociais, mas a grupos étnicos. Pensando no contexto catarinense, é nessa década que o turismo começa a ser valorizado pelo viés identitário e ‘tradicional’ no estado (BITENCOURT, 2008, p. 128). Aproximando o olhar para Antônio Carlos, vê-se a agricultura na cidade se fortalecendo, sendo esta, também, carregada de significados identitários e memorialísticos; é nesse período que a Festa do Colono vai ganhando destaque na região e a Festa da Cachaça começa a ser realizada. É também o momento em que escritores antônio-carlenses começam a se debruçar sobre o passado da cidade, indo para os períodos de imigração, relatando das dificuldades e a importância da chegada dos imigrantes alemães para a região, exaltando a cultura germânica, reivindicando-a como uma cultura local. A inauguração dos escritos com esse viés se dá em 1988, com o livro *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial*, de Raulino Reitz, obra que se tornou canônica no local. A ele se sucederam outros, que também compõe a lista de objetos de estudo dessa dissertação. A (re)valorização que a cultura alemã vem tendo em Antônio Carlos se estende até os dias atuais, por meio das festas ‘tradicionais’, alimentação ‘típica’, leis, livros e propagandas. Por este motivo o recorte temporal se fecha no ano de 2014, pois ainda agora estão em andamento questões que tem relação direta com a valorização e o que chamam de ‘resgate’ da cultura alemã na cidade. Ao utilizar a palavra ‘resgate’ ao longo deste trabalho, aproprio-me do termo que tem movido interesses na cidade: resgatar o passado, que tem sido visto como algo que está se perdendo e, por isso, precisa ser salvo. Coloco a palavra em destaque durante todo o texto por não concordar com o termo, mas o ressalto pois o mesmo vem sendo defendido e utilizado em alguns meios, como leis da cidade. Com essa perspectiva, caberia a população auxiliar nesse ‘resgate’, pois ela manteria viva a cultura e memória do local.

Em Antônio Carlos, que tem a população estimada em 7.906 (sete mil novecentos e seis) habitantes (IBGE, 2013), é possível perceber como as pessoas que ali vivem são vistas como sendo todas descendentes de alemães/ãs; exemplo disso é o ‘apelo’ feito aos vereadores e vereadoras na justificativa para instituição do *Hunsrückisch* enquanto idioma co-oficial da cidade:

Sabedor da importância de recuperarmos este patrimônio imaterial de nossa cultura é que venho trazer a proposição de cooficializarmos o

Hunsrückisch como segunda língua de nossa cidade. Sabedor também da sensibilidade dos nobres vereadores e vereadoras que, direta ou indiretamente, possuem em suas veias o sangue destes falantes do Hunsrückisch é que peço o valioso apoio para aprovação deste projeto de lei [...] (CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, Lei Legislativa 132/2010, 2010).

Os discursos apresentados na cidade vêm se apropriando do patrimônio intangível e evidenciando, assim, a ideia de uma homogeneidade identitária no local. Sendo o discurso um efeito de sentido entre locutores, entende-se que “o sentido não está já fixado *a priori*, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido” (ORLANDI, 1994, p. 56), sendo este sentido diretamente ligado aos/as imigrantes alemães/ãs que Antônio Carlos recebeu e sua cultura.

Nos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 reconhece-se a inclusão de bens culturais que são referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O Patrimônio Cultural Imaterial, segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional),

[...] é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade (IPHAN, 2014).

O patrimônio intangível aqui citado foi passado de uma geração a outra mesmo tendo, ao longo do tempo, sido reduzido o seu uso pela população; e este é, ainda hoje, representante da identidade alemã na cidade, carregado de significados e memórias. Este patrimônio intangível é mutável. Sendo vivido no tempo presente, diferencia-se do seu uso no passado: enquanto antes servia como uma maneira de se comunicar com as pessoas que viviam na comunidade, hoje busca-se, a partir de leis, incentivar seu uso e marcar identidades.

Pensar o que significa ser descendente “direta ou indiretamente” dos falantes do idioma, como apresentado na justificativa para a criação da lei de co-oficialização do mesmo; que discursos vêm sendo apresentados na cidade para a população que ali habita, bem como para os/as visitantes, são também objetivos dessa pesquisa. Corriqueiramente, na cidade, as pessoas não dizem ser descendentes de alemães/ãs, mas sim alemãs. Da mesma maneira como é fácil escutar tal afirmação, é comum ouvir falas e relatos que positivam a cultura alemã de quem mora em Antônio Carlos. Páginas da internet também têm espaço para a reafirmação da cultura ‘homogênea’ da cidade, tendo aqui o exemplo do exposto na página da prefeitura municipal: “O maior legado deixado pelo imigrante alemão foi a força destemida para o trabalho nas terras de Antônio Carlos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2014).

Ao falar de Blumenau no século XIX, Cristina Ferreira aponta que:

O orgulho teuto-brasileiro não girava apenas em torno da questão do “trabalho”, os aspectos culturais, fortemente marcados pela etnicidade eram o eixo central deste orgulho. Inclusive sua valorização pelo viés étnico era constante, especialmente após a fase inicial da Colônia Blumenau, já no final do século XIX (FERREIRA, *Op. Cit.*, p. 81).

Algumas questões que eram visíveis na Blumenau do século XIX, ainda são visíveis em tantas outras cidades no tempo presente. A cidade que é o espaço de pesquisa desse trabalho não se distancia dessa questão. Tendo a presença de descendentes de alemães/ãs na cidade, Antônio Carlos tem o seu “legado” deixado pelos/as seus/suas antepassados/as, que é a força para o trabalho. Somado a isso, não deixa de lado alguns aspectos culturais, como a alimentação típica e o idioma (*Hunsrückisch*), mesmo este último não sendo falado pela maioria da população.

Esse “legado” do qual se fala faz parte dos discursos sobre identidades e memórias, que podem ser vistos em livros produzidos sobre a cidade, especialmente a partir da década de 1980, onde a história da cultura alemã começa a ganhar destaque e a ser positivada. Os discursos são encontrados nas festas ‘típicas’: Festa do Colono, que acontece desde 1978; Festa da Hortaliça, realizada desde 1990; Festa da

Cachaça, que é realizada no mês de agosto, desde 1988; e *Stammtisch*<sup>8</sup>, a mais recente, que vem acontecendo desde 2008 na semana de comemoração da emancipação política da cidade, no mês de novembro. As festas aqui elencadas são as que aparecem como ‘típicas’ no site da prefeitura municipal de Antônio Carlos e as que se destinam a um público maior do que a população local. Os discursos sobre identidades e memórias são percebidos, ainda, nas reportagens sobre a cidade, inclusive naquelas que falam sobre a produção de hortifrutigranjeiros em Antônio Carlos, apresentando-o, muitas vezes, como o maior produtor do gênero na região da Grande Florianópolis, ou do Estado (dado este apresentado pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos). Tais discursos não estão ligados apenas a questões étnicas e culturais, mas também a um discurso de trabalhadores/as que não se eximiriam de cumprir com sua tarefa: de produzir alimentos para toda a região. O “legado” dos/as antepassados/as alemães/ãs pode ser visto também nas placas indicativas dos nomes das ruas em estilo colonial, nas lixeiras e nas paradas de ônibus. Os discursos apresentados na cidade não se anulam: somam-se e dão a ideia de que há uma homogeneidade populacional.

Segundo Orlandi, não há discurso que não se relacione com outros discursos, portanto, os sentidos resultam de relações: “um discurso aponta para outros que o sustentam [...]. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. [...] Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 1999, p. 39). Assim sendo, os discursos sobre identidades e memórias em Antônio Carlos tem relação com discursos comumente apresentados em outros locais que buscam reafirmar uma ou mais culturas. O discurso que afirma a cultura alemã na cidade não acontece apenas aqui. Em outras cidades em que se intenta fazer um elo de ligação com o passado de imigração e suas personagens, há uma similitude nos discursos: não se apontam, na maioria dos casos, aquilo que é igual nessas cidades. Mesmo aquelas que receberam imigrantes pertencentes não apenas ao mesmo grupo étnico, mas também regional, tentam se mostrar diferentes. É o caso de São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos, por exemplo. Sendo o primeiro o município considerado o berço da imigração alemã no estado de Santa Catarina, o

---

<sup>8</sup> Esta festa especificamente não acontece apenas em Antônio Carlos, sendo comum em outras cidades como Blumenau e São Pedro de Alcântara. As datas em que as festas acontecem variam de um local para o outro.

segundo orgulha-se de ser o primeiro município catarinense a co-oficializar uma língua de imigrantes. Esses ‘diferenciais’ são o que correntemente aparecem nos discursos que se assemelham, pois há intenção de que as cidades tenham algum atrativo especial que chame a atenção para elas. As cidades se espelham e os discursos se repetem.

Ainda segundo Orlandi, “o discurso é definido como processo social cuja especificidade está em que sua materialidade é lingüística. Há, pois, construção conjunta entre o social e o lingüístico” (1994, p. 56). Entretanto, não apenas aquilo que é dito será aqui entendido como discurso, mas também produções materiais sobre esse ‘ser alemão’: roupas das festas, os desfiles de máquinas agrícolas, a alimentação ‘típica’, o modo como os/as próprios/as antônio-carlenses falam e escrevem de si e da cidade. Os discursos aqui analisados podem ser tocados, saboreados, ouvidos e visualizados. Sendo o discurso um efeito de sentido entre locutores (Ibidem, p. 53), a análise que será feita é como esses discursos vêm ganhando sentido entre as pessoas que os transmitem e aquelas que os escutam. Para tanto, utilizo-me do sentido metafórico do verbo “ler” dado por Chartier: ler está além da compreensão e interpretação de palavras. Ler está ligado, também, a compreender memórias, ações, sentimentos. Ler pode ter, portanto, o sentido de compreender os “[...] processos que organizam, segundo lógicas muito diferentes, a compreensão imediata do mundo ou das experiências da existência” (CHARTIER, 2014, p. 19). Por isso, a análise feita não se atenta somente ao que é dito, mas aquilo que é apresentado e representado sem falas. Outras linguagens são ‘lidas’ e ‘ouvidas’.

Para poder compreender de que forma tem se dado a construção dos discursos, também fazem parte do corpo documental deste trabalho entrevistas com moradores e moradoras da cidade, realizadas entre os anos de 2010 e 2013<sup>9</sup>. As entrevistas fazem parte de acervo já utilizado em meu trabalho de conclusão de curso, e vem sendo revisitadas com o intuito de observar questões que não foram aprofundadas no trabalho anterior, como por exemplo, o posicionamento dos/as entrevistados/as diante de sua cultura e dos/as demais; e a questão do idioma nacional e do *Hunsrückisch*, tanto no período de Nacionalização, quanto nos dias atuais. Este acervo documental é composto por sete entrevistas, sendo duas delas com o mesmo entrevistado, em momentos diferentes. A

---

<sup>9</sup> As entrevistas realizadas fazem parte de meu acervo particular que, após a finalização do trabalho, será entregue para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Antônio Carlos.

escolha das pessoas entrevistadas se deu por serem pessoas que, de alguma maneira, vivenciaram os efeitos das Políticas Nacionalizadoras e por terem conhecimento do *Hunsrückisch*. Apenas uma entrevista foi realizada em 2013, e esta tinha como objetivos principais compreender questões relacionadas ao *Hunsrückisch*, desde a elaboração do projeto de lei que o co-oficializou, até os rumos que estavam sendo tomados até o momento de realização da entrevista. Para as demais entrevistas que realizei o roteiro elaborado continha questões diferentes. Por terem sido realizadas durante o trabalho de conclusão de curso, o roteiro visava compreender as questões relacionadas às Políticas de Nacionalização. Contudo, é possível fazer uma análise sobre identidades e memórias a partir dessas entrevistas e, por isso, elas também são objeto de estudo nessa pesquisa.

Utilizar fontes orais aqui permite “revelar a diversidade de relações entre os seres humanos, seus medos, expectativas, lutas, esperanças, solidariedades” (FÁVERI, 2001, p. 67). Utilizar-se da memória permite que se possa articular,

[...] lo individual y lo social, puesto que remiten a lo que la sociedad ha plasmado en el pasado en una persona, cómo y qué le ha enseñado, cómo la ha condicionado o qué le ha posibilitado recordar, cómo significa el presente a partir de lo vivido (DI LISCIA, 2007, s/p.).

Como aponta Di Liscia, recordações, silenciamentos, esquecimentos e identidades são conceitos que se entrelaçam para explicar a memória, e há recordações que vem à tona não por terem sido vividas, mas pelas narrativas de outras pessoas, sendo elas familiares, ou pessoas que fazem parte dos mesmos grupos sociais. A memória coletiva, portanto, faz parte da memória individual das pessoas. Michael Pollak chama de “memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 2) essa memória que não foi vivida pelo sujeito, mas que o mesmo a conhece por meio de outras narrativas. Ainda que não tendo sido vivenciada, essa memória é repassada adiante, fazendo parte da subjetividade de quem a ‘cultiva’ e dá sentidos a mesma. As memórias utilizadas nesse trabalho são carregadas de sentidos e significados. Em alguns momentos dos relatos, chega-se a um tempo que as pessoas que narram não vivenciaram: uma memória compartilhada por outras

pessoas se juntou a memória destas e passou a fazer parte de seu arsenal memorialístico. Outras memórias estão ligadas a infância ou juventude dos/as entrevistados/as. Resquícios desse tempo chegam ao presente com tons de nostalgia, com mágoas ou com sorrisos. Compreender as nuances das memórias dessas pessoas possibilita compreender a forma como esse passado ainda as afeta.

Dentre as memórias analisadas aqui, sendo elas produto de entrevistas ou escritos, este trabalho buscou compreender as memórias femininas, além das masculinas, atentando para a forma como essas memórias são narradas e também silenciadas. Memórias femininas muitas vezes são vistas como meio de menor contribuição para a história. Isso por que tem sua vida constantemente associada ao espaço privado, enquanto os homens ocupariam apenas o espaço público, como se ambos não acabassem circulando pelos mesmos lugares. Os silenciamentos femininos e a visão de sua menor contribuição para o processo histórico invisibiliza a atuação das mulheres nos diferentes espaços. Para este trabalho, a escolha de pessoas mais velhas para realizar as entrevistas, bem como a utilização dos livros como fontes (todos escritos por homens) apontam as distinções que se buscam fazer entre homens e mulheres nas maneiras de lembrar e narrar de cada um e a importância que os diferentes gêneros tiveram e tem para a cidade.

Como mencionado, também faz parte das fontes analisadas, livros memorialísticos e um livro de receitas <sup>10</sup>. Todos foram escritos

---

<sup>10</sup> Os livros elencados para a análise foram escolhidos por serem aqueles que apresentam as questões relacionadas a memória e a identidade da cidade, abordando a história geral do município, mas tendo como enfoque principal a cultura alemã.: KREMER, Rogério. *Antônio Carlos: 175 anos de história: 1830 – 2005*. Biguaçu: Litográfica, 2007.; KREMER, Rogério. *Entrando nas escolas de Antônio Carlos: 1830-2009*. Antônio Carlos: Edição do Autor, 2010.; KREMER, Rogério. *Reconstituição do tempo e da história de Antônio Carlos*. Antônio Carlos: Edição do Autor, 2011; KREMER, Rogério. *A importância do Negro no Cenário de Antônio Carlos*. Florianópolis: Edição do autor, 2013.; MEURER, Wendelino. *Antônio Carlos: sua terra e sua gente*. Antônio Carlos: Edição do Autor, 2008.; PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. *Delícias da Melhor Idade: Livro de receitas*. Antônio Carlos, Outubro de 2012.; REITZ, Raulino. *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial*. Florianópolis: Ed. Lunardelli/ Ed. da UFSC, 1988.; REITZ, Raulino. *Santa Bárbara: Primeiro Núcleo da Colonização Alemã em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. ZIMMERMANN, Leonídio.

entre os anos de 1988 e 2013 e foram escolhidos por serem aqueles que têm como temática as ‘tradições’ da cultura alemã, evidenciando as identidades e memórias da cidade. As reportagens sobre a cidade (audiovisuais e escritas) que constituem fontes selecionadas para este trabalho fazem parte do acervo dos jornais *Diário Catarinense* e *Notícias do Dia*. Todas as reportagens estão disponíveis em suas respectivas páginas da internet. No que concerne as reportagens em vídeo feitas sobre Antônio Carlos, são elencadas como fontes as produzidas pelos jornais do grupo RBS TV. Também o site da prefeitura municipal de Antônio Carlos será entendido como um meio de difusão de notícias sobre a cidade, portanto, analisado como fonte histórica. Sobre as análises aqui feitas, estas terão foco nos discursos veiculados por esses meios, e não sua materialidade própria.

A legislação da cidade também é trazida à luz nesse trabalho, atentando-se para aquelas que reafirmam a cultura tida como homogênea em Antônio Carlos. A legislação antônio-carlense encontra-se disponível para consulta na página da Câmara Municipal de Antônio Carlos. Para a análise das festas ‘típicas’, será feito o uso de fotografias registradas durante trabalho de campo e, também, das fotografias disponíveis nas páginas dos eventos, bem como notícias sobre as festas.

Grande parte do acervo documental analisado está disponível em páginas da internet. Ainda que facilitando as buscas por fontes e sendo um espaço rico para poder trabalhar com os mais diferentes tipos de documentos, este ainda é um local que vem sendo pouco deslindado no fazer historiográfico. Sobre os problemas em não se analisar fontes digitais, Almeida afirma que:

Para os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores (2011, p. 12).



No trabalho realizado, não apenas as reportagens sobre a cidade se encontram disponíveis em sites, mas também toda a Legislação. Ao mesmo tempo em que se correm riscos ao utilizar esse meio, como as páginas serem retiradas do ar, ter a possibilidade de fazer as pesquisas online facilita o trabalho e permite que novas fontes sejam analisadas e novas relações sejam criadas. Assim como Almeida, acredito que a “História Digital” não requer uma revolução metodológica. Ela precisa “[...] de uma metodologia particular, porém fundamentada nos princípios básicos já consagrados da pesquisa historiográfica, apenas adaptados ao formato digital” (Ibidem, p. 25).

Todas as questões aqui apresentadas serão analisadas e discutidas em três capítulos, que serão brevemente expostos, a título de introdução.

No primeiro capítulo, *Usos do passado no tempo presente: Invenção de uma ‘cultura’ antônio-carlense*, têm-se como proposta central abordar as questões relacionadas à imigração alemã para Alto Biguaçu, bem como a chegada de outros grupos étnicos à região. A discussão sobre as questões de abasileiramento e das Políticas de Nacionalização também será feita nesse capítulo. Dessa maneira será possível atentar para as diferentes fases de (re)valorização da cultura alemã, especialmente em Santa Catarina, tendo em vista que os silenciamentos devido a Política de Nacionalização do Estado Novo colaboraram para os esquecimentos do idioma *Hunsrückisch*, mas não foram sua única causa. Isso leva a análise da posterior valorização desse idioma, em 2010. Perceber quais as motivações e estratégias para a sua co-oficialização e o que tem sido feito para que a Lei Legislativa 132/2010 seja posta em prática efetivamente, também são objetivos dessa pesquisa, tendo em vista que os efeitos de sua co-oficialização começam a ser percebidos aos poucos na cidade como, por exemplo, a formação de recenseadores para fazer o censo e diagnóstico linguístico, que ocorreu nos meses de junho e julho de 2014. São questões que ainda estão em andamento e serão tratadas ao longo da pesquisa realizada.

A perspectiva de gênero perpassará este trabalho, por compreender que ela faz parte das relações de poder. O gênero é aqui entendido como um “meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 16); sendo também constituidor de memórias e identidades. Entretanto, é no segundo capítulo, intitulado *Delineando a cidade: Memórias e Identidades em construção*, que ele estará mais presente, onde a discussão que será mais aprofundada diz respeito às

memórias escritas da cidade. Os autores (todos homens, com exceção do livro de receitas, onde as mulheres idosas é que ganham visibilidade) apresentam sua perspectiva sobre a história da cidade e dos/as antônio-carlenses. Este será o momento em que a análise de suas obras será feita, atentando para o modo como abordam a história da imigração, nacionalização (quando falam dela), as questões do cotidiano, a alimentação na cidade, as festas, e também a participação e presença das mulheres em suas obras.

Com relação ao livro de receitas *Delícias da melhor idade* (2012), a atenção será dada a como esse livro coloca nas mãos das senhoras antônio-carlenses a responsabilidade de passar para as demais gerações as receitas consideradas ‘típicas’, bem como este pode ser um livro de memórias. Na obra citada, elas não são propriamente autoras, tendo em vista que se trata de um livro de receitas, mas a elas é dado espaço para que repassem suas receitas e posem para serem fotografadas junto de seus pratos.

As festas ‘tradicionais’ e a alimentação ‘típica’ não são discursos exclusivos de Antônio Carlos, mas, assim como para outras cidades que possuem um passado de imigração e o festejam na atualidade, elas são carregadas de sentidos. Por isso essas questões serão evidenciadas nesse capítulo, buscando perceber de que forma esses dois atrativos são apresentados às pessoas que visitam a cidade nos dias festivos e o que os desfiles de máquinas agrícolas representam em meio a essas festividades, entendendo os papéis de gênero e de geração que são importantes para a realização de tais eventos.

No terceiro e último capítulo, *Eventos, notícias e reportagens: A mídia e o poder público na (re)afirmação de memórias e identidades*, será analisado o modo como as reportagens e notícias a respeito da cidade tem a apresentado à população local e aos/as turistas como um lugar tranquilo, habitado por uma população ordeira e que está em busca do progresso, sendo possível perceber, em meio a esses discursos, as ideias em torno do chamado ‘espírito alemão’. Reportagens para telejornais feitas sobre a cidade, vídeos institucionais, matérias nos jornais *Diário Catarinense* e *Notícias do Dia*, notícias no site oficial da prefeitura municipal da cidade serão as fontes analisadas. O olhar também estará voltado para as reportagens que abordem o cotidiano tido como ‘típico’ de quem vivencia a cultura alemã e para aquelas que buscam evidenciar a ‘tradição’ germânica na cidade, por meio das festas ou da alimentação.

Pensar essas questões permite que sejam vislumbrados os meios utilizados para a ativação da memória e de como essa passa a ter novos significados. Em Blumenau, por exemplo, na comemoração do centenário de imigração, que aconteceu em 1950, um livro comemorativo foi escrito. A obra permitiu, pois, que se percebessem as ressignificações do passado, os silenciamentos feitos em relação a alguns fatos da história recente da cidade naquele período (a Campanha Nacionalizadora do Governo Vargas é um exemplo). Memória e esquecimento, naquele momento, faziam parte da comemoração (FROTSCHER, 2007, p. 205). Isso aconteceu também em outras cidades, como Joinville. Em *Tempo de lembrar, tempo de esquecer...* (2008), Janine Gomes da Silva mostra como o passado de imigração da cidade foi sendo (re)valorizado e (re)significado na comemoração de seu centenário (1951), um tempo a ser lembrado e celebrado, enquanto a Nacionalização, tão recente naquele momento da história, foi marcado como um tempo de esquecer, já que foi, para as pessoas de origem alemã, um momento de desvalorização de sua cultura e proibição de manifestações da mesma.

Em Antônio Carlos o bicentenário da imigração alemã ainda não ocorreu, entretanto, há comemorações e reafirmações sendo feitas: a força do colono alemão (o termo é utilizado no gênero masculino na cidade, sendo a força do trabalho feminino pouco visada, estando normalmente condensada ao termo no masculino), que leva a cidade ao progresso; a fé em Deus, que faz desse um povo trabalhador e ordeiro; a boa receptividade aos/as turistas. E, juntamente com essas comemorações, feitas pela imprensa da região, escritores e poder público, silenciamentos são feitos em relação a outras culturas e etnias na cidade fazendo parecer que a cultura do local é homogênea. A memória, aqui, torna-se instrumento e objeto do poder (LE GOFF, 1996, p. 476), sendo seletiva e diluidora de heterogeneidades (FROTSCHER, 2000, p. 189). Essa memória acaba se cristalizando em lugares, como aponta Nora. Segundo o autor,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Nora utiliza a expressão em contexto específico, porém, por entender que lugares de memórias não são naturais ou espontâneos, estendendo seu uso para a cidade de Antônio Carlos. Cristalizar a memória em lugares possibilita uma tentativa de reafirmar identidades, tentando apresentá-las como imutáveis no tempo e no espaço, apresentando-as como homogeneizadoras de determinada sociedade. No caso de cidades que receberam imigrantes, a ideia de um passado comum entre a população local pode unificar as memórias vinculadas a esse tempo pretérito. Desta forma, as identidades formadas na cidade de Antônio Carlos, de um povo forte, trabalhador, cristão, acolhedor, agricultor e alemão, não se descolam das memórias. As identidades se tornam possíveis quando ancoradas por essas memórias, sendo elas expressadas nas festas anuais, no museu da cidade ou nos livros memorialísticos.

Os relatos, as histórias e as memórias que serão apresentados, contextualizados e analisados a partir de agora, fazem parte do cotidiano da população antônio-carlense, portanto, do meu também. Enquanto moradora da cidade, tive a oportunidade de vivenciar a cultura local nas suas mais variadas formas; enquanto historiadora, me aproximo dessas questões cotidianas e ‘corriqueiras’, que vão desde saber o que é o ‘recheio alemão’, até analisar uma lei sobre construções de casas com técnica enxaimel<sup>11</sup>. Mais do que simplesmente saborear um prato e

---

<sup>11</sup> Segundo o site *Casas Enxaimel*, “O Enxaimel é uma antiga técnica construtiva, na qual uma estrutura de madeiras encaixadas tem seus vãos preenchidos com tijolos ou taipa. A origem desta técnica é ainda muito discutida, chegam a afirmar da Itália, outros da Turquia e há milhares de anos. Também pelo fato de existir em várias regiões da Europa (até na Inglaterra) afirmam que não é possível determinar sua exata origem. O que é mais aceito entre os especialistas e construtores e que hoje está devidamente comprovado, é que o enxaimel assim como o conhecemos tem origem na região da atual Alemanha durante a idade média. É considerado a partir do momento que as casas deixaram de usar estacas enterradas no solo e passaram a usar fundamento de pedra ou alvenaria. Esta inclusive, foi influenciada pela ocupação romana na antiga Germania. A partir deste momento, as casas passaram a durar gerações e evoluir tecnicamente incluindo vários elementos estruturais e culturais. O fato é que na Alemanha está o maior número destas casas, cerca de 2 milhões de exemplares, possui as mais antigas com até 800 anos e vários países onde o Enxaimel está presente eram países que foram em algum período de sua história ocupados por povos germânicos. Também é na Alemanha que a técnica foi mais desenvolvida. Normas foram documentadas, profissionais formados, ferramentas específicas desenvolvidas e inclusive as casas são construídas ainda nos dias de hoje” (CASAS ENXAIMEL, 2014).

admirar uma construção, questiono estas coisas que são apresentadas a mim, a população e aos/as visitantes. Devo ser, então, uma estrangeira em minha própria cidade; olhar com estranhamento a cultura ‘alemã’ de Antônio Carlos. Maria Bernadete Ramos Flores estende essa visão a outros códigos culturais, ao falar da Farra do Boi, ‘tradição’ da cultura açoriana, conclui que:

[...] O olhar do viajante fura o horizonte da proximidade, e transpõe os limites de seu mundo para fixar a atenção mais além, no que não se deixa ver mas apenas adivinhar ou entrever. É sempre pelos vãos do próprio mundo que ele penetra, na medida em que surgem brechas na sua evidência, abrindo passagens na paisagem e contornando desníveis e vazios (FLORES, 1997, p. 40)

Certeau utiliza-se de uma metáfora ao falar sobre Ícaro e esta pode ser transplantada para cá. Ter olhar do viajante é fazer o que Ícaro fez: ignorou os conselhos de Dédalo, ficou à distância das coisas que observava enquanto voava. A elevação em que se encontrava permitiu que ele pudesse mudar a visão que tinha do “[...] mundo que enfeitiçava e pelo qual estava ‘possuído’” (CERTEAU, 1994, p. 170). Ter o olhar de Ícaro é se distanciar da cidade para poder percebê-la enquanto um lugar de transformações, de apropriações e intervenções, que não são neutras. O olhar deve estar, portanto, atento para essas questões que se apresentam no espaço estudado. Deve-se olhar a cidade com certa estranheza e desconfiança, contextualizando-a e compreendendo quais agentes fazem parte desse espaço, bem como suas intencionalidades.

O passado presente de Antônio Carlos ganha espaço nesta dissertação para ser narrado e problematizado no tempo presente, buscando-se uma compreensão de um passado que não é tão distante e que faz parte de vivências minhas e de tantos outros sujeitos. Se para Reinhart Koselleck a cultura modernista seria energizada por “futuros presentes”, Andreas Huyssen percebe que a partir dos anos 1980 “o foco parece ter se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes [...]” (HUYSSSEN, 2000, p. 9). Assim como Huyssen, concordo que há uma emergência da memória enquanto preocupação cultural na sociedade ocidental, tendo assim, tentativas de retorno ao passado a partir da revalorização deste, tentando ‘resgatá-lo’ de um tempo remoto e vivenciando-o na contemporaneidade.

Henry Rousso, ao falar sobre a História do Tempo Presente, afirma ser ridículo abandonarmos análises sobre a atualidade, deixando-as para jornalistas e cientistas políticos, pois,

Nós fazemos uma história inacabada. Nós fazemos uma história do inacabado. Nós assumimos o fato de que as análises que vamos produzir sobre o tempo contemporâneo, provavelmente, terão certa duração e que os acontecimentos vindouros podem mudá-las (ROUSSO, 2009, p. 205 – 206).

Mesmo que não fosse uma História do Tempo Presente, minhas questões partem do agora, por coisas que vivenciei e ainda vivencio. Por isso, problematizar as questões relacionadas à imigração e Políticas de Nacionalização se faz necessário para que, então, seja possível perceber os discursos construídos ao longo das últimas três décadas no lugar denominado por alguns como sendo a cidade “das águas, dos Verdes Vales e das hortaliças” (SILVA, s/d).

## 2. USOS DO PASSADO NO TEMPO PRESENTE: INVENÇÃO DE UMA ‘CULTURA’ ANTÔNIO-CARLENSE

*Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado [...] (CALVINO, 1990, p. 14)*

No livro de Italo Calvino, Marco Polo narra para Kublai Khan sobre as cidades que visitou. Assim como este viajante-narrador, tentarei descrever a cidade de Antônio Carlos, mas não descreverei a cidade falando apenas de seus “verdes vales”, de sua arquitetura atual e dos casarios antigos, dos cemitérios, igrejas e memoriais; pois entendo que a apreciação sensorial da cidade não pode ser reduzida a arquitetura, já que é a partir da interação daqueles/as que habitam a cidade, ou a visitam, que ela passa a ser portadora de múltiplos sentidos (CORBIN, 1998, p. 107). A apreciação sensorial da cidade ultrapassa a materialidade. Deve-se observar tudo aquilo que a constitui, não apenas no meio físico, mas subjetivo também: a própria população local e suas subjetividades e intencionalidades ao manter edificados certos monumentos; ao continuar fazendo a manutenção de certos costumes comuns a pelo menos parte da população. São questões que constituem, também, a formação da cidade e o/a pesquisador/a deve estar atento/a para aquilo que não é óbvio no local.

A construção de um espaço ‘moderno’ e ‘tradicional’ em Antônio Carlos vem acontecendo, além de outras maneiras, por meio de publicações de livros que tem a cidade como tema principal, onde cultura, fé e ‘tradição’ aparecem como elementos importantes na (re)significação da cidade e de sua população. Os sujeitos e discursos analisados dizem respeito à maneira como os/as descendentes de alemães/ãs vêm construindo sua imagem fazendo usos de discursos que visam positivar sua cultura. Assim como as identidades e memórias são plurais, a cultura também é plural. Não penso em uma cultura una, indivisa e coesa. Stuart Hall, ao falar de cultura nacional, afirma que esta constrói identidades e, ao se voltar para o passado, recuando para

aquele "tempo perdido", quando a nação era "grande", tenta-se fazer uma restauração de identidades passadas. Este seria então:

[...] o elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Mas freqüentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as "pessoas" para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os "outros" que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para a frente (HALL, 2011, p. 57).

Da mesma forma, percebo a questão da cultura de imigrantes: a diferença está na escala. Enquanto uma fala de identidade nacional a outra fala de identidade local. Esse retorno ao passado busca apresentar uma cultura única na cidade. Por este motivo, o subtítulo deste capítulo apresenta o termo no singular, e não no plural, pois é assim que a palavra é apresentada na cidade: como algo singular, vivenciada direta ou indiretamente por todos/as os/as habitantes de Antônio Carlos. Na cidade também se percebe essa relação com 'os outros', de como são vistos como estranhos. A vida em comunidade faz com que as pessoas se sintam confortáveis no grupo ao qual pertencem. Segundo Bauman, a palavra comunidade é uma palavra carregada de significados e sensações. A sensação que comunidade sugere é de algo bom: "[...] o que quer que 'comunidade' signifique, é bom 'ter uma comunidade', 'estar numa comunidade'" (BAUMAN, 2003, p. 7). Comunidade é algo que parece confortar quem faz parte dela. Por isso, quando alguém 'de fora' chega ao grupo há estranhamento, busca-se preservar as identidades já mantidas naquele espaço, e 'os outros' são vistos quase como estrangeiros, pois ameaçam aquela 'coisa' boa que as pessoas do local têm: a comunidade, onde todos/as que fazem parte dela se conhecem, ou, pelo menos, tem ideais e/ou valores em comum.

Em uma pesquisa realizada em 2009 por Mara Lago e outros/as pesquisadores/as em Antônio Carlos, onde foram entrevistadas mulheres e homens da cidade, a ideia é que, com pessoas que vêm de outros municípios para morar na região, as coisas fiquem piores, como aponta um entrevistado:

Tem pessoas boas, mas nem todas. E a gente não sabe né, porque a gente não conhece. Agora já é bom, mas de agora em diante a tendência é ser



pior. Não vem mais porque o terreno aqui é caro, então até por isso é bom. Porque não é qualquer um que consegue comprar e construir. Se fosse baratinho, qualquer coisa vinha pra cá. Assim, se é mais caro, o pessoal, assim, que vem pra cá, é mais da alta né. São pessoas melhores do que se fosse da favela também, né. Senão tava bem mais lotado isso aí. (Homem, 32 anos)<sup>12</sup> (LAGO; SOUZA; KASZUBOWSKIE, 2009, p. 360).

O entrevistado diz que as coisas tendem a piorar com as pessoas que vêm de fora, sem dizer explicitamente o que iria piorar. E esse/a que vem de fora não é qualquer um/a: é ‘o outro’, sendo visto como uma ameaça para manter padrões culturais e sociais do local. Entretanto, ao se analisar atentamente a fala dele e tendo conhecimento mais próximo de como as pessoas que vêm de outras regiões são vistas na cidade, compreende-se ao que ele se refere: a violência e a ideia de que a mesma se dá estando vinculada a pobreza, tendo a favela como seu principal aspecto. A questão social é visível, nesse caso, já que “o pessoal [...] da alta” não causaria tantos problemas. Há mais do que uma tentativa de proteger identidades: há tentativa de proteger a vida em comunidade, e todo o conforto que esta proporciona, tentando selecionar quem pode e quem não pode ter acesso a ela.

Compreende-se, assim, que as representações sobre as cidades e as identidades étnicas não devem ser pensadas como algo natural, pois são construídas e reforçadas por meio das relações de poder, forjadas por agentes sociais. Os discursos de evocação do passado são, portanto, estratégias de reconstrução da cidade (FROTSCHER, 2000, p. 187 – 189); por isso, buscar-se-á, por meio da pesquisa, compreender os espaços que a cidade vem criando, construindo e (re)significando como ‘tradicional’. A cidade de Antônio Carlos, localizada na região da Grande Florianópolis, atualmente é (re)conhecida por ser uma das maiores produtoras de hortifrutigranjeiros do Estado de Santa Catarina. Fazendo parte do Cinturão Verde da Grande Florianópolis este discurso está diretamente ligado ao próprio crescimento desta região, especialmente a partir da década de 1970 e que vem permitindo o escoamento da produção de hortifrutigranjeiros da cidade e levando Antônio Carlos a ser conhecida para além de um cenário local. Tal

---

<sup>12</sup> Nenhuma das pessoas entrevistadas tem seu nome divulgado, sendo apresentados seu gênero e idade.

discurso ajuda a fortalecer as festas ‘típicas’ que acontecem na cidade. A cidade da Festa da Cachaça, Festa da Hortaliça e Festa do Colono, acaba atraindo visitantes e moradores/as que conferem de perto a apresentação que se faz sobre o ideal de colono-imigrante-agricultor e de como a família é importante em todo o processo do trabalho no campo.

Fazer parte do Cinturão Verde da Grande Florianópolis e ser local onde são realizadas festas ‘típicas’ que valorizam a cultura ‘alemã’ são aspectos vistos como sendo também constituintes da identidade e do imaginário da população antônio-carlense e das pessoas que visitam o lugar: os/as colonos/as que produzem os alimentos que são consumidos na ‘cidade grande’ são os/as mesmos/as que organizam as festas ‘típicas’ da cidade.

A discussão que aqui se segue não trará apenas as questões do presente, tendo em vista que passado e presente se misturam na cidade: permanências não apenas das questões identitárias, mas também de aspectos econômicos que ainda são fortes em Antônio Carlos, como a produção agrícola e de aguardente, que são transmitidos de geração a geração.

É o momento de debruçar-se sobre o passado; compreender que pessoas chegaram à região no século XIX e que fazem com que a cultura da população de Antônio Carlos seja (re)conhecida nos arredores da cidade.

## 2.1. A POSITIVAÇÃO DE UM PASSADO DE IMIGRAÇÃO NO TEMPO PRESENTE

Já se vão quase duzentos anos desde a chegada dos/as primeiros/as imigrantes alemães/ãs ao sul do país. No Rio Grande do Sul, na antiga colônia de São Leopoldo, o bicentenário se dará em 2024. Em São Pedro de Alcântara, em 2029; e em Antônio Carlos, em 2030. Ainda que as duas primeiras tenham sido colônias, Antônio Carlos não foi. No *Dicionário de Conceitos Históricos*, elaborado por Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, colonização é entendida para além de um conceito: é considerada uma categoria histórica, pois refere-se a diferentes sociedades e momentos diferentes. O verbo colonizar estaria ligado a ideia de cultivar e ocupar uma nova área, instalando ali uma cultura que já existia em outro local (SILVA; SILVA, 2009, p. 67). Ressalta-se ainda que o conceito de colonização teria “[...] caráter de ocupação e cultivo de novos territórios como de domínio, exploração e instalação cultural, pois a cultura do colonizador é transposta para o

novo território” (Ibidem, p. 69). Leva-se em conta, na definição feita que, muitas vezes o território que está sendo colonizado já é ocupado e seus/suas habitantes possuem cultura e estruturas sociais que lhes são próprias, sendo que o contato entre colonizadores/as e colonizados/as pode gerar o aparecimento de novas sociedades, não esquecendo dos conflitos que podem estar presentes nesses processos (Idem). Já Walter Piazza, no livro *A colonização de Santa Catarina*, diferencia os conceitos de colonização e povoamento. Para o historiador, colonização refere-se a:

[...] programas ou projetos de subdivisão de grandes propriedades por organizações públicas e particulares visando a colocar famílias de agricultores em lotes assim criados e a desenvolver atividades de ajuda, assistência e supervisão, a fim de implantar nessas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais (PIAZZA, 1994, p. 11 – 12).

Povoamento teria o mesmo sentido, porém, seria mais amplo, pois este incluiria:

[...] programas independentes ou espontâneos pelos quais o pequeno agricultor adquire o domínio da terra, aumenta a densidade da população, fazendo ao mesmo tempo que inúmeras glebas improdutivas ou pouco usadas [...] se tornem sede de numerosas comunidades e povoados solidamente constituídos (Idem).

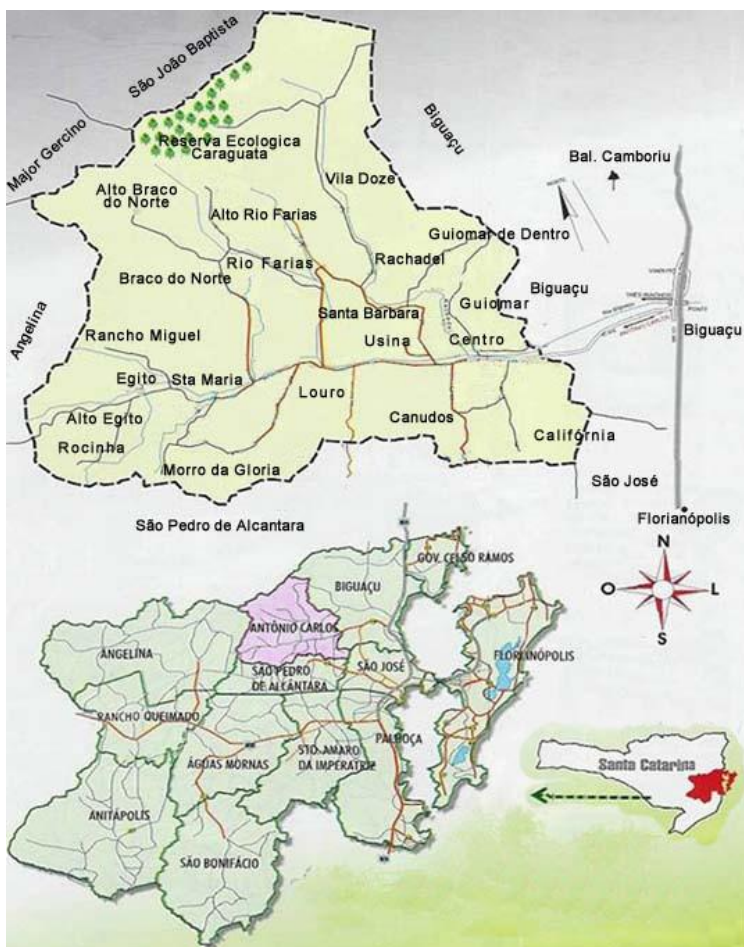
Com relação à Antônio Carlos o que está mais próximo do que aconteceu ali foi um povoamento, ou criação de uma comunidade. Ademais, Antônio Carlos foi região que recebeu imigrantes alemães e descendentes a partir de 1830, não sendo tratado como uma colônia em documentos oficiais da época.

A região de Antônio Carlos, conhecida na época como Alto Biguaçu, teria recebido, em 6 de maio de 1830, cerca de dez famílias de imigrantes alemães/ãs que saíram da Colônia de São Pedro de Alcântara e chegaram ao Vale do Rio do Louro. Teria sido assim, então, o início do povoamento da região, segundo informações contidas nos livros memorialísticos da cidade. Já no site da prefeitura municipal de Antônio

Carlos, as informações são de que “antes da chegada dos alemães ao Alto Biguaçu, portugueses e negros já habitavam a região” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2014) sendo esta a única referência a presença de outras etnias na parte referente à história da cidade na página da prefeitura municipal.

Mais do que pensar em quem realmente teria chegado primeiro à região estudada, é interessante, neste caso, perceber os discursos em torno da imigração e povoamento do local. Para tanto, questões relacionadas à imigração alemã para o estado de Santa Catarina, mais especificamente para São Pedro de Alcântara e posterior migração para Antônio Carlos, serão aqui apresentadas e discutidas.

Figura 1 – Mapa da cidade de Antônio Carlos e de cidades vizinhas.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. *Onde estamos e nossos limites*. Disponível em: <<http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/conteudo/?item=22858&fa=929&HPSESSID=maq14cmsdaet61anfucker2viu1>>. Acesso em 03 mai. 2014. Destaque da cidade de Antônio Carlos feito pela autora.

São quase dois séculos de histórias narradas nos livros memorialísticos da cidade, apresentadas nas festas ‘típicas’<sup>13</sup>, e contadas nos sites de notícias e na página oficial da cidade. Faz-se, portanto, importante compreender que passado é esse, para que se possa entender os questionamentos que tenho me feito a respeito das identidades e das memórias de Antônio Carlos.

Pensando nos motivos que levam alguém a deixar sua região de origem e migrar para outros locais, têm-se questões de ordem pessoal, com influências políticas e econômicas. No caso de imigrantes alemães que chegaram ao Brasil na primeira metade do século XIX, somam-se a esses fatores as propagandas das Companhias de Colonização que intentavam atrair imigrantes para o país.

No início do século XIX, a região que viria compor a Alemanha era formada por pequenos Estados pobres com a economia baseada na agricultura e “onde prevalecia a propriedade privada do camponês, a fragmentação excessiva da terra era o problema mais grave”, como por exemplo, Baden e Palatinado<sup>14</sup> (SEYFERTH, 1974, p. 18 – 20).

Questões políticas e econômicas levaram os alemães a deixarem sua *Urheimat* (velha pátria). Se de um lado havia necessidade ou interesse dessas pessoas de deixarem sua terra natal, de outro havia interesses do Governo Imperial Brasileiro que ansiava pela vinda de imigrantes. Dentre as demandas de imigrantes disponíveis, os/as alemães estavam nessa leva. Neste lado do oceano Atlântico, o Governo Imperial tentava transformar a imigração para o país num meio de ‘civilizá-lo’, que significava, na época, um ‘embranquecimento’ do Brasil (ALENCASTRO, 1997. p. 293).

Fazendo parte dos primeiros grupos de imigrantes a chegar ao país após a independência, as primeiras levadas de alemães foram

---

<sup>13</sup> As festas que acontecem na cidade de Antônio Carlos têm diferentes divisões: Festas típicas, Festas religiosas, Festas de Outubro e Comemorações. As festas elencadas como ‘típicas’ nesta dissertação são: Festa do Colono, Festa da Cachaça, Festa da Hortaliça e *Stammtisch*, as mesmas que se encontram no site da prefeitura municipal da cidade. Aproprio-me da mesma divisão feita na página online da prefeitura por entender estas festas como as maiores representantes do que é tido como sendo a cultura antônio-carlense, ligada a imigração alemã, principalmente.

<sup>14</sup> Renânia-Palatinado (Rheinland-Pfalz) é o Estado alemão de onde veio a primeira leva de imigrantes alemães que se estabeleceram em São Pedro de Alcântara.

destinadas ao Sul do Brasil<sup>15</sup>, instalando-se na Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul em 1824. Povoar o sul do país era estratégico, já que esta era a região que possuía um maior contato com a América Espanhola. Estabelecendo imigrantes nessa região ansiava-se a ocupação do território, até então pouco povoado, e com a produção agrícola das áreas colonizadas, complementar o complexo pecuário (GERTZ, 1987, p. 18 – 21). Isso fez com que entre os anos de 1830 e 1850 fossem escolhidos imigrantes da região Sudoeste da Alemanha, onde havia uma estrutura agrícola combinada com o artesanato rural e pequenas indústrias domésticas (ALENCASTRO, *Op. Cit.*, p. 318). Por este motivo, os imigrantes que chegaram a São Pedro de Alcântara em 1829 eram, originalmente, da região de *Hunsrück*, um “planalto em forma de quadrilátero, delimitado pelos rios Reno a leste, Sarre ao oeste, Mosela ao norte e Nahe ao sul” (REITZ, 1988, p. 38). A título de localização, encontra-se abaixo um mapa da região de *Hunsrück*.

---

<sup>15</sup> Antes da independência brasileira, houve três projetos de colonização autorizados pelo governo da Bahia, sendo que apenas a Colônia Leopoldina, fundada no ano de 1818 por Freyreiss, costuma aparecer na historiografia relacionada as imigrações. Estas foram tentativas fracassadas e com pouca expressividade estatística (SEYFERTH, 2000[a]).

Figura 2 – Mapa da região de Hunsrück.



Fonte: O HUNSRÜCK. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/familiaanschau/ohunsruck>>. Acesso em 20 jun. 2014.

Apesar da preferência por imigrantes agricultores, Izabela Kestler, tratando da imigração entre 1930 e 1945, diz não existirem argumentos econômicos efetivos que possam explicar a insistência que se tinha em trazer para o Brasil imigrantes ligados à agricultura. A autora afirma que:

Os defensores desse tipo de imigração falam das vantagens de uma intensa colonização do interior brasileiro, mas ao mesmo tempo, excluem toda



possibilidade de aquisição de terras por estrangeiros ou de distribuição de terras aos mesmos [...] Os imigrantes deviam satisfazer-se com a condição de trabalhadores rurais sem direitos (KESTLER, 2003, p. 50).

Entretanto, para Antônio Carlos, a chegada de colonos agricultores para a região foi importante para o início de sua ocupação, e o é até o momento presente, já que boa parte das famílias da cidade ainda vive do que plantam na terra. Mais do que isso: a atividade econômica ajuda na constituição de uma identidade em torno do que é ser agricultor/a, definindo-se como colonos/as. Seria esta, então, uma identidade ligada a ideia de um povo trabalhador e que, graças a ele, não falta alimento nas cidades da região, pois, como dito anteriormente, Antônio Carlos faz parte do Cinturão Verde. Se identidade é algo capaz de identificar as pessoas, de tornar algo semelhante, ela também é, enquanto uma representação social, “[...] uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento” (PESAVENTO, 2005, p. 89). Esse pertencimento sentido pelos/as agricultores/as de Antônio Carlos é vivenciado no dia-a-dia, enquanto trabalham, e celebrado nas festas do Colono e da Hortaliça.

A Colônia de São Pedro de Alcântara, a primeira de origem alemã no estado de Santa Catarina, foi formada em região de floresta acompanhando os vales dos rios, assim como aconteceu com outras colônias no Estado e no Rio Grande do Sul (SEYFERTH, 1988, p. 5). Entretanto, Raulino Reitz, em sua obra não concluída (o autor faleceu antes de concluí-la) *Santa Bárbara: Primeiro Núcleo da Colonização Alemã em Santa Catarina*, analisa documentos para mostrar que o primeiro núcleo de colonização alemã de Santa Catarina foi Santa Bárbara. Segundo Reitz,

O minúsculo arraial de Santa Bárbara, [...] constituía-se, no início da Colônia São Pedro de Alcântara, no primeiro núcleo do assentamento de colonos alemães no Estado de Santa Catarina. Precedeu, por alguns anos, ao arraial de São Pedro de Alcântara, que viria a ser sede da colônia (1991, p. 17).

Ele diz ainda que “Santa Bárbara dista, pelo acesso atual, 9 quilômetros da vila de São Pedro de Alcântara [...]” (Ibidem, p. 20). A construção da pequena capela de Santa Bárbara está localizada no lado Norte do Caminho das Tropas e, quando foi construída:

[...] a ermida pertencia a Antônio Carlos, então Alto Biguaçu, por se situar ao norte daquele caminho que delimitava os termos (municípios) de São José e São Miguel. Fica a escassos 100 metros do divisor de águas, que hoje traça a divisa dos dois municípios (Ibidem, p. 21).

Fazendo essa genealogia da imigração alemã para o Estado, Raulino Reitz aproxima ainda mais o passado de imigração alemã de Antônio Carlos à antiga colônia. Do ponto de vista de Reitz, Antônio Carlos teria sido um local de participação mais direta no processo de imigração alemã para o estado e não teria sido apenas um local que viria a receber imigrantes que deixaram a Colônia de São Pedro de Alcântara.

Um ponto comum nos livros lidos é o relato sobre as dificuldades encontradas pelos imigrantes, desde a sua travessia no Atlântico, sua chegada ao Rio de Janeiro em 1828, e sua partida para a capital Catarinense; além de sua permanência em Desterro por cerca de dois meses, até serem finalmente encaminhados e assentados em São Pedro de Alcântara. Segundo Walter Piazza, o brigue Luiza e o bergantim Marquez de Vianna chegaram a Desterro em novembro de 1828, com 635 pessoas, divididas entre as duas embarcações. Do total de imigrantes, 523 recém-embarcadas no porto de Bremem e 112 eram pessoas liberadas da “Legião Alemã”, “corpo de tropa mercenário, que havia sido dissolvido no Rio de Janeiro, aos quais se acrescentou, ainda soldados do 27º Batalhão de Caçadores da Província” (PIAZZA, *Op. Cit.*, p. 93). Os primeiros imigrantes, vindos no brigue Luiza, foram alojados na Armação da Lagoinha, por estarem doentes, enquanto os segundos, trazidos no Marquez de Vianna, foram alojados em quartéis da cidade de Desterro. Dentre as dificuldades encontradas nesse primeiro momento, Piazza elenca a introdução de ex-soldados no local, que não eram agricultores, falta de água agriculturável em decorrência do relevo acidentado e o clima tropical, que não possibilitava o cultivo agrícola ao qual estavam acostumados/as na Europa (Ibidem, p. 93 – 94). A região que compunha São Pedro de Alcântara, assim como Antônio Carlos, não tinha problemas com a água em quantidade, porém, o relevo dificultava que a mesma fosse utilizada na agricultura. Piazza

coloca os ex-soldados como inaptos para conseguir trabalhar na agricultura, valorizando um tipo de colono: aquele que sabia lidar com a terra já antes de sua partida da Alemanha.

Após uma espera de seis meses, quando boa parte das sementes trazidas da região que viria a compor a Alemanha já havia estragado, as famílias começaram a ser assentadas na margem do caminho das tropas. Teria sido criada assim, no dia primeiro de março de 1829, a colônia alemã de São Pedro de Alcântara (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2008). Esta teria sido a data em que o diretor Silvestre José dos Passos comunicou ao Presidente da Província a chegada dos colonos às terras situadas às margens do rio Maruim, na região da atual cidade de São José (REITZ, *Op. Cit.*, p. 41).

Propagandas falsas dos agentes; demarcação irregular dos lotes que eles deveriam ocupar; existência de sesmarias em áreas tidas como devolutas; demora na expedição de títulos de propriedade; e, em algumas colônias, excesso populacional também foram problemas enfrentados pelos/as imigrantes (SEYFERTH, *Op. Cit.*, p. 6).

São Pedro de Alcântara foi uma colônia que não vingou, fracassou. Entretanto, uma visão diferente é apontada por Aderbal Philippi, que vê que a antiga colônia teria tido sucesso e prosperado, apesar de todos os problemas enfrentados, e o único fracasso, segundo ele, teria sido por parte do Governo Imperial que abandonou os colonos a própria sorte (PHILIPPI, *Op. Cit.*, p. 9). Ainda que o Governo Imperial não tenha dado a assistência que os/as colonos/as precisavam naquele momento, a colônia de fato fracassou: seus/suas colonizadores/as foram deixando o local e ocupando outras áreas, deixando a região que havia sido designada para a colonização inicial do Estado. Se a colônia de São Pedro de Alcântara não vingou, isso possibilitou que novas regiões fossem sendo ocupadas e adensadas em número de habitantes.

A questão que interessa aqui diz respeito a esses/as imigrantes que, estando em uma colônia localizada entre Desterro e Lages, conseguiram sobreviver a todas as dificuldades relatadas, seguindo em frente, mesmo que para isso tenham que ter partido de um local para outro para, mais uma vez, recomeçar, ressaltando novamente a ideia de um povo forte e destemido, ligando-se ao chamado ‘espírito alemão’, que resume toda a força e virtude exaltadas nos/as descendentes desse grupo étnico.

Com relação aos/as colonos/as agricultores/as isso diz muito sobre a economia que veio a ser predominante na cidade de Antônio Carlos. Segundo o site da prefeitura municipal, o município é:

[...] o maior produtor de hortaliças de Santa Catarina com produção média anual de 150 mil toneladas. A agricultura é a força da economia do município. Pelo menos 80% das famílias antoniocarlenses vivem da produção e comercialização dos hortifrutigranjeiros (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2014).

Segundo a geógrafa Paula Cristina Leite, a agricultura antônio-carlense é baseada na produção de hortaliças e não propriamente na de hortifrutigranjeiros (LEITE, 2013, p. 7). O Cinturão Verde do qual a cidade faz parte começa a ter seus contornos definidos a partir da década de 1970, quando há uma expansão significativa da população urbana das cidades de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça. Ou seja,

[...] juntamente com o adensamento da população dessas cidades foi se formando um Cinturão Verde em volta desse mercado consumidor, mas não na forma de um círculo concêntrico e sim na forma de um semicírculo, já que em sua área oriental os principais municípios consumidores são banhados pelo Oceano Atlântico (Ibidem, p. 10).

Com relação à produção de hortaliças na região da Grande Florianópolis, em 2006, Antônio Carlos foi o município com a segunda maior produção, perdendo em número para Alfredo Wagner. A contagem é feita em peso e, Alfredo Wagner é grande produtor de cebolas, enquanto Antônio Carlos produz hortaliças-folhas (principalmente alface). Antônio Carlos, nesta contagem, não é o maior produtor de hortaliças do Cinturão Verde da Grande Florianópolis, e também não o é do Estado de Santa Catarina (posto do município de Caçador). Para justificar o motivo de Antônio Carlos não ter esse posto, Leite afirma que:

[...] se fossem computados no cálculo apenas hortaliças classificadas como produtos da

horticultura, conforme o IBGE, Antônio Carlos seria o maior produtor da Grande Florianópolis e segundo maior de Santa Catarina em 2006, com total de 33.317 toneladas, e Alfredo Wagner ficaria com um total de apenas 1.918 toneladas (Ibidem, p.18).

Há também que se observar que a maior parte da produção antônio-carlense não é comercializada no CEASA/SC (Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina), já que muitos feirantes compram as hortaliças diretamente dos produtores; o que explicaria a contagem mais baixa na pesagem da produção da cidade (Idem).

Os discursos sobre identidades e memórias se amparam também na economia da cidade. Ter tido a presença de imigrantes alemães/ãs agricultores/as no século XIX tem sido uma maneira de afirmar uma identidade alemã agrícola ainda no tempo presente. Entretanto, não há uma diferenciação entre o que é ser agricultor/a na região de *Hunsrück* no século XIX e o que é ser agricultor/a na cidade de Antônio Carlos, não apenas no século XXI, mas também da chegada dos imigrantes alemães ainda em 1829, no estado de Santa Catarina. Os discursos que insistem em afirmar a importância de ser colono-agricultor-alemão dão poucos sinais de que os imigrantes tiveram que se adaptar as plantas de um clima diferente daquele que estavam habituados/as. O novo tipo de produção não foi aprendido da noite para o dia, e muito possivelmente não teria sido tão facilitado se não tivesse havido algum tipo de aprendizado com ‘caboclos’ e indígenas da região. Ao não apresentar nenhum sinal de que isso aconteceu, não apenas invisibiliza-se a participação de outras culturas no meio agrícola, mas afirma-se que apenas uma delas foi competente o suficiente para depois de mais de cem anos este tipo de trabalho ainda ser carro chefe na economia da cidade, mesmo que não sejam exclusivamente descendentes de alemães/ãs que trabalhem na lavoura. O discurso de um povo trabalhador não se descola da ideia de agricultor/a: o trabalho no campo é valorizado em diversos meios, de diversas formas, inclusive nas festas ‘típicas’.

A agricultura tem um apelo discursivo tão forte que festas foram criadas para exaltá-la. Na Festa do Colono e na Festa da Hortaliça, onde o/a trabalhador/a da terra e seus produtos são as atrações principais das festas, apresentando ao público que frequenta tais comemorações, um ideal do que é ser descendente de imigrantes e agricultor/a. A agricultura é de fato importante para o sustento de muitas

famílias atualmente. Mas, o que interessa agora são os seguintes pontos: o porquê do site da prefeitura municipal apresentar a informação de que a cidade é a maior produtora de hortifrutigranjeiros do Estado, quando, pelos números apresentados ela não o é; e qual a importância de se afirmar enquanto uma cidade onde há grande produção de alimentos, no caso, hortaliças.

A frase “Se o campo não planta, a cidade não janta!”<sup>16</sup> faz sentido nesse contexto de agricultores/as que assumem seu trabalho enquanto identidade característica de um povo forte, um dos termos que mais circunda os discursos sobre a população de ‘origem’, tal qual é feito em outras cidades com o mesmo grupo étnico. No caso do Vale do Itajaí, por exemplo, a ideia de povo ordeiro e trabalhador também é constantemente reforçada, sendo que aquilo que em momento datado foi utilizado como uma justificativa para a preferência dada a imigrantes europeus, especialmente alemães, aparece como um “sustentáculo de identidade no presente” (HASS JÚNIOR, 2009, p. 48) não apenas para o povo, mas para o município e para a região.

Ao assumir para si a ‘responsabilidade’ de levar à mesa de casas e restaurantes da região da Grande Florianópolis os alimentos que serão consumidos no dia-a-dia, a ideia é mostrar que a população na cidade de Antônio Carlos (ao menos a porcentagem que trabalha com a agricultura) não tem descanso; está embaixo de sol ou chuva trabalhando, vinculando seu trabalho a uma identidade.

A identidade seria aquilo que permite não apenas uma identificação com algo, mas também, faz com que seja possível perceber as diferenças: ela as estabelece. Neste sentido ela seria relacional, pois se constrói a partir de uma alteridade (PESAVENTO, *Op. Cit.*, p. 90), ou seja, o modo como nos constituímos diante do outro, daquilo que para nós é diferente. Constituímos-nos através da alteridade, e o outro, se constitui através dela também. Há uma troca entre as partes que faz com que possamos nos reconhecer dentro de um (ou mais) grupo. Construída em nosso exterior, ou seja, a forma como imaginamos ser vistos pelos outros (HALL, 1998, p. 39), a identidade surge como um meio de afirmar uma cultura que predominaria na cidade de Antônio Carlos. É possível que haja essa intenção das pessoas fortalecerem as identidades locais como uma reação de ‘defesa’ dos grupos étnicos que

---

<sup>16</sup> Ouvi esta frase pela primeira vez quando estava ainda no ensino fundamental, em uma aula de geografia. Atualmente é possível ver, em pesquisas feitas na internet, que a frase é corriqueiramente utilizada até mesmo para títulos de notícias de diferentes jornais.

se sentem ameaçados com a presença de outros (Ibidem, p. 85). Entretanto, é preciso pensar nessa defesa para além da ameaça de outros grupos étnicos. Essa pode ser uma maneira de evitar que se perca aquilo que as pessoas veem como ‘tradicional’ da cultura que vivenciam. O anseio pela identidade vem do desejo de segurança (BAUMAN, 2005, p. 35): o conhecido cria uma zona de conforto para aqueles/as que fazem parte de um grupo onde conseguem se sentir pertencentes, onde suas identidades podem (e devem) ser usadas e exibidas e não armazenadas e mantidas (Ibidem, p. 96). Fazer uso das identidades é reafirmar-se diante de outros grupos que não tem os mesmos códigos de leitura dos/as participantes e praticantes de determinada identidade. A identidade é construída em torno de elementos, de símbolos positivos, devendo ir ao encontro de necessidades do ser humano, e adaptando-se conforme as necessidades. O indivíduo deve se considerar pertencente a este meio, a esta identidade (HALL, *Op. Cit.*, p. 91).

Kathryn Woodward também mostra a identidade como algo relacional e formada a partir das diferenças, sendo uma construção simbólica e social (WOODWARD, 2000, p. 10 – 11). Quanto aos processos simbólicos e sociais para a construção da identidade, o primeiro diz respeito ao modo como damos sentido às práticas e às relações sociais, podendo definir, por exemplo, quem é incluído e quem é excluído; com relação ao segundo, “é por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais” (Ibidem, p. 14). Sendo assim, as relações entre os diferentes indivíduos pressupõem que haja diferenciações, e são elas que vão auxiliar na aceitação daqueles/as que serão incorporados/as ao grupo. Em Antônio Carlos, por exemplo, saber falar o *Hunsrückisch* facilita a comunicação com outras pessoas que fazem parte do grupo de falantes, mas, mais do que isso: diferencia aqueles/as que sabem o idioma daqueles/as que não sabem, que não poderão, então, ser inseridos/as no grupo da mesma forma que os/as falantes. A língua acaba articulando a dialética entre costume e ‘tradição’. Para Hobsbawm, “a decadência do “costume” inevitavelmente modifica a “tradição” à qual ele geralmente está associado” (HOBSBAWM, *Op. Cit.*, p. 10). Se as tradições têm por objetivo a invariabilidade e o passado a qual se ligam tem práticas fixas, como a repetição, o “costume” pode variar até certo ponto, mas há exigência de que ela pareça compatível ou idêntico com o precedente. Tem como função ajudar na mudança que se deseja que aconteça ou resistir a inovação que por ventura se tente implantar (Idem). Há uma relação de forças e um jogo de interesses por trás da manutenção do

“costume” do uso do *Hunsrückisch* em Antônio Carlos. Ao mesmo tempo em que intenta-se apresentar um número de pessoas que se identificam com o uso do idioma, anseia-se fazê-lo mais presente no cotidiano das pessoas e, para isso, apela-se para o uso da lei: o poder público busca interferir no meio privado alegando a ideia de ‘resgate’ para uma cultura que tem se perdido, sem questionar os motivos do porquê isso estar acontecendo e se há, de fato, vontade e meios de se fazer a manutenção desse ‘costume’.

A identidade aqui referida diz respeito a uma identidade onde ser descendente de alemães/ãs é algo positivado na cidade. O passado ‘comum’ entre Antônio Carlos e São Pedro de Alcântara teria deixado traços visíveis ainda hoje, como é apontado na propaganda em comemoração aos 178 anos da imigração alemã para Antônio Carlos, que tem sua origem em um povo com “[...] sobrenomes iguais, traços semelhantes, olhos claros, linguajar típico, fé em Deus; e a grande virtude herdada por várias gerações germânicas: a força destemida para o trabalho” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, *Op. Cit.*). Desenha-se um ideal de povo, buscando manter um elo com o passado: mais do que apresentar sobrenomes iguais e olhos claros, característica genética que não é comum a todos/as os/as descendentes, a religião e a ‘vontade’ de trabalhar são colocadas como marcos identitários e biológicos dessas pessoas. Mais do que apresentar fenótipos e genótipos para ‘comprovar’ a proximidade com o passado de imigração, a fé e “a força destemida para o trabalho” – sendo este último uma virtude – são apropriadas como fazendo parte da identidade dos descendentes de alemães, algo apresentado como intrínseco e imutável ao ‘ser alemão’.

Essa ideia de uma identidade comum por meio também da “força destemida para o trabalho” apresenta uma visão de povo alemão com destaque na coletividade, no sentimento de comunidade, com uma origem forte. Como mostra Cynthia Machado Campos, é como se a cultura fosse fator responsável na formação de uma personalidade (CAMPOS, 2006, p. 32).

Se, como afirma Bauman, “o campo de batalha é o lar natural da identidade” (BAUMAN, *Op. Cit.*, p. 83), tendo em vista que são espaços de disputas, onde cada um/a tenta, de alguma maneira, se afirmar, a ‘batalha’ de identidades em Antônio Carlos, de alguma forma, opõe aqueles/as que descendem de alemães/ãs e os/as outros/as, descendentes das demais etnias, bem como as pessoas que vem de



outras cidades, vistas como estrangeiras, aquelas que vêm do meio urbano para uma cidade com uma economia fortemente ligada a agricultura, que vive em comunidade, e que não está habituada a individualidade muito presente em cidades maiores, fazendo com que se tenha certo preconceito com o desconhecido (LAGO; SOUZA; KASZUBOWSKIE, *Op. Cit.*, p. 365). Até o momento o que se encontrou sobre aspectos que apresentem de forma negativa as pessoas que não descendem de alemães/ãs, estão presentes nos livros memorialísticos da cidade, como será apresentado em capítulo posterior desse trabalho. A ‘batalha’ se dá em distinguir ‘alemães/ãs’ do restante da comunidade antônio-carlense, não só apresentando aspectos positivos dos/as ‘alemães/ãs’ e negativos dos demais, mas também fazendo silenciamentos sobre as demais etnias.

Em Antônio Carlos, colono/a não é um termo utilizado unicamente para fazer referência ao passado de imigração; é utilizado no sentido de apontar para aquilo que as pessoas fazem: colono/a é aquele/a que cultiva a terra, que trabalha com os produtos cultivados (hortaliças, no caso de Antônio Carlos), e os/as colonos/as da cidade vivem, em sua maioria, em comunidades do interior, sendo a eles/as vinculada a ideia de que vivenciam unicamente a cultura alemã, já que muitos/as possuem sobrenomes de origem. Nas festas, como será discutido posteriormente, é celebrada a cultura do povo (no caso a alemã), seu trabalho e aquilo que produzem na terra.

A questão da imigração é, ainda hoje, destaque na cidade de Antônio Carlos, servindo como um meio de demonstrar o legado que foi deixado à população. Não só ter sua economia (agricultura) ligada a esse tempo pretérito é algo tido como importante para a população e o poder público. Lembrar deste local como um dos berços da cultura alemã no Estado é interessante para a cidade. Tendo isso em vista, no ano de 2011 foi dada a autorização pelo então prefeito, Geraldo Pauli, para que Antônio Carlos firmasse convênio com a Associação Caminhos da Imigração Alemã (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, Lei nº 1.342/2011, 2011). Esta Associação foi criada em setembro de 2009, sendo uma “sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, de caráter organizacional e promocional, sem cunho político ou partidário” (ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO, 2014), sendo sediada em Santo Amaro da Imperatriz. Entre suas atribuições está a promoção do turismo em oito municípios da região da Grande Florianópolis (Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Rancho

Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara), como é possível conferir no mapa que segue:

Figura 3 – Mapa dos municípios que compõem a Associação Caminhos da Imigração.



Fonte: CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO: Roteiro Turístico Regional. *Mapa Turístico*. Disponível em: <<http://caminhosdaimigracaoalema.com.br/pagina/46/mapa-turistico>>. Acesso em 20 fev. 2014.

Com o slogan *Hier Leb' ich gern!* (ou “Aqui eu vivo bem!”), a Associação Caminhos da Imigração Alemã objetiva (e afirma que faz) promover “[...] de forma regionalizada o turismo étnico, cultural, termal, ambiental e o rural” nos municípios supracitados (CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO, 2014, s/p). Afirma-se ainda que:

[...] todos os municípios citados possuem riqueza cultural ímpar, representada tanto no patrimônio material como imaterial. As características alemãs são notáveis na hospitalidade, gastronomia, movimentos culturais (grupos folclóricos e festas tradicionais), arquitetura entre outros (Idem).

Vender a ideia de que em Santa Catarina é possível conhecer um pedaço da Alemanha é ponto comum em regiões que receberam imigrantes alemães/ãs no passado. Enquanto no site *Santa Catarina Turismo* se diz que na região do Vale do Itajaí há a preservação de “um pedaço da Alemanha encravado em Santa Catarina” e que “Blumenau é o centro do enclave germânico em Santa Catarina” (SANTA CATARINA TURISMO, 2014); o texto com a apresentação da proposta da Associação Caminhos da Imigração Alemã termina com um convite: “Venha conhecer um pedacinho da Alemanha na região da Grande Florianópolis - SC” (CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ, 2014, s/p). Essa é uma maneira de promover o turismo étnico no estado de Santa Catarina que, como é apontado no Guia Turístico da Grande Florianópolis:

A gente catarinense é formada pela mistura de diferentes povos, que moldaram o rosto multifacetado da atual população de Santa Catarina – portugueses, alemães, italianos, afrodescendentes, indígenas, poloneses, austríacos, ucranianos. As belas cidades catarinenses preservam a história e os costumes dos nativos e dos colonizadores – seu legado é visível na arquitetura, na culinária, no folclore e nas festas (GUIA TURÍSTICO GRANDE FLORIANÓPOLIS, 2013, p. 4).

Na página de apresentação do site *Santa Catarina Turismo*, afirma-se que “Visitar Santa Catarina é mais do que uma viagem – é uma satisfação!” (SANTA CATARINA TURISMO, 2014) e que “Em Santa Catarina, turismo é um bom negócio!” (Idem). Tal ideia reafirma a importância que se tem dado para o turismo no estado e das vantagens de manter-se a ideia de turismo e lazer o ano inteiro e com diversidade do que é oferecido e de quem oferece. Assim, mesmo a imigração alemã fazendo parte de roteiros turísticos do mesmo estado, ambos oferecem a dita cultura alemã em locais diferentes e, também, com propostas diferentes do que representaria essa cultura. Blumenau e Antônio Carlos, a fim de exemplificação, possuem diferenças nas festas ‘típicas’, na alimentação, nas bebidas e arquitetura. Há, pois, uma turistificação das cidades: elas são transformadas para o turismo. São diferentes práticas que vão formar o que Antonio Augusto Arantes chama de “paisagem de história”: lugares que tem referências históricas ou

culturais, sejam elas preexistentes ou induzidas, e que acabam sendo “[...] enquadrados por empreendimentos econômicos e/ou culturais voltados à produção e à circulação de bens de consumo com forte sentido de lugar” (ARANTES, 2000, p. 66). A venda, muitas vezes, é mais visual e simbólica do que concreta. Arantes traz esse conceito para abordar questões relacionadas ao Museu Aberto do Descobrimento, na Bahia. Entretanto, seu conceito pode ser lido em outros lugares. A “paisagem de história” não tem seu discurso descolado de memórias locais que buscam legitimar identidades.

No que concerne ao município de Antônio Carlos, o discurso transformado em *slogan* se aplica até mesmo no vídeo institucional produzido pela EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), o qual começa com um ‘pedido’:

Imagine um lugar onde não há pobreza. Onde a terra é fértil e nela brotam riquezas. Um lugar onde a natureza é caprichosa. Onde as pessoas vivem mais e melhor. Este lugar é Antônio Carlos, município que faz parte da Grande Florianópolis, Estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil (EPAGRI, 2010).

Difícil não pensar neste como um bom local para se viver, um bom local para ser visitado. Um local em que, segundo as propagandas, seria possível conhecer um pedaço da Alemanha no Brasil. Mas, o que a pequena cidade de Antônio Carlos tem de características ‘propriamente’ alemãs, como aponta a apresentação da Associação Caminhos da Imigração Alemã? Hospitalidade não é uma característica definidora de um grupo étnico. Quanto à alimentação ‘alemã’, que será discutida em outro momento deste texto, se diferencia da gastronomia tida como ‘típica’ em outras regiões do Estado que também receberam imigrantes dessa origem étnica. O que torna ‘típico’, então, o modo de se alimentar na região que os Caminhos da Imigração apontam? Festas ‘típicas’ também são encontradas aqui, mas, assim como a alimentação, como percebê-las enquanto ‘típicas’? Pensando na arquitetura da cidade de Antônio Carlos, há de se pensar e analisar que tipos de construções em estilo ‘alemão’ são visíveis e perceptíveis na cidade, entendendo esses possíveis estilos como invenções e apropriações de diferentes técnicas e materiais para a construção. São discursos que se reproduzem nos mais diferentes meios e que intentam apresentar um ser ‘típicamente’ alemão.

Reconhecer em um local a possibilidade de torná-lo turístico é, como afirma José Newton Coelho Meneses, “elaborar uma construção cultural. É dar sentido e significado a coisas e a costumes de tempos diversos e de pessoas diferentes do turista” (MENESES, 2006, p. 104). O diferencial é buscado, pois, aquilo que o turista já vivencia em seu cotidiano, não o atrai. E esse diferencial não precisa estar ligado a costumes ou a alimentação. Ele pode ser, também, concreto.

Segundo a estudante de arquitetura Francine Guesser, que fez um levantamento dos casarios antigos em Antônio Carlos:

Os exemplares da arquitetura feita pelos imigrantes existentes no município datam do final do século XIX, arquiteturas estas feitas em alvenaria autoportante. As edificações do início da colonização eram feitas em madeira e foram desaparecendo com o advento da alvenaria e mais tarde do cimento (GUESSER, 2012, p.2).

Sendo assim, até o advento dos alemães em Antônio Carlos não existem registros arquitetônicos. O patrimônio edificado não é, também, ‘típico’ da região originária desses imigrantes, já que:

A arquitetura é mais aprimorada que a existente na região originária desses imigrantes, pois contavam com a riqueza de material nobre para a construção o que proporcionou melhores condições para a edificação, com casas em alvenaria (Ibidem, p. 12).

Isto explicaria, portanto, a não existência de exemplares de casas construídas com técnica enxaimel na cidade (exceção de uma construção comercial feita no ano de 2013 onde há uma tentativa de imitar a técnica); mesmo com incentivo da prefeitura municipal de Antônio Carlos que, no ano de 1993, promulgou uma lei em que se “Concede Isenção de IPTU [por cinco anos] à construções de Prédios Residenciais e Comerciais em estilo Enxaimel” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, Lei Legislativa nº 016/1993, 1993). Com relação à arquitetura, em Joinville, por exemplo, no cenário rural ainda é possível ver alguns exemplares de casas construídas com essa técnica, que busca-se mostrar como um estilo, espelhando-se em cidades como Blumenau, que também incentivou construções nesse

estilo<sup>17</sup>. Como Silva e Esteves apontam sobre a cidade de Joinville, estas casas que remontam no imaginário ao tempo dos “imigrantes pioneiros”, têm sua construção, por vezes, posterior ao século XIX, sendo uma construção feita pelos descendentes desses imigrantes (SILVA; ESTEVES, 2011, p. 55). Estas construções que “podem ser classificadas como um patrimônio cultural material e, ao mesmo tempo, imaterial, pela técnica da construção, um saber fazer de um tempo pretérito” (Idem) são representativas de uma cultura. Para as pessoas que vivem no local e as percebem como pertencentes ao seu passado, e ao passado comum de outras pessoas, não importa tanto o ano em que se deu a construção, e sim o saber que foi passado, possivelmente, de uma geração a outra para que uma casa com a técnica enxaimel pudesse ser construída. Importa mais se sentir pertencente à cultura que, de alguma forma, é a portadora principal desse saber fazer e é capaz de fazer aqueles e aquelas que descendem (ou não) de determinada cultura, pertencente a ela.

Em Antônio Carlos não é possível encontrar casas com essa técnica, sendo que, o que há de mais próximo da ideia de cultura alemã no que diz respeito a construções materiais, são as placas que indicam os nomes das ruas, bem como as lixeiras e pontos de ônibus, apresentadas na imagem abaixo. Ainda assim é possível perceber que em Antônio Carlos, Blumenau, Joinville e em outras cidades que adjetivam técnicas de construção, entendidas e pretendidas como ‘típicas’, há a intenção de que a paisagem seja também um discurso de afirmação de identidades por meio da invenção de uma paisagem turística local.

---

<sup>17</sup> Para maiores informações conferir: FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

Figura 4 – Fotos de placas e ponto de ônibus em ‘estilo’ colonial em Antônio Carlos.



Fonte: Fotos tiradas pela autora. Acervo pessoal.

Segundo informações no *Jornal da Associação Caminhos da Imigração Alemã*:

O município buscou inspiração na região do Hunsrück para confeccionar as placas de logradouros, pontos de ônibus, lixeiras e placas de identificação turística, valorizando assim o entalho em madeira muito usado no passado por nossos imigrantes (JORNAL DA ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ, s/a, p. 5).

Na página da prefeitura municipal de Antônio Carlos, na *Retrospectiva de janeiro de 2009 a junho de 2012 do Executivo*, as informações que se tem a respeito dos abrigos de passageiros de ônibus e lixeiras é a de que:

A prefeitura instalou no final de 2009, 15 lixeiras em vários pontos da comunidade da Sede. As lixeiras que são em estilo enxaimel, fazem parte do programa de embelezamento da cidade. Em fevereiro de 2010 foram construídos mais 14 novos abrigos de passageiros de ônibus no mesmo estilo em várias comunidades do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2014).

Já as placas em ‘estilo’ colonial foram colocadas na cidade na segunda quinzena do mês de abril de 2012 (Idem). Mesmo essa técnica sendo apresentada como algo que representa toda a cultura e de que talhar a madeira dessa forma seja algo característico da região de onde vieram os imigrantes alemães que povoaram o local, cabe aqui pensar no que realmente significa tentar colocar em alguns pontos da cidade essa materialidade da cultura. Mais do que embelezar a cidade, as construções apresentam a todas as pessoas, independente de morarem na cidade ou serem visitantes, um cartão que intenta afirmar que há presença de descendentes de alemães/ãs no local.

Com relação às lixeiras e abrigos de passageiros de ônibus, fica claro qual cultura está sendo representada, pois se sabe que a técnica enxaimel refere-se a construções ‘tipicamente’ alemãs. Está dito a qual estilo se referem. Mas, quando se fala em “placas em estilo colonial”, a que colono/a se refere? Com exceção dos alemães que ocuparam a região que veio compor o município de Antônio Carlos, as outras etnias não são lembradas como colonizadoras. Mas isso não precisa ser dito na cidade. É um discurso não-dito, como aponta Certeau, onde é, ao mesmo tempo, o que foi ocultado dos textos que se tornaram pretextos, a exterioridade daquilo que se faz com relação àquilo que se diz, e a eliminação de um lugar ou de uma força que se articula numa linguagem (CERTEAU, 2007, p. 72).

Na *Revista da Deutsche Einwanderungswege* (Caminhos da Imigração Alemã), uma revista escrita em língua portuguesa, apesar do título trazer palavras na língua alemã, cada cidade tem um *slogan* para identificá-la e diferenciá-la das demais. Antônio Carlos, diferente de



outras cidades que aparecem na revista, não é capital catarinense de nada em específico; porém é a “Terra dos Verdes Vales, das Hortaliças e das Águas” (CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ, s/d., p. 11). Portanto, a proposta de turismo na cidade está para além da questão relacionada a ideia de cultura alemã. O turismo também é rural e ligado a um turismo aquático, tendo em vista que a cidade é conhecida na região por seus parques aquáticos e cachoeiras. Há uma diversificação no leque de possibilidades do que pode ser feito na cidade: durante o verão pode-se visitar os parques, no inverno acontecem as festas ‘típicas’ e, durante todos os meses do ano é possível ir às festas de igreja (católica), ressaltando outro ponto que também é considerado forte na cidade: a fé do povo.

A primeira parte do texto de apresentação da cidade na *Revista da Deutsche Einwanderungswege* é o mesmo que pode ser encontrado na página da prefeitura municipal da cidade, na parte relacionada ao histórico. As diferenças entre os textos é a de que na revista o nome da cidade é escrito em estilo gótico alemão e são apresentadas algumas fotos da cidade (uma casa antiga – que está localizada na comunidade de Santa Maria; uma grande plantação de alface e um colono cuidando da terra (Ibidem, p.10).

A segunda parte do texto da revista que apresenta Antônio Carlos está mais relacionada a aspectos turísticos em si, falando sobre as belezas naturais da cidade, dos parques aquáticos e das “belas Igrejas e grutas” (Ibidem, p. 11). Nesta página as fotografias são pequenas e estão lado a lado: há uma mulher na tirolesa; um parque aquático; barris de um alambique, outra casa antiga – também localizada em Santa Maria; e uma pequena cascata de um dos afluentes do Rio Biguaçu (Idem).

Dar novos significados ao passado de imigração alemã para Antônio Carlos é (re)significar, também, as identidades e as memórias do local e de seu entorno. É apresentar o campo como aquele que mantém a cidade através da “força destemida” dos/as colonos/as por meio de sua força de trabalho e produção. É apresentar uma população que celebra seu trabalho por meio de festas e que é ‘hospitaleira’ com aqueles/as que visitam sua terra. É vincular a ideia também apresentada pelo atual prefeito, Antônio Paulo Remor, de que “[...] o nosso povo [antônio-carlense], é um povo além de ordeiro, muito trabalhador” (RETRATOS DE SANTA CATARINA, 2013). Há uma identificação com os primeiros imigrantes alemães chegados ao estado, reafirmando a ideia do espírito alemão.

## 2.2. DO ABRASILEIRAMENTO À VALORIZAÇÃO DE UM IDIOMA: O *HUNSRÜCKISCH* EM ANTÔNIO CARLOS

Segundo Calvet, “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes” (2002, p. 12). Isso significa que cada falante de determinada língua ou dialeto e cada grupo linguístico carrega consigo sua própria história e esta se cruza com a história de tantos/as outros/as falantes e grupos, como uma “rede de tecido” (ELIAS, 1994, p. 35), onde a ligação entre esses ‘fios’ cria tensões, onde cada ‘fio’ isolado concorreria conforme o lugar ocupado por ele e sua função. Com as línguas, recorte temático desse subcapítulo, as tensões são permeadas por relações ‘amigáveis’ que não se contrapõem, se complementam.

O *Hunsrückisch* está carregado de histórias de seus falantes, assim como a língua portuguesa. Ambos os idiomas fazem parte dessa “rede de tecido”, entretanto, não quer dizer que os falantes de um idioma não são também os falantes do outro. Algumas pessoas nascidas em Antônio Carlos, principalmente ‘os antigos’ – modo como as pessoas na cidade se referem às pessoas mais velhas – costumam ser falantes das duas línguas oficiais. Não é tão raro encontrar um grupo de idosos conversando em *Hunsrückisch*, mas mesclando usos da língua portuguesa em suas conversas. Uma língua não anula a outra. Quando não se sabe algum termo no antigo dialeto, ou o termo é inexistente no mesmo, recorre-se com frequência à língua portuguesa. Uso de uma sem detrimento da outra. Atualmente as duas línguas oficiais da cidade não concorrem, não se anulam. ‘Anulados/as’ são aqueles/as que não conhecem a língua dos/as antepassados/as. Nem todos/as na cidade tem conhecimento do segundo idioma oficial de Antônio Carlos; assim como nem todos/as na região, na década de 1930 faziam uso ou conheciam a língua portuguesa.

Se em um primeiro momento, quando da chegada dos/as imigrantes alemães/ãs em Santa Catarina, houve uma grande positividade e valorização dessa cultura, pouco antes dos anos 1930 até meados dos anos 1940 os/as imigrantes alemães/ãs e seus/suas descendentes não eram tão bem vistos/as e aceitos/as, passando a haver valorização de uma cultura mais próxima daquela que diziam ser a brasileira: a cultura açoriana, que começou a ser positivada. A aproximação mais visível dessa cultura com o ideal de brasilidade era a língua: estes/as falavam a língua portuguesa, enquanto os/as outros/as não conseguiam, em sua

maioria, se comunicar bem no idioma nacional, em um momento em que a busca pelo ser brasileiro/a estava se intensificando.

Em diferentes meios de veiculação que tem trazido a temática do idioma *Hunsrückisch*, a palavra ‘resgate’ tem sido muito utilizada. O termo condiz (e é mesmo utilizado) com a lei de co-oficialização do idioma, como será visto mais adiante. A perspectiva de ‘resgate’, neste caso, se dá por uma tentativa de retorno às raízes dos antepassados imigrantes alemães de Antônio Carlos, passando uma ideia de congelamento dessa língua, que é considerada patrimônio imaterial da cidade. Entretanto, como apontam Silveira e Lima Filho,

[...] não se “congela” o que, por princípio, é volátil, flexível, mutável, posto que vivido nas práticas sociais inseridas no corpo de um vasto conjunto de ações culturais dinamizadas pelo imaginário, intimamente vinculado à memória coletiva das comunidades (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 45).

O *Hunsrückisch* está ligado à memória coletiva das comunidades antônio-carlenses<sup>18</sup>: apesar de muitas pessoas não fazerem uso do idioma ou sequer saberem palavras no mesmo, em algum momento é possível que tenham ouvido algum diálogo no idioma, ou que saibam das origens dos/as primeiros/as imigrantes alemães/ãs na cidade e a língua que falavam, ou mesmo da proibição do uso do alemão durante a Política de Nacionalização. Porém, ressalta-se que a importância e utilização do *Hunsrückisch* no momento presente é diferente daquela que se dava no passado. A língua enquanto patrimônio imaterial na cidade, defendida por meio de uma lei, é algo novo na região. Co-oficializar esse idioma é uma maneira de tentar mostrar a permanência de traços do passado no presente.

Dentre as fontes analisadas neste subcapítulo, destacam-se as entrevistas. Pensar esse momento da história por meio das narrativas de pessoas que vivenciaram a(s) Política(s) Nacionalizadora(s) é importante para poder perceber mais do que os ‘fatos’ que são apresentados como constituidores de acontecimentos no passado. São

---

<sup>18</sup> Na cidade de Antônio Carlos os termos localidade e comunidade são utilizados para se referir as regiões que compõem a cidade. A denominação bairro costuma ser utilizada quando se trata de assuntos oficiais ou formais, como correspondências.

importantes para perceber os (re)sentimentos em relação a esse período, em que falar alemão era, muitas vezes, ser considerado/a um/a nazista em potencial e, mais do que isso, perceber que a patrimonialização do trauma atua nas novas formas de pensar e se apropriar das questões do passado que antes eram proibidas, sendo aqui o caso do *Hunsrückisch*. Sobre o campo da história oral percebe-se que a subjetividade não se dá apenas na fala do/a entrevistado/a. Ela se dá na pesquisa, nas questões do/a entrevistador/a e na sua relação com a pessoa que está sendo entrevistada. É a “entre/vista” ou a “troca de olhares” citados por Portelli. O autor a vê “bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo” (2010, p. 20). É a partir das perguntas feitas pelo/a entrevistador/a que a pessoa entrevistada vai rememorando seu passado e narrando-o, não necessariamente de maneira linear, pois, como bem apresenta Portelli, a memória é como uma “colcha de retalhos, em que pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos” (1997, p. 16).

Ter pensado durante as entrevistas nas relações de poder, nos discursos sobre identidades e memórias que eram (e ainda são) vivenciadas no cotidiano das pessoas que entrevistei não aponta apenas individualidades. Cada entrevistado/a apresentou um pequeno fragmento de suas memórias durante o processo de entrevista. Suas memórias compartilhadas comigo não foram simples relatos de uma história pretérita. Com todo o processo posterior à entrevista em si, foi possível cotejar as informações que obtive com questões para além da particularidade de cada um/a. Foi possível perceber, por exemplo, alguns pontos interessantes sobre os dialetos falados pelas famílias de origem germânica: das proibições sofridas, dos medos sentidos, dos apagamentos que os dialetos tiveram nas famílias, das percepções positivas ligadas ao governo de Getúlio Vargas e que foram vivenciadas em diferentes cidades do Estado de Santa Catarina, cotejando as informações obtidas nas entrevistas com bibliografias sobre o assunto. Questões do cotidiano de indivíduos que viveram em cidades diferentes, mas que apresentam discursos que se assemelham.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Como exemplos de trabalhos ligados as questões relacionadas à Política de Nacionalização em Santa Catarina e que se utilizaram de entrevistas (também), conferir: FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.; SILVA, Janine Gomes da. *Tempo de lembrar*,

Nesse texto, quando utilizo o termo ‘Políticas Nacionalizadoras’, não me refiro apenas aquela que se deu na era Vargas, que se inicia em 1937, com a implantação do Estado Novo<sup>20</sup> e perdura até o ano de 1945 mas sim a diferentes momentos em que a questão do abasileiramento esteve presente no decorrer da primeira metade do século XX brasileiro. O uso no plural se deve por que entendo que antes do período Estado-Novista já era possível encontrar leis, por exemplo, que tinham por objetivo o ‘abasileiramento’. Cynthia Machado Campos aponta que, em Santa Catarina, em 1919, a língua estrangeira já era um problema e havia leis que dificultavam o funcionamento de escolas estrangeiras controladas por descendentes de imigrantes (CAMPOS, *Op. Cit.*, 2006, p. 21).

Na Campanha Nacionalizadora do governo Vargas, especificamente, este foi o momento onde preocupações relacionadas a possibilidade de:

[...] formação de cistos raciais, grupos linguísticos, vinculações com o estrangeiro, desrespeito a medidas de caráter nacional e separatismos levaram governos federal e estadual a intervir nas regiões em que se concentravam núcleos de imigrantes estrangeiros e seus descendentes (Ibidem, p. 103).

Foi ainda o momento em que se buscou generalizar a concepção de nacionalismo e nacionalidade sobre o território brasileiro, principalmente com intervenções em grupos em que a forma de vida e os costumes divergiam, de alguma maneira, dos ideais de nação (Ibidem, p. 178). A Campanha Nacionalizadora proibiu a língua e interveio em associações, chegando a fechar escolas e fazendo campanha difamatória dos alemães no Brasil (Ibidem, p. 317). Até

---

*tempo de esquecer...* As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Joinville: Univille, 2008.

<sup>20</sup> Iniciado oficialmente em 10 de novembro de 1937 com a promulgação da nova Constituição Brasileira, o Estado Novo de Getúlio Vargas tem duração até o ano de 1945, quando o presidente é deposto de seu cargo. Com sua ideologia doutrinária, as questões do Estado Novo perpassaram a cultura, a política e a economia brasileiras. As propostas ideológicas feitas no país, sendo autoritárias e centralizadas, surgem em meio a questões não apenas nacionais, mas também internacionais, onde se buscava dar respostas aos impasses da nação e dar orientações ao Estado.

mesmo o ideal de imigrante para o país sofreu alterações, inclusive dentro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que ajudou na construção do discurso da identidade catarinense por meio de sua revista (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*). Na primeira fase da revista (1902 – 1920), há preocupações em criar um imaginário acerca da identidade catarinense. O discurso na revista, neste momento, se dava pelo passado de luso-brasileiros ‘ilustres’ que se estabeleceram no litoral. Na segunda fase (1943 – 1944) continua a haver a afirmação da identidade catarinense por meio dos luso-brasileiros, mas com destaque para os açorianos (SERPA, 1996, p. 63 – 66).

No estado de Santa Catarina pode-se perceber questões ligadas ao abasileiramento antes de 1937, e isso inclui a cidade de Antônio Carlos. Talvez o primeiro sinal evidente disto tenha se dado em 1930, quando houve mudança na nomenclatura do local que, à época, era um Distrito de Paz, denominado, desde 1919, de 4º Distrito de Paz do Louro. Em 9 de dezembro de 1930 foi assinado o decreto número 24, em que:

O General Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal no Estado de Santa Catharina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA

Art. Unico Passa a denominar-se „Antonio Carlos“ o atual districto de “Louro”, no municipio de Biguassú, cuja séde é transferida para a localidade de „Encruzilhada“, revogadas as disposições em contrário.

Palacio do Governo de Florianopolis, 9 de dezembro de 1930.

Ptolomeu de Assis Brasil

Manoel Pedro Silveira [*sic*] (SANTA CATARINA, Decreto n. 24, 1930).

Quanto a essa mudança de nomenclatura, na página *Informações Municipais*, no site da ALESC, há a informação de que o nome do município teria sido uma homenagem ao político Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, irmão do “Patriarca” José Bonifácio, tendo nascido em 1773, em São Paulo. Credita-se a informação ao site da prefeitura municipal de Antônio Carlos (ALESC, 2014). Já na página da prefeitura municipal da cidade, aponta-se para a possibilidade de que o nome teria sido uma ‘homenagem’ ao político

mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que teve atuação política na Revolução de 1930. Louro não é um nome com origens alemãs, mas é significativo perceber que a alteração do nome, que era reconhecido por pessoas da região, se deu para o nome de um ‘nacional’, uma pessoa considerada ilustre por seus feitos políticos.

No livro de Raulino Reitz a informação é de que o político nascido em 1870 era bisneto de José Bonifácio de Andrada e Silva e que o nome da cidade teria sido uma imposição política (REITZ, *Op. Cit.*, p. 169 e 469), ideia que é sustentada por pessoas que moram na cidade. Quando perguntado sobre a pessoa de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Wendelino Meurer disse que:

[...] esse foi da época de Getúlio, 1930. Ele foi político e trabalhou muito por causa do partido de Getúlio; e depois deram esse nome para o município... Para o lugar daqui. Não município, não era município ainda. O município veio muito mais tarde (MEURER, 2011).

Wendelino Meurer busca em suas memórias sobre o porquê da cidade ter esse nome: é pelo fato de ter sido feita uma campanha política na cidade, e que “[...] quando foi escolhido para dar um nome para esse lugar, então àqueles que eram do lado dele [Antônio Carlos Ribeiro de Andrada], pediram para dar o nome dele, Antônio Carlos, não é?” (Idem).

Segundo José Junkes, “tinha tanto nome pra escolher... Não precisava ter colocado o nome de um mineiro aqui” (JUNKES, 2012). Discordando do nome dado a cidade, diz que Antônio Carlos tem muitos heróis, que outro nome poderia ter sido escolhido e, ao dar um exemplo de algum nome que poderia ter sido colocado, cita a família Reitz, pois estes teriam feito muito progresso na cidade (Idem).

Segundo Suely Rolnik, subjetividade é um modo de ser, pensar, agir e, até mesmo, sonhar. A autora argumenta que a subjetividade não se dá apenas internamente (no caso, individualmente), pois, se assim fosse, mudanças não aconteceriam. Rolnik defende que a subjetividade não acontece apenas na exterioridade. É internamente e externamente ao indivíduo que a subjetividade acontece. Nesse caso, as subjetividades dos entrevistados auxiliam no processo de rememoração dos fatos passados, bem como suas opiniões e apropriações sobre as histórias que contam durante a entrevista. A memória é, pois, um meio de permitir a relação entre passado e presente, interferindo no processo atual das

representações. Por meio da memória “o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (BOSI, 1987. p. 9). Assim sendo, durante as entrevistas realizadas se percebeu que os fatos narrados no presente são carregados de percepções e representações desse passado mais distante, mas que, ao rememorar esses processos, possivelmente muitas questões vividas ao longo dos anos foram ressignificando os momentos vivenciados e, no momento em que as perguntas eram feitas, iam reativando memórias, opiniões e mágoas, como as apontadas com relação a escolha do nome de alguém que não conhecia o local ou a população.

A homenagem a Antônio Carlos teria acontecido pelo fato do Partido Liberal ter perdido as eleições em Alto Biguaçu (REITZ, *Op. Cit.*, p. 169). Apesar dessa resistência inicial o nome permaneceu, sendo que, por exemplo, no livro *Antônio Carlos 175 anos de história: 1830-2005* de Rogério Kremer, seu segundo capítulo é dedicado ao político mineiro com os dizeres: “Homenagem do povo ao Grande presidente Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Filho (in memoriam), Patrono do Município de Antônio Carlos – SC” (KREMER, 2007. p. 125). É feita uma ‘homenagem’ por parte de Kremer e este coloca que a homenagem é da população. Aquele que havia sido supostamente ‘homenageado’ na década de 1930 recebe esse homenagem do autor, que entende a escolha do nome do ‘patrono’ como realmente uma homenagem, e não uma imposição política (Ibidem, p. 137).

Apesar de debates vinculados ao nazismo contrapondo-o ao nacionalismo terem ganhado mais força a partir da década de 1930 com o crescimento do sentimento antigermânico no país, desde as décadas de 1910 e 1920 já havia projetos de nacionalização do ensino. A escola estava se tornando uma instituição científica, laica, obrigatória, única e pública; sendo que já em 1917 apontavam-se questões que ganhariam força apenas no final dos anos 1930 e princípio dos anos 1940 (CAMPOS, 2004, p. 155). É neste ano que por meio do Decreto 1.063 de 8 de dezembro, as escolas estrangeiras são obrigadas a ministrar seis aulas semanais na língua vernácula e três aulas semanais sobre História do Brasil e de Educação Cívica (FALCÃO, 2004, p. 175).

Por meio da escola transmitia-se a língua e os costumes ‘tradicionais’, conservando aspectos da cultura de origem (CAMPOS, *Op. Cit.*, 2006. p. 92). Motivos como estes levaram ao fechamento da escola estrangeira em Santa Maria (comunidade de Antônio Carlos), pois esta não funcionava de acordo com a lei. Esta escola estrangeira foi



fechada e, em seu lugar, foi criada outra, em 23 de maio de 1934, quando Aristiliano Ramos estava governando o estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA. Decreto nº 596, 1934).

Esta lei a que se refere no Decreto, pode ser a supervisão estatal institucionalizada das escolas privadas em Santa Catarina, que acontecia desde 1910. As escolas eram obrigadas a ensinar em língua portuguesa, mesmo que a língua alemã fosse a regular do ensino (GERTZ, *Op. Cit.*, p. 70 – 71).

José Junkes, que estudou em escola no Egito, comunidade de Antônio Carlos, sobre as aulas, relata que:

No meu tempo já era em português, porque o alemão foi extinto aqui, a aula em alemão foi em...Trinta e... Trinta e seis, no ano trinta e seis. Até o ano trinta e seis lecionava, aqui, o professor José Zimmermann. Ele dava aula em português e em alemão. Era escola particular, os pais pagavam ele. [Aqui em Santa Maria?]. É. Em trinta e seis foi criada a escola pública, e aí o governo é que botava as professoras. Daí para frente era só mais em português. E eu entrei na aula no ano quarenta, 1940, aí já era só português; e nós tínhamos muita dificuldade, todos os alunos tinham dificuldade para falar, para aprender, porque ninguém sabia falar o português. [Por que em casa se falava só o alemão?]. Só. Todos, não só a minha família, todas as famílias: era só alemão, ninguém sabia falar português. Então a professora tinha que se sujeitar de escutar, de ensinar e não deixava a gente falar o alemão. Tinha que falar na marra o português, certo ou errado, e não tinha outro jeito (JUNKES, *Op. Cit.*, 2012).

Ao que parece, José Junkes sabia da existência de tal escola, mas confundiu-se com a data em que ela foi fechada, já que este fechamento havia ocorrido no ano de 1934. Mesmo não tendo frequentado a escola estrangeira, já que esta foi fechada quando ele tinha apenas três anos de idade, o entrevistado falou de sua experiência enquanto estudante de outra escola, na mesma região. José Junkes não trata apenas das dificuldades que as crianças enfrentavam na escola ao serem forçadas a falarem em uma língua que lhes era desconhecida, mas coloca a importância do papel de um professor ou professora ali, que

tinha como função, entre outras, ensinar aos/as pequenos/as uma nova língua, já que as próprias famílias a desconheciam.

Wendelino Meurer, que estudou na escola paroquial de Rachadel, outra comunidade que pertence ao município de Antônio Carlos, diz que as aulas eram ministradas em português e alemão, mas muito mais em alemão. Nascido em 1916, começou a frequentar o meio escolar aos oito anos de idade, por volta de 1924. Conta que teve grande dificuldade em aprender a língua portuguesa, pois até mesmo na igreja se falava alemão (MEURER, *Op. Cit.*, 2011).

As memórias não são aqui entendidas como algo acabado e fechado em si. Elas são, como aponta Michel Pêcheux, “[...] um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Entendê-las como um campo de conflitos e de (re)sentimentos ajuda a compreender o porquê de se trazerem à luz do tempo presente alguns pontos e outros ficarem ocultos. Depende das interpretações dadas aos fatos por aqueles/as que rememoram.

Apesar de a escola estrangeira ter sido fechada já em 1934, por Aristiliano Ramos, foi no governo de Nereu Ramos, principalmente a partir de 1938, que se investiu mais no projeto de modernização e nacionalização do sistema escolar no estado. No ano referido, o uso da língua estrangeira foi definitivamente proibido nas instituições escolares e houve a criação da Superintendência Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino (CAMPOS, *Op. Cit.*, 2004. p. 189).

Integrantes do governo de Getúlio Vargas e de Nereu Ramos objetivavam solidificar o sentimento de brasilidade (CAMPOS, *Op. Cit.*, 2006. p. 31), que pode ser percebido nas escolas. Não só a língua estrangeira foi proibida, mas também era obrigatório ter sempre ensaiados os hinos oficiais e homenagear a Bandeira Nacional aos sábados, bem como respeitar os feriados nacionais, comemorando-os dignamente (SANTA CATARINA. Decreto-Lei Nº 88, 1938). Anastácia Guesser Schmitz informa que rezavam na escola antes da aula começar e quando esta chegava ao fim, que cantavam o hino nacional quase todos os dias; além de que a professora brigava com os/as alunos/as ao falarem em alemão, por não saberem o português, e que era ali, no espaço escolar, que acabavam tendo contato com a língua nacional (2010). A entrevistada nasceu em 1942 e, quando começou a frequentar a escola, com sete anos de idade, Vargas já não estava mais no poder, nem Nereu Ramos era o governador (na época estava Aderbal Ramos da

Silva), mas as questões nacionalizadoras ainda perpassavam o meio escolar.

Mesmo esse idioma tendo sofrido proibições quanto a seu uso, assim como outras línguas de imigrantes no passado, por ser considerada uma língua estrangeira, entendo o *Hunsrückisch* como uma língua brasileira, tal como Karen Pupp Spinassé. Seu *corpus* é germânico, mesmo com os empréstimos da língua portuguesa ao idioma de imigração. Entretanto, o *status* dessa língua não é germânico. É um idioma brasileiro e isso se deve, também, ao contexto de seu desenvolvimento. Sua valorização se dá em território nacional que, assim como outras línguas de imigrantes e de indígenas, constituem patrimônio cultural imaterial brasileiro (SPINASSÉ, 2008, p. 122).

Ainda que a Política de Nacionalização da era Vargas seja apontada como principal causadora da perda do uso do alemão na região, há de se atentar outros pontos que foram diminuindo esse uso e, um deles, é o próprio *status* da língua portuguesa. Por motivos sociais, culturais, étnicos, políticos e econômicos, o uso do português era interessante, pois traria vantagens. Portanto, mais do que se adequar linguisticamente, deixar de lado o uso da língua de imigração e utilizar a língua portuguesa significava integrar-se em diversos meios da sociedade (Ibidem, p. 125). E, acabar tendo contato com a língua portuguesa não era algo difícil: em Antônio Carlos, por exemplo, além da presença de outras etnias no local, este sempre teve algum contato com Florianópolis, facilitando trocas linguísticas e culturais.

O não uso e valorização do idioma *Hunsrückisch* e a proibição do idioma alemão e da Política de Nacionalização, para dois dos antônio-carlenses entrevistados tem relação exclusiva com a Segunda Guerra Mundial. Wendelino Meurer acredita que a língua alemã foi proibida por influência da guerra (MEURER, 2010); ideia que também é compartilhada por José Junkes, que acredita que a Política de Nacionalização tem início em 1942, quando o Brasil declarou guerra a Alemanha, e houve conflito dos alemães com os portugueses, sendo que os teutos não sabiam falar a língua portuguesa e tiveram que aprender “na marra”. “Foi de 42 aí pra frente, até 45, aí foi então, assim, uma perseguição bem grande” (JUNKES, *Op. Cit.*). O que tem sentido para José Junkes é pensar a proibição do idioma como uma consequência da Segunda Guerra Mundial, mas é preciso lembrar que em 1938 foram proibidos estabelecimentos comerciais e industriais com nomes estrangeiros, e as escolas primárias passaram a ser regidas, obrigatoriamente, por brasileiros natos (CAMPOS, *Op. Cit.*, 2006, p.

109), e que a Política de Nacionalização começou antes da guerra, sendo um plano da Aliança Liberal desde o Movimento de 1930 (Ibidem, p. 116). A guerra pode ter legitimado a Política de Nacionalização, mas não foi a sua causa principal. Parece que há uma compreensão maior do que estava acontecendo, quando se pensa que a língua que a população de origem germânica estava habituada a utilizar tenha sido proibida porque o país que habitavam estava em guerra com o país de origem de seus/suas antepassados/as.

Com relação à conservação dos túmulos com escritas em alemão, no livro de Raulino Reitz há um capítulo especial para tratar dos cemitérios que, segundo ele, são monumentos culturais da cidade, em que foram “escritas histórias comoventes de fé e, sobretudo, de esperança relacionadas com o destino, ao lado de outras cômicas e sacrílegas envolvendo ações governamentais arbitrárias de repressão cultural” (REITZ, *Op. Cit.*, p. 364).

Neste momento, Reitz não especifica quais ações governamentais profanadoras que reprimiram a expressão cultural nos cemitérios, mas se refere ao período de Nacionalização. Apenas quando trata do cemitério municipal de Antônio Carlos, que se localiza na Sede da cidade, é que Reitz vai especificar do que se tratavam essas profanações, afirmando que este foi o único cemitério da cidade que teve seus túmulos maculados, “inicialmente por rancor político (anti-integralismo) e depois pelo chauvinismo exagerado (Nacionalização)” (Ibidem, p. 368). Com relação aos ‘chauvinistas’ apontados por Reitz, o autor não especifica nenhum túmulo destruído, e com relação ao anti-integralismo, aponta o túmulo de seu pai, onde a sigma, emblema do Integralismo, foi destruído.

Traz informações apontando para um ódio que existia para com os “pacíficos cidadãos brasileiros de descendência alemã” (Idem). Reitz, em muitos momentos de seu livro, faz a diferenciação entre nacionais e alemães. Este é o momento em que ele aponta, efetivamente, os/as descendentes de alemães/ãs como brasileiros/as, na tentativa, ao que parece, de mostrar que a Nacionalização foi algo despropositado, já que os/as cidadãos/ãs eram pacíficos/as e brasileiros/as com a ascendência alemã.

Sobre os túmulos profanados, Reitz informa apenas sobre os da Sede do município, sendo que os de outras comunidades, como Santa Maria, os próprios familiares teriam retirado as cruzes e as lápides tumulares com escrita em alemão, para que os túmulos não fossem destruídos (REITZ, *Op. Cit.*, p. 369). Informação diferente é dada por

Nilson Schmitz, onde o entrevistado diz que no cemitério de Santa Maria foram destruídas algumas sepulturas, e que “ninguém sabe se foi algum por birra, ou se foi porque tinha raiva dos alemães, alguma coisa, ninguém não sabe, porque quem fez não foi descoberto...” (SCHMITZ, 2010). Na mesma entrevista, na qual Anastácia Guessier Schmitz (esposa do entrevistado) participou, ela informou que muitas das sepulturas que existem no cemitério de Santa Maria foram refeitas mais tarde, com escritas em língua portuguesa, pois parte das primeiras haviam sido extraviadas (SCHMITZ, 2010).

José Junkes diz que nem todas as sepulturas e cruzes eram alvo de intervenção ou destruição, que hoje ainda existem inscrições tumulares com escritas em alemão e que as famílias chegaram a retirar as cruzes, por exemplo, para que não fossem destruídas, porque “ninguém sabia que eles vinham; vieram assim de surpresa [...] e foram mandados pelo delegado que era de origem alemão [...] Pedro Hoffmann. Era o maior perseguidor dos alemães, e ele era alemão” (JUNKES, *Op. Cit.*, 2012). O entrevistado afirma, também, que mesmo sendo de origem alemã, o delegado (que era subdelegado, já que João Dedinho era delegado de polícia na época) fazia isso para mostrar que tinha conhecimento das leis (Idem), popularmente dizendo, “para mostrar serviço”.

Todas as informações colhidas sobre a intervenção ou destruição dos túmulos e cruzes têm seus aspectos não revelados. No livro de Reitz a única tumba depredada que ele nos informa, nominalmente, é a de seu pai (em mais de um momento do livro, chegando a afirmar que ainda na década de 1980 o caso era muito comentado, já que foi um “barbarismo da quebra do sigma” (REITZ, *Op. Cit.*, p. 243)). Fica aqui uma lacuna: saber quais outras lápides tumulares sofreram algum tipo de dano. Outro ponto que não é esclarecido, em nenhuma das entrevistas, nem no livro, é o porquê de algumas lápides terem sido danificadas e outras não, se ambas possuíam escritas em alemão. Tem-se a informação, no livro, de que um fiscal de Biguaçu estaria a caminho do distrito em 1939, para verificar as sepulturas, e multar aqueles/as que não tivessem modificado para o português as inscrições na lápide de seus/suas falecidos/as (Ibidem, p. 369). Mais uma vez não se sabe ao certo de onde veio essa informação do padre, nem se a visita do fiscal aconteceu, ou se alguma família foi multada.

Só a partir dos anos 1940 começa-se uma valorização dos costumes e práticas dos grupos açorianos, como um reflexo do projeto

de valorização nacional do governo Vargas (Ibidem, p. 46 – 47). Mas, enquanto as tumbas alemãs representavam a ‘germanidade’ – aqui entendida como uma prática cotidiana das famílias teuto-brasileiras, não praticada por um plano ideológico consciente, mas como algo intrínseco no dia-a-dia da população; diferente de como era praticada pelas elites que buscavam uma maneira de se sobrepôr a outras classes exaltando sua cultura (GERTZ, *Op. Cit.* p. 109) – não há na cidade tumbas que exaltem a ‘açorianidade’, mesmo após o início da Política de Nacionalização.

Falar de todos esses aspectos do Período de Nacionalização, dos (re)sentimentos em relação a esse período tem como objetivos principais, esclarecer alguns pontos e pensar algumas questões que são centrais para compreender parte dos discursos que são reproduzidos atualmente. Eles não surgiram de um momento para outro, mas foram sendo construídos. O discurso é entendido aqui enquanto um efeito de sentido entre locutores diretamente relacionado à constituição dos sujeitos e a produção de sentidos. O discurso supõe um sistema significante e que haja relação deste sistema com a exterioridade, tendo em vista que sem história não há sentido. A análise do discurso deve, então, levar em conta a ordem da linguagem, o sujeito e a situação. Entendendo, pois, que é no discurso que se pode compreender a relação que há entre linguagem e ideologia e sendo o sujeito o mediador dessa relação, observa-se que não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 1994, p. 53 – 54).

Não havendo relações diretas entre o homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo, por exemplo, sendo que todas as relações têm mediações, já que elas não acontecem de forma direta, faz-se o uso do discurso para pensar como elas são mediadas, sendo o discurso uma das instâncias entendidas como material das mesmas (ORLANDI, 1996, p. 12). Não se pode pensar que “[...] a linguagem apenas espelha o objeto da experiência, que pode ser uma instância transparente a dizer coisas como realmente são [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 21). É necessário que se atente para aquilo que é apresentado, entendendo-o como carregado de sentidos múltiplos e que devem ser interpretados.

Se a linguagem é interação e um modo de produção social, percebe-se que ela:

[...] é um lugar apropriado para a manifestação da ideologia. A linguagem é um lugar de conflito, de confronto ideológico, em que seus processos

constitutivos são histórico-sociais, não podendo ser estudada fora da sociedade e nem de suas condições de produção (MARTINS, s/d, p.1).

Os discursos que estão sendo analisados não estão presentes apenas na fala de pessoas que foram entrevistadas, mas nas festas, na arquitetura, na alimentação ‘típica’ e nas leis que concernem ao campo da memória e identidade. Um discurso que passou a ser veiculado na cidade no ano de 2010, diz respeito à co-oficialização do *Hunsrückisch* em Antônio Carlos. O idioma que foi se perdendo principalmente após as Campanhas Nacionalizadoras do Governo Vargas e Ramos, ainda hoje é, segundo notícia do jornal *Diário Catarinense*, um dialeto falado na região do *Hunsrück* (ROSA, 2013, s/p.).

Segundo Campos, houve um processo de glorificação do idioma germânico, inserido no movimento que havia na Alemanha entre os anos de 1790 e 1815, onde se cultuava a ‘raça’ germânica, e onde seria missão dos alemães perpetuar sua língua e sangue. Este movimento, conhecido como racismo germano-cristão, deu início ao nacionalismo alemão (CAMPOS, *Op. Cit.*, 2006, p. 30). Três séculos separam o início desse movimento do momento dessa pesquisa, e o que se tem visto é a busca, ou a tentativa de se ‘perpetuar’ o idioma *Hunsrückisch*, que era um dialeto, como um meio de, também, ‘perpetuar’ a cultura e as ‘tradições’ alemãs que ainda são, de alguma maneira, vivenciadas por alguns moradores e moradoras da cidade.

Antes de sua co-oficialização, três audiências públicas aconteceram em comunidades do município (Louro, Sede e Rachadel) para uma discussão com a população antônio-carlense sobre a possibilidade de transformar o dialeto em uma segunda língua oficial. A co-oficialização dessa língua intenta incentivar o aprendizado do *Hunsrückisch* nas escolas públicas municipais; sendo a justificativa para tal o anseio de querer recuperá-la, já que é considerada patrimônio imaterial<sup>21</sup> e, ao que parece, na tentativa de (re)afirmar a presença da cultura alemã na cidade. Sua aprovação ocorreu em momento significativo, no ano em que se comemoravam os cento e oitenta anos da chegada dos/as alemães/ãs em Antônio Carlos, e parece estar muito

---

<sup>21</sup> O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e é suscetível a recriações e apropriações, podendo gerar sentimento de continuidade e identidade. Para maiores informações conferir: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=64F9E941BCDD30397AD3015E89802F57?id=10852&retorno=paginaIphan>>.

ligada a ideia de cultura enquanto um recurso, um pretexto para “[...] a melhoria sociopolítica e para o crescimento econômico” (YÚDICE, 2004, p. 26). Na justificativa da proposta de co-oficialização lê-se:

As línguas constituem-se, portanto, em importante componente da cultura imaterial dos diferentes povos. Assim sendo, é de suma importância que os falantes das diferentes línguas tenham condições de preservá-las e desenvolvê-las. [...] Antônio Carlos é uma cidade de colonização, predominantemente, germânica. A língua falada por nossos ancestrais germânicos é o Hunsrückisch. [...] Atualmente poucos jovens falam a língua de nossos antepassados. Mesmo os mais velhos já perderam muito deste patrimônio de inefável valor. Se nada fizermos para recuperar, preservar e desenvolver o Hunsrückisch em nossa cidade corremos o risco de, em mais uma ou duas gerações, vermos o Hunsrückisch de Antônio Carlos ser mais uma língua a desaparecer (CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, Lei Legislativa 132/2010).

Intenta-se, portanto, que a co-oficialização seja uma forma não apenas de “recuperar” o idioma, mas que seja uma forma de religar-se com o passado de imigração alemã para a cidade. Busca-se ter um costume em comum. Entretanto, algumas questões não podem deixar de ser feitas quando se pensa nessa lei. Afinal: quem fala e de onde fala? É o *Hunsrückisch* ‘apenas’ um idioma? Ou pretende ser um marcador identitário e cultural? Quais os caminhos que a co-oficialização, enquanto política pública, vem tomando?

A linguagem, como aponta Campos, é um local de luta onde o poder se instala, onde a resistência se manifesta. A língua é uma unificadora e diferenciadora de grupos (*Op. Cit.*, 2006, p. 59). Assim como ela é capaz de fazer com que indivíduos se identifiquem pelo seu uso, ela faz com que percebam quem não faz parte do mesmo meio daqueles/as que estão em diálogo. Nesse sentido, o livro *Meyne Sproch, Meyne Seele – Minha língua, minha alma*, escrito por Leonídio Zimmermann, atualmente residente no município de Biguaçu, mas nascido no município de Antônio Carlos, é um exemplo concreto de uma busca de (re)valorização do passado de imigração da região. É um local onde a língua *Hunsrückisch* é materializada no papel, afirmando



assim seu espaço, seu lugar. Segundo Fáveri, “[...] a linguagem é um processo criador, através da qual as pessoas organizam e dão formas às suas experiências” (2005, p. 114). E foi isso que Leonídio Zimmermann fez: deu forma a experiências cotidianas por meio de textos escritos em *Hunsrückisch*. O livro conta com uma compilação de crônicas escritas por ele desde o ano de 2002 para o Jornal Biguaçu em Foco<sup>22</sup>, em *Hunsrückisch*. As primeiras foram dispostas no livro em *Hunsrückisch* e em português, mas a segunda parte do livro conta apenas com as publicações escritas na forma original. Em defesa da publicação deste livro e do idioma *Hunsrückisch*, temos Ozias Alves Jr, um dos fundadores do já referido jornal. Por ter sido uma língua ágrafa em seus primórdios, Ozias aponta para a possível extinção desse idioma e traz as línguas ágrafas como “os idiomas dos pobres, dos sem cidadania, dos esquecidos, dos abandonados à própria sorte, dos incompreendidos, dos que não tiveram oportunidades” (ALVES JR, 2011, p. 29), apresentando, já nesse pequeno trecho, o estilo de escrita de seu jornal e tentando mostrar que essas pessoas precisam de ajuda para valorizar seu idioma. Vitimizando as pessoas falantes dessas línguas ágrafas, Ozias se coloca como um entusiasta defensor do *Hunsrückisch*, sempre buscando informar os/as possíveis leitores/as sobre as vantagens nessa valorização e no uso do idioma, visando incentivar, além de outras coisas, intercâmbios culturais.

Essa ideia de uma valorização do *Hunsrückisch* em Antônio Carlos perpassa questões de identidade. Segundo Kuper:

[...] identidade não é apenas um assunto pessoal. Ela precisa ser vivida no mundo, num diálogo com os outros. Segundo os construcionistas, é nesse diálogo que a identidade é formada. Mas não é dessa maneira que ela é vivenciada. De um

---

<sup>22</sup> O jornal *Biguaçu em Foco* teve sua primeira edição publicada em 06 de agosto de 1993. Foi fundado por Ozias Deodato Alves Jr e seu irmão Décio Baixo Alves. Até o ano de 2003 era um jornal de publicação mensal, e a partir de agosto do ano referido, passou a ser diário. Atualmente o Jornal atende as cidades de Biguaçu, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, São José e bairros continentais de Florianópolis. Para mais informações sobre sua história, conferir: JBFOCO. Jornal Biguaçu em Foco, o primeiro diário regional da Grande Florianópolis. Disponível em: <[http://www.jbfoco.com.br/SITE/empresa\\_histo1.php](http://www.jbfoco.com.br/SITE/empresa_histo1.php)>. Acesso em 24 de abril de 2012.

ponto de vista subjetivo, a identidade é descoberta dentro da própria pessoa, e implica identidade com os outros. O eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade de uma coletividade (KUPER 2002, p. 298).

Os usos que se fazem a partir desse idioma, na criação de uma lei, por exemplo, representam um poder simbólico. Para Bourdieu, o poder simbólico é um poder invisível que é exercido pela cumplicidade dos/as que não querem saber que estão sujeitos a ele e daqueles/as que o exercem (1989, p. 7 – 8). No caso dos usos do *Hunsrückisch*, o poder simbólico exercido se dá entre as pessoas falantes e as não falantes. O poder simbólico permite:

[...] exprimir o sofrimento, a decepção, a alegria, todos os sentimentos associados aos tempos fortes do ciclo de vida de um grupo social e, num outro registro, veicular os anseios, as expectativas, as identidades e demais sinalizações pertinentes com que os grupos sociais buscam afirmar sua diferença por meio dos encantamentos instilados em sua definição dos mistérios da vida e do mundo (MICELI, 1996, p.14).

Neste sentido, aqueles e aquelas que dominam o idioma co-oficializado representariam um grupo que teria um passado em comum, no caso, de imigração alemã. Apesar de grande parte dos/as falantes descenderem desse grupo, há aqueles/as que descendem de outras etnias e são falantes, ainda que talvez pouco, do idioma aqui estudado. Salim Miguel – que viveu parte da infância na região de São Pedro de Alcântara, Alto Biguaçu e Biguaçu – em seu livro *Reinvenção da Infância*, mostra aos/as leitores/as que aprendeu a falar o dialeto da cidade. Tal aprendizado é apresentado no trecho que se segue:

Não faz muito tempo a família chegou a Biguaçu. O filho foi logo matriculado no Grupo Escolar Professor José Brasilício de Souza. Ainda ressabiado entra na sala. Nada sabe, não conhece ninguém. [...] Meses se passam. De novo na aula. Ele já se relacionou, fez até amigos. A mesma cena. A professora pede atenção. Vira-se para os alunos. Ergue a voz, quer silêncio. Diz apontando para ele: olhem só, olhem e se mirem no exemplo,

há pouco não sabia uma só letra, mal conhecia algumas palavras do português, misturado com árabe e alemão; é turco [...] (MIGUEL, 2011, p. 20).

Para Salim Miguel pode ter sido ‘apenas’ uma forma de se comunicar com as pessoas que viviam em Alto Biguaçu e Biguaçu. Mas, para aqueles/as que ainda residem na cidade, especialmente aqueles/as que são de origem alemã, falar essa segunda língua, neste local, representa uma identidade para as pessoas que conseguem se comunicar por meio dela. Pode-se perceber isso, por exemplo, na fala de Altamiro Kretzer. Atual Secretário de Cultura e Educação no município de Antônio Carlos, Kretzer foi o vereador responsável por elaborar e propor a Lei Legislativa 132/2010, que co-oficializou o *Hunsrückisch* na cidade. O *Hunsrückisch* não é mais uma língua estrangeira na cidade de Antônio Carlos, segundo Kretzer. O objetivo, então, de co-oficializar esse ‘dialeto’, intenta “[...] recuperar, manter uma língua nossa. Não é mais estrangeira, ela é nossa” (KRETZER, 2013).

O Rio Grande do Sul também recebeu imigrantes alemães, a partir de 1824. Algumas das atuais cidades desse Estado também receberam imigrantes originários da região de *Hunsrück*, sendo que, segundo Ozias Alves Junior, no Rio Grande do Sul já existe, há algum tempo, uma valorização maior no resgate do ‘dialeto’, ou o que ele chama de “alemão nativo”, especialmente na cidade de Santa Maria do Herval, no nordeste do Estado gaúcho, segunda cidade a co-oficializar esse idioma (ROSA, *Op. Cit.*). Tendo em vista o que já vem acontecendo no Rio Grande do Sul, Ozias acredita que “resgatar o alemão nativo de Biguaçu é estimular o intercâmbio cultural com a Alemanha” (ALVES JR, 2010), referindo-se a um intercâmbio promovido pelo IFPLA (Instituto de Formação de Professores de Língua Alemã)<sup>23</sup>. Interessante perceber o que significa nativo aqui. Ozias Alves Junior entende o alemão trazido por imigrantes para o estado de Santa Catarina como sendo algo nascido aqui, como algo do lugar. O idioma *Hunsrückisch*, assim como a própria língua portuguesa, sofreu alterações com o passar dos anos, visto que não é estático, é vivo.

---

<sup>23</sup> O Instituto de Formação de Professores de Língua Alemã (IFPLA) é mantido pela Associação Evangélica de Ensino (AEE). Integra a Rede Sinodal de Educação e forma professores de línguas Portuguesa e Alemã desde 1976. Está integrado na estrutura acadêmica da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), de São Leopoldo (BRASIL-ALEMANHA, 2010).

Porém, isso não significa que ele tenha surgido em Biguaçu ou Antônio Carlos. Trazer a ideia de que o idioma é nativo do local, que nasceu ali, aproxima-o das pessoas para que elas o entendam como algo particular da sua comunidade.

Segundo informações contidas na página da internet de Ozias e no portal Brasil-Alemanha, dez estudantes gaúchos tiveram a oportunidade de fazer a viagem e visitar, dentre outros lugares, a região de *Hunsrück* (Idem; BRASIL ALEMANHA, s/d, s/p.). Ozias acredita que este movimento é importante, por quatro pontos:

Em primeiro lugar, chamou-me a atenção o título da reportagem: “Intercâmbio leva alunos do IFPLA ao Hunsrück”. Em segundo lugar, entre os estudantes brasileiros gaúchos dessa viagem, havia falantes de “dialeto” Hunsrück, o mais popular entre os descendentes de alemães no estado do Rio Grande do Sul. Em terceiro lugar, com diferença de uma palavra aqui, outra ali, eles se entenderam- muito bem, obrigado- com os falantes de “dialeto” Hunsrück da Alemanha. Em quarto- lugar, eles, que estão estudando para serem professores de alemão oficial, fizeram uma viagem de intercâmbio àquele país, com apoio financeiro da Sociedade Brasil-Alemanha (ALVES JR., *Op. Cit.*).

A relação que isso teria com a cidade de Antônio Carlos? Para Ozias, na Comarca de Biguaçu o idioma é “relegado ao ostracismo” e não há uma exploração do idioma “como potencial cultural e de busca de intercâmbios” (Idem). A reportagem é de março de 2010, e Ozias aponta que Altamiro Kretzer pretende apresentar o projeto de Lei para co-oficializar o dialeto.

Se uma língua só pode existir se as pessoas se comunicam com ela, quem mantém essa língua em Antônio Carlos, levando em conta que foi criada uma lei para tentar assegurar que ela não se perca? E qual a história de seus/suas falantes?

Para Calvet, a língua não pode ser percebida apenas como um “instrumento de comunicação”, já que tende a fazer parecer que há uma relação neutra entre o falante e sua língua e que, instrumento é apenas um “utensílio de que se lança mão quando se tem necessidade e que se deixa para lá em seguida” (*Op. Cit.*, p. 65).

Retomando esses pontos, o que se tem percebido com relação ao *Hunsrückisch* é que essa língua de imigração carrega consigo uma marca identitária. Ela aproxima aqueles/as que falam o idioma e colocam a certa distância quem não possui essa chave de comunicação. A história que a permeia seria a de uma população trabalhadora e humilde, que sentiria no pronunciar do dialeto de seus antepassados, uma relação saudosista e nostálgica e por isso seria tão importante uma lei para proteger esse patrimônio imaterial da cidade. Para as pessoas mais velhas que se encontram pela cidade, esse “instrumento de comunicação” faz reconhecer no outro uma origem e/ou um passado quase comum.

Ainda que não seja mais um dialeto na cidade de Antônio Carlos, o *Hunsrückisch* carregou durante muito tempo essa marca. Tê-lo tornado uma segunda língua oficial na cidade, ‘elevando-o’ a outro nível, não tira dele o fato de ainda ser uma língua pouco falada na cidade. Entretanto, isso não a torna menos importante para quem o fala. René Gertz, ao abordar aquilo que motiva a ‘preservação’ e uso dos dialetos alemães no Brasil, afirma que:

[...] os dialetos que aqui se preservaram não são mais falados na Alemanha. Por isso, falá-los ajuda pouco para conseguir um emprego numa empresa alemã que venha a instalar-se aqui no Brasil. Agora, dizer que, por isso, essa linguagem se tornou obsoleta é arriscado. Apesar de que os pepinos graúdos em conserva que minha mãe fazia, o pão de milho que ela fazia e o melado que nós fazíamos terem se tornado obsoletos, não muda nada no fato de que, quando consigo encontrar esses três produtos, minha salivação aumenta tremendamente, e minha autoestima vai lá em cima. Em português claro: assim como comer uma fatia de pão de milho com uma grossa camada de melado e mais um pepino em conserva faz parte de uma tradição pessoal que é prazerosa, também esses dialetos são elementos constitutivos da cultura do povo simples, que continua se sentindo bem ao falá-los (GERTZ, 2011).

Como aponta Frotscher, a língua, assim como a cultura, tem como função estabelecer significados, o que permite que os sujeitos possam posicionar sua identidade (2011, p. 120). Para os/as falantes do

*Hunsrückisch* em Antônio Carlos há, portanto, um posicionamento de identidade: afirmarem-se enquanto descendentes de imigrantes alemães, ou, no caso de algumas pessoas que não descendem desse grupo étnico, mas aprenderam o idioma, significa ser pertencente a esse grupo.

Ao observar-se a fala de René Gertz sobre o assunto cabe, neste momento, evidenciar o posicionamento de Kretzer com relação ao ensino do *Hochdeutsch* em Antônio Carlos. Quando questionado sobre as aulas que estavam acontecendo na cidade no mesmo período em que o projeto de lei de co-oficialização do *Hunsrückisch* estava sendo discutido, Kretzer ressalta que não se colocou contra o ensino do alemão ‘moderno’:

Só que a intenção, aqui, não é você oferecer ao aluno ou às pessoas, uma língua estrangeira. Isso é outra história, né? Você aprende inglês no ensino tradicional, ou faz uma outra língua estrangeira qualquer em cursos oferecidos aí por várias instituições. [...] Aqui eu quero recuperar, preservar, uma língua nossa, dos nossos antepassados, nossos imigrantes, enfim. E... E você aprendendo o *Hunsrückisch*, né, para o alemão moderno, é um passo. Se você conversar com essas pessoas mais idosas do nosso município, alguns deles tiveram, né, o prazer de poder viajar para o exterior e foram para a Alemanha, inclusive. Eles se viravam (KRETZER, *Op. Cit.*).

Este é o momento em que o entrevistado ressalta a importância em ser ensinado, nas escolas municipais, o idioma que é falado em Antônio Carlos: ele deve ser preservado.

A fala de Gertz e de Kretzer não são completamente divergentes. Gertz aponta para a importância pessoal em sentir-se bem ao preservar uma ‘tradição’, ponto que também é ressaltado por Kretzer, especialmente quando este aponta sobre a satisfação que as pessoas idosas podem sentir ao conversar com os/as netos/as no idioma, e vice versa (Idem), dependendo, portanto, da subjetividade de cada pessoa. Mas, diferente de Gertz, Kretzer destaca que a comunicação é viável, mesmo que tenham algumas diferenças entre o *Hunsrückisch* falado no Brasil e na Alemanha, afinal:

Isso faz parte da dinâmica das línguas. Elas são vivas, né? Se fosse esse olhar de que “Ah, o

Hunsrück hoje é um alemão errado, o correto é o que se fala na Alemanha agora”. Daí seria o mesmo que dizer que o português correto é o que se fala em Portugal agora e o português do Brasil é um português errado (Idem).

Entendendo que as línguas sofrem influências, que são dinâmicas e que estão em constante mudança, o *Hunsrückisch* não é uma língua morta. Ainda existem falantes na cidade, e estes falantes assumem esse costume em comum e se identificam ao comunicar-se entre si com esse segundo idioma oficial.

Segundo Raymond Williams, a cultura tem dois aspectos:

[...] os significados e direções conhecidos, em que seus membros são treinados; e as novas observações e significados, que são apresentados e testados. Estes são os processos ordinários das sociedades humanas e das mentes humanas, e observamos através deles a natureza de uma cultura: que é sempre tanto tradicional quanto criativa; que é tanto os mais ordinários significados comuns quanto os mais refinados significados individuais (WILLIAMS, 1958, p. 3).

Os significados e direções conhecidos do *Hunsrückisch* em Antônio Carlos, onde os membros são treinados refere-se ao grupo de falantes do idioma, que através de gerações vem mantendo essa ‘tradição’, mesmo que parte dela tenha se perdido ao longo dos anos. As novas observações e significados dizem respeito ao novo olhar que vem sendo dado a essa cultura imaterial e sua patrimonialização: aquilo que servia como meio de comunicação entre as pessoas, passa a ser visto como algo representativo da cultura e da identidade daqueles/as que conseguem se comunicar por meio do ‘alemão nativo’, ressignificando no presente os usos do idioma: o idioma dos/as antepassados/as, dos/as que fizeram progresso no Brasil. Por isso esse movimento é ‘tradicional’ e criativo: ‘tradicional’ por que visa proporcionar uma continuidade de um costume comum a alguns moradores e moradoras da cidade; criativo, pois, ‘preservando’ esse costume em comum por meio de uma lei de co-oficialização, acontece o que Kretzer aponta:

[...] além desse aspecto da manutenção, enfim, ou do estímulo à diversidade cultural, até do ponto de

vista econômico é interessante, né? O que chama a atenção do ponto de vista turístico? Não é a mesma. É o diferente, né? (KRETZER, *Op. Cit.*).

A criatividade, aqui, está em fazer uso do ‘tradicional’, daquilo que parecia cotidiano para essas pessoas e usar isso não apenas como uma maneira de ‘resgatar’ e ensinar o idioma às novas gerações, mas também como uma forma de atrair turistas para a cidade. Apresenta-se algo novo, diferente do que já é apresentado nas festas ‘tradicionais’: uma cidade bilíngue.

Para celebrar que a cidade possui uma segunda língua oficial, em 23 de outubro de 2012, foi instituído o Dia Municipal da Língua *Hunsrückisch*, a ser comemorado no dia 5 de outubro, lembrando a data em que a lei que o co-oficializa foi sancionada. O parágrafo único da lei diz que:

As comemorações deste dia terão como objetivos principais: propiciar um momento de reflexão, de resgate e de estímulo à língua de nossos antepassados; resgatar a história de Antônio Carlos, além de estimular a reflexão e o intercâmbio de ideias sobre o idioma, que faz parte da cultura local; dar publicidade para o uso da língua *Hunsrückisch* falada e escrita; lembrar a igualdade entre todas as línguas e a importância da diversidade cultural e linguística; criar uma conexão de parceria entre todos os amigos da língua *Hunsrückisch*, tanto em nossa cidade como fora dela (CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, Lei Legislativa 169/2012).

A lei, que já vigora há pouco mais de dois anos, não apresentou, até o presente momento, propostas de alguma comemoração para a data. Se com relação às ‘comemorações’ nenhuma medida foi tomada, o mesmo não se pode dizer das medidas relacionadas à Lei 132/2010. Em setembro de 2013 a cidade de Antônio Carlos ganhou o Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura. Tal edital é promovido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e da Fundação Catarinense de Cultura e Conselho Estadual de Cultura. O projeto apresentado, que leva o título de *Patrimônio Imaterial, Hunsrückisch*, recebeu 100 mil reais para realizar um censo e



diagnóstico linguístico desta ‘língua de imigração’ (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2013). O censo produz indicadores sobre a língua e permite que se tomem decisões sobre a mesma. O diagnóstico sociolinguístico objetiva aprofundar os conhecimentos sobre os usos do *Hunsrückisch* na cidade, principalmente com relação à escrita da língua. A soma do censo com o diagnóstico, segundo o site da prefeitura municipal da cidade,

[...] poderá orientar a adoção de uma perspectiva para o ensino da língua no município, por exemplo, ou outras políticas linguísticas com vistas à preservação do patrimônio linguístico, oral e escrito, de Antônio Carlos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2013, s/p.).

À luz do que vem sendo feito em Antônio Carlos, dois conceitos estão sendo pensados: Política Linguística e Planejamento Linguístico. A Política Linguística, prática estatal-legislativa, foi o primeiro passo para que a ‘língua de imigração’ deixasse de ser um dialeto. Porém, somente após quase três anos da lei ter sido sancionada, o Planejamento Linguístico começou a ser feito: a preocupação e incentivo para a formação de recenseadores do idioma *Hunsrückisch* está sendo feita durante o processo de escrita deste trabalho. O censo linguístico e diagnóstico está sendo realizado pelo IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística). O censo linguístico irá produzir indicadores sobre o idioma, permitindo visualizá-la em suas funções básicas sociais, para que então sejam tomadas decisões sobre elas. O Diagnóstico sociolinguístico permitirá que se aprofunde o conhecimento sobre os usos do idioma em Antônio Carlos, principalmente com relação à escrita. Essas etapas, segundo o IPOL, poderão dar orientações para o ensino do *Hunsrückisch* na cidade (IPOL, 2014).

Segundo Calvet, o Planejamento Linguístico age sobre o ambiente, para intervir no peso das línguas e em sua presença simbólica. O autor compreende que a busca identitária pode se dar por comportamentos espontâneos e pela intervenção da lei (2007, p.73). A cidade de Antônio Carlos já apresentava sua identidade ligada à ‘germanidade’ nas festas e no uso do dialeto em seu cotidiano. Conversas com a comunidade foram feitas para perguntar o que a população pensava sobre co-oficializar aquilo que era de seu uso

cotidiano, tirando o uso exclusivo do espaço privado e colocando-o no espaço público.

Severo, ao pensar sobre escolhas linguísticas e a construção de identidades, percebe que:

A análise do funcionamento de uma política linguística não jurídica ou estatal possibilita a compreensão da maneira pela qual os significados sociais vinculados às escolhas linguísticas são construídos e reforçados localmente, atuando, por exemplo, na construção e manutenção de certas identidades (2013, p. 459).

Por este idioma ainda não ser ensinado nas escolas municipais e seu conhecimento estar concentrado em pessoas idosas<sup>24</sup>, costuma ser um pouco mais difícil encontrar falantes do *Hunsrückisch* nas ruas e instituições da cidade (prefeitura, escola,...). Para encontrar falantes fluentes do idioma é preciso visitar as pessoas mais idosas no interior da cidade, ou ter a sorte de estar próximo a falantes que estejam dialogando. Isso pode acontecer na saída da igreja ou até mesmo no terminal rodoviário da cidade, como já pude presenciar algumas vezes e onde, em um desses momentos, no banco atrás de mim, três senhoras conversavam. Conversavam em português, até que, de repente, pelo espelho da estufa de salgados vi que uma delas olhou em minha direção e mudou o idioma para se comunicar com as outras senhoras que ali estavam: começou a falar em *Hunsrückisch*. No mesmo instante lembrei das histórias que minha mãe contava da época em que era criança: das inúmeras vezes em que, durante uma conversa em casa, meus avós falavam o dialeto para que os filhos pequenos não conseguissem saber de qual assunto tratavam. Os códigos dessa comunicação, então, não foram repassados a todos/as, a fim de que houvesse mais do que diferenciações entre falantes e não falantes. Ser falante do *Hunsrückisch* é poder fazer parte de um grupo.

Se o dialeto ainda no início da colonização alemã era visto como um idioma, já que, quando se fala desses dialetos costuma-se encontrar referências a proibição do alemão, a lei de co-oficialização do *Hunsrückisch* conferiu a ele uma separação dos demais dialetos trazidos

---

<sup>24</sup> Não que algumas pessoas mais novas não tenham algum conhecimento da língua, mas este costuma ser reduzido tanto em número de pessoas falantes quanto em léxico.

para o Brasil. A co-oficialização do idioma tem sido defendida como uma maneira de reparar os danos sofridos no passado, com as Políticas de Nacionalização, colocando esses fatores como responsáveis pelo abandono dos usos do *Hunsrückisch*.

A língua tem sido, em alguns momentos, vista como um marcador de diferenças até mesmo biológicas, não apenas identitárias. Percebe-se que nem sempre a manutenção de identidades se dá conscientemente. Pensando nos grupos atuantes na cidade de Antônio Carlos, que seriam os/as efetivamente falantes, os/as não falantes e os/as que trabalham em prol da co-oficialização e manutenção desse idioma, talvez o último grupo seja o que de fato atua efetivamente de maneira consciente nesse espaço. Quando na justificativa de lei que co-oficializa o *Hunsrückisch* Altamiro Kretzer, em entrevista cedida em 2013 afirma que “A intenção aqui é recuperar, manter uma língua nossa. Não é mais estrangeira, ela é nossa” (KRETZER, 2013), a questão de destaque em sua fala é: de quem é essa língua que ele afirma ser “nossa”? Ela só é ‘pertencente’ a alguém desde que a pessoa se identifique com sua história, com seus usos, com seu léxico, pois esta é sim um marco identitário. Um diferenciador e um aproximador.



### 3. DELINEANDO A CIDADE: MEMÓRIAS E IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO

*O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes (CALVINO, Op. Cit., p. 18).*

Não muito diferente do que escreve Calvino sobre a cidade de Tamara, escrevem também os antônio-carlenses que resolveram debruçar-se sobre a história da cidade para narrar os discursos que há muito já são repetidos e conhecidos por boa parte da população: da chegada dos alemães, da sua vida difícil, do gosto pelo trabalho herdado pelos pioneiros, da importância da produção agrícola. Basta deixar que o olhar percorra as ruas e é possível observar alguns desses discursos: pessoas de pele, cabelos e olhos claros não são difíceis de encontrar. Não é preciso ir muito longe do centro da cidade para ver as plantações de hortaliças e pessoas trabalhando na lavoura. Nas festas ‘tradicionais’ da cidade há o festejo do trabalho dos/as agricultores/as, sendo que para os desfiles de máquinas agrícolas, é possível ver desde crianças até pessoas idosas conduzindo as tobatas e tratores enfeitados. Todos os discursos que são apresentados nos livros que abordam o passado da cidade parecem ser visíveis para quem chega ao local. Entretanto, há de se lembrar que a escrita sobre a cidade se deu apenas por homens e todos descendentes de alemães.

Apesar da perspectiva de gênero perpassar por todo o trabalho, é neste momento que ela será trazida mais à luz para a discussão do tema, já que os trabalhos feitos sobre a cidade são majoritariamente masculinos, apresentando mais do que o ponto de vista desses homens sobre o local onde moram e sua população. Ter apenas a presença de homens como porta vozes da cidade aponta para relações de gênero marcadas por papéis sociais previamente estabelecidos. Por entender que o gênero é a primeira forma de dar significado às relações de poder, essa categoria de análise será aqui utilizada para “decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1990, p. 14 – 16). Entretanto, mais do que questões de gênero, entram em pauta questões de geração. Isso por que a valorização da memória que é feita nesse momento vai para além do

campo masculino. A valorização se dá também pela idade de quem narra.

Percebe-se isso tanto na escrita dos livros memorialísticos, onde quem escreve são homens mais velhos, quanto em quem tem autoridade reconhecida na cozinha e tem suas receitas publicadas no livro *Delícias da melhor idade*, onde o nome sugestivo já informa que os pratos são elaborados por mulheres idosas. Sobre a questão geracional, Alda Britto da Motta ressalta que, dentro de cada grupo geracional são construídas:

[...] representações, identidades e situações sociais que se confrontam com as de outros grupos ou categorias sociais. Ao mesmo tempo, essas relações realizam-se em articulação com condições identitárias definidas a partir de outras dimensões relacionais, principalmente a de gênero e a de classe social (2010, p. 234).

Assim sendo, não deve ser entendido como um campo neutro. Nele há também relações de poder e busca por espaços. No caso das memórias apresentadas como oficiais, todos os que se dispuseram a escrever sobre o passado da cidade e todas que disponibilizaram suas receitas tem autoridade adquirida justamente por serem pessoas mais velhas, apresentadas como portadoras do conhecimento, quase inquestionáveis. Nesse campo as identidades de gênero e culturais estão bem traçadas e definidas: homens e mulheres com predominância de sobrenomes alemães. Homens escrevendo o passado histórico da cidade, mulheres apresentando seus dotes culinários.

Percebe-se, pois, que não apenas nas festas ‘tradicionais’ da cidade os papéis de gênero são bem marcados, onde as mulheres trabalham na cozinha e os homens trabalham no bar e na preparação do churrasco, mas também, na rememoração da história de Antônio Carlos: enquanto aos homens coube (e ainda cabe) lembrar e escrever sobre fatos políticos e históricos, às mulheres da cidade o espaço oficial e reconhecido reservado para rememoração está no livro de receitas. Há uma diferenciação nas formas de lembrar de homens e mulheres. Esta memória não estaria ligada à natureza ou ao biológico, mas sim, ligada a práticas socioculturais, que acabam permeando as questões que constituem a memória (PERROT, 1989 *Apud* KOFES; PISCITELLI, 1997, p. 348).

Enquanto às mulheres antônio-carlenses, principalmente às senhoras, foi reservado o espaço da cozinha, seja em casa ou nas festas,

aos homens, principalmente os mais velhos, foram reservados outros espaços, onde há maior interação com o espaço público. Suas formas de lembrar e narrar são, portanto, diferenciadas pelos espaços que ocupam. Mas isso não acontece apenas em Antônio Carlos. A cidade, assim como tantas outras, reforça um estereótipo de gênero, onde o posto normalmente ocupado pelos homens está ligado a espaços públicos e as mulheres são encarregadas das tarefas e afazeres dos espaços privados. Às mulheres de Antônio Carlos esse estereótipo não fugiu aos livros: um livro com receitas das senhoras da cidade foi publicado, enquanto livros sobre a história da cidade ganham notoriedade pela escrita masculina.

Este capítulo terá como enfoque a memória escrita sobre a cidade. As obras foram escritas em diferentes períodos (1988 – 2013), e remontam a ideia de um passado onde os pioneiros devem ser valorizados e onde seus/suas descendentes herdaram todos os aspectos positivos dessa cultura. A escolha dessas obras para análise se deu por serem aquelas que apresentam de maneira mais direta as questões identitárias e memorialísticas da cidade, abordando temas relacionados à imigração, política, população e alimentação.

Percebo que os livros também podem ser compreendidos enquanto lugares de memória: locais com efeito nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos (NORA, 1993, p. 21). Sua materialidade está nos livros em si e na sua escrita, enquanto o simbólico diz respeito ao que foi escrito, as formas de narrar, pensando em quais objetivos se tem em rememorar o passado dessa maneira. Sendo o lugar de memória “[...] um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (Ibidem, p. 27), percebe-se que, mesmo tendo passado alguns anos do momento de escrita da primeira obra que trata da chamada cultura alemã na cidade, outras obras posteriores debruçaram-se sobre essa primeira para reafirmar as identidades e memórias apresentadas por Raulino Reitz. Houve pouquíssima abertura para perceber a participação de outras etnias presentes na construção da cidade, mesmo no livro de Rogério Kremer intitulado *A importância do Negro no Cenário de Antônio Carlos*, de 2013. O lugar de memória edifica, de alguma forma, esse passado que tem se buscado constantemente valorizar.

### 3.1. A MEMÓRIA ESCRITA: OS LIVROS MEMORIALÍSTICOS

Deixar sua participação na construção da história antônio-carlense. Esse parece ter sido o objetivo daqueles que se dedicaram a escrever livros memorialísticos sobre a cidade. De padre-botânico a agricultor. Todos querem, de alguma maneira, contribuir com seu conhecimento para deixar para pesquisadores/as e estudantes, uma ampla gama de informações sobre Antônio Carlos, desde os primórdios da imigração até a atualidade. Atualidade lê-se como o momento em que as obras foram publicadas: algumas no final dos anos 1980, outras nos anos 1990 e algumas no século XXI. Momentos diferenciados de escrita, mas com o mesmo objetivo: escrever a história de Antônio Carlos, fazer o que diz João Beno Wendling no curta metragem sobre o Livro de Walachai: cumprir uma função (WENDLING *Apud* ZILLES, 2006).

Tira-se o foco de grandes histórias e grandes cidades e abra-se espaço para a história da cidade de Antônio Carlos. Como bem apontou Wolff, em várias cidades do estado tem sido comum o uso da história local como meio de retomar e valorizar questões do passado a partir de questões do presente, como o caso do turismo (WOLFF, 2009, p. 57). Os livros escritos sobre a cidade de Antônio Carlos são formas de amparar historicamente, ainda que seja uma escrita tradicional, o passado da cidade, revalorizando-o no presente e buscando meios de apresentar a cultura da cidade como uma cultura alemã.

Assim como a historiografia produzida por historiadores/as de ofício, aqueles que se propuseram a escrever a história antônio-carlense apresentam suas visões de mundo ao público leitor. Sua escrita, assim como a de historiadores/as reconhecidos/as pelos pares não é neutra, carregada de vivências e escolhas pessoais e profissionais. Não apenas fontes tidas como oficiais são utilizadas para a escrita dessas obras, mas também a memória de quem escreve é fonte nesses casos, mesclando os sujeitos produtores da história com os narradores.

Maria Teresa Santos Cunha, ao falar de diários e apresentando-os como documentos memorialísticos, entende-os como:

[...] produzidos por práticas de escrita (auto) biográficas e nos fornecem indícios para compreender outros tempos. Geram, pela leitura, um conhecimento sobre o passado recente da nossa sociedade, estimulado por uma reflexão sobre o presente [...] (CUNHA, 2007, p. 47).



Assim entendo essas obras memorialísticas produzidas em Antônio Carlos: os autores fizeram quase um diário de fatos da cidade, indo além da prática pessoal da escrita e levando adiante suas memórias e as memórias de tantas outras pessoas que foram colaboradoras ou entrevistadas para a produção de seus textos. Com uma escrita quase catalográfica, esses memorialistas tem uma prática colecionista: buscam informações em diferentes lugares e as colocam em seus livros como uma forma de registrar o passado. Suas escritas são carregadas de significados e discursos, tendo escolhas ao abordar certos temas e outros não. A escrita desses autores é pessoal, mas a memória da qual falam é a memória histórica e coletiva da cidade, o que, como mencionado anteriormente, Michael Pollak chama de “memória quase que herdada” podendo ser originada de acontecimentos vividos por ‘tabela’, ou seja, acontecimentos que a pessoa podia não estar presente, mas que o grupo no qual ela está inserida participou, e ela toma como uma memória sua (POLLAK, 1992, p. 2). No estudo que se faz compreende-se que não apenas o que é dito deve ser percebido. Os silêncios, os “não-ditos”, também devem ser entendidos enquanto discursos. O discurso não proferido pode mostrar algo que deseja ser transmitido ou imposto, podendo ser utilizado para manter a coesão ou a separação de determinados grupos (POLLAK, 1989, p. 8 – 9).

Autores e épocas diferentes, mas, nem por isso, a temática é diferenciada. Percebe-se seu engajamento na busca de tentar deixar registrada na história narrativas e vivências de seu local de origem. A curiosidade sobre como seus/suas antepassados/as viveram os move em busca de informações. Normalmente, essas pessoas têm o que Raphael Samuel denomina de “aguçado senso de herança” (1990, p. 221): tudo que encontram é bem-vindo para compor a obra. Isso vale desde pessoas dispostas a dar seu testemunho até prêmios recebidos. O historiador local (no masculino, pois não houve historiadoras locais na cidade) acaba colocando no papel reflexões acumuladas sobre suas experiências e memórias também (Idem). É uma forma de tentar se imortalizar lado a lado com a história local.

Das obras antônio-carlenses, basicamente todos os livros apresentam questões relacionadas à imigração alemã, à Política de Nacionalização, Segunda Guerra Mundial, os usos do dialeto (hoje idioma) *Hunsrückisch*, economia, política e biografia de algumas pessoas. Por este motivo, a escrita que se segue não trará uma divisão de autores, obra ou década. Sua divisão será temática, podendo assim ser possível perceber os entrelaçamentos de temas que existem nos livros.

Segundo Samuel, embora a história local seja “escrita como um trabalho de amor, é tão repetitiva e sem vida” (1990, p. 222). Um dos motivos para isso se daria pelo tipo de documentação utilizada por quem escreve histórias locais, sendo estas muito voltadas para o governo local. Outro motivo estaria ligado a noção que se tem sobre História local. O local é percebido como uma “entidade distinta e separada, que pode ser estudada como um conjunto cultural” (Ibidem, p. 227). Ao pensar nas contribuições que a produção de História local pode proporcionar, Cristina Scheibe Wolff, entende que o trabalho realizado por esses autores de histórias locais contribui na publicação de documentos, organização de arquivos e acaba fazendo com o passado interesse “um grupo menos restrito da população” (WOLFF, 2009, p. 57). O *Memorial Santa Maria*, por exemplo, possibilita que pessoas que não se interessam pela história escrita possam visualizar o passado de uma maneira mais material: o acervo do local conta com inúmeras peças utilizadas no século XIX e XX pelos antepassados da população, desde utensílios para o trabalho até livros e fotografias. Ainda assim, seu idealizador, José Junkes, também se dispôs a narrar a história de sua família e brevemente, a da cidade. Ambas acabam não se descolando, assim como nos livros impressos: a história da família de quem narra e as suas próprias histórias estão vinculadas com a história da cidade, pois, sendo antônio-carlenses, sentem-se como parte componente importante da história e do fazer historiográfico, por isso não é de se estranhar, e até é esperado que se encontre nesses livros a biografia dessas pessoas: o anseio por registrar seus feitos leva os autores a se autobiografar, ou serem biografados por alguém, mesmo que em uma apresentação breve, para que se tenha conhecimento de quem está falando e o que torna essa pessoa autorizada a falar, sendo, normalmente, suas memórias não desvinculadas da idade delas, já que, tendo mais de sessenta anos, viveram boa parte de suas vidas no século XX, muito mais próximos dos antepassados imigrantes e, portanto, tendo conhecimento de fatos que viram, vivenciaram ou conheceram aqueles/as que viveram no período.

Os livros memorialísticos produzidos sobre a cidade apresentam o uso de documentos presentes desde arquivos de câmaras municipais, de paróquias e particulares, até o uso de entrevistas, principalmente com viventes da região, não havendo grandes critérios para o uso das falas dos/as entrevistados/as, bem como de documentos escritos. As palavras gravadas em documentos oficiais e as palavras ditas por colaboradores/as na construção dos relatos são tomadas como

verdades. Não há preocupação em questionar, contextualizar e fazer críticas às fontes (a não ser quando essas se opõem a ideia de um povo harmonioso e trabalhador, principalmente quando a população de ‘origem’ é diretamente ‘atacada’). Ainda assim, há de se perceber que, mesmo utilizando-se de uma escrita tradicional, esses autores acabam tendo nas entrevistas, fontes. Fontes essas que foram ganhando visibilidade a partir da Escola dos *Annales*.

As fontes e bibliografia geral dessas obras são lidas, apropriadas pelos autores e escritas, sendo que todos eles fazem referência a obra que ‘inaugura’ a escrita sobre a história de Antônio Carlos: *Alto Biguaçu*, de Reitz. Por isso há tantos pontos em comum entre as obras, pois elas costumam beber da mesma fonte e os autores têm pontos de vista muito próximos uns dos outros, não havendo inovações de conteúdo apresentado, fontes e narrativas da história.

Retomados como fontes, os livros que narram a história de Antônio Carlos encontram-se disponíveis na biblioteca municipal. Das obras utilizadas para a pesquisa, possuo duas (sendo uma delas uma versão fotocopiada<sup>25</sup>), sendo elas: *Delícias da Melhor Idade* (livro de receitas), produzido pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos<sup>26</sup>; *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial*, livro que rememora ‘toda’ a história da cidade de Antônio Carlos e sua população, escrito por Raulino Reitz<sup>27</sup>. Dos livros que se encontram na Biblioteca Municipal, foram elencados sete para análise: cinco livros de autoria de Rogério Kremer, sendo eles: *Datas Históricas de Antônio Carlos: 1830 - 1992*<sup>28</sup>; *Antônio Carlos: 175 anos de história: 1830 – 2005*<sup>29</sup>; *Reconstituição do tempo e da história de Antônio Carlos*<sup>30</sup>; *Entrando nas escolas de*

---

<sup>25</sup> O livro *Delícias da Melhor Idade* não foi encontrado para a venda, já que foi presenteado para pessoas que participam do Grupo de Idosos da cidade. Encontra-se na Biblioteca Municipal da Cidade um livro que é disponibilizado para ser fotocopiado.

<sup>26</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. *Delícias da Melhor Idade*: Livro de receitas. Antônio Carlos, Outubro de 2012.

<sup>27</sup> REITZ, Raulino. *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial*. Florianópolis: Ed.Lunardelli/ Ed. da UFSC, 1988.

<sup>28</sup> KREMER, Rogério. *Datas Históricas de Antônio Carlos: 1830 – 1992*. Florianópolis: Papa-Livro, 1993.

<sup>29</sup> KREMER, Rogério. *Antônio Carlos: 175 anos de história: 1830 – 2005*. Biguaçu: Litográfica, 2007.

<sup>30</sup> KREMER, Rogério. *Reconstituição do tempo e da história de Antônio Carlos*. Antônio Carlos: Edição do Autor, 2011.

*Antônio Carlos: 1830 – 2009*<sup>31</sup>; *A importância do Negro no Cenário de Antônio Carlos*<sup>32</sup> um foi escrito por Wendelino Meurer: *Antônio Carlos: sua terra e sua gente*<sup>33</sup>; e o último um foi escrito por Raulino Reitz: *Santa Bárbara: Primeiro Núcleo da Colonização Alemã em Santa Catarina*<sup>34</sup>.

E há um livro que não se encontra disponível na Biblioteca, mas que tive acesso ao mesmo a partir de empréstimo feito por Altamiro Kretzer que possui o livro em seu acervo pessoal: o livro de crônicas *Meyne Sproch, Meyne Seele – Minha língua, minha alma*, de Leonídio Zimmermann<sup>35</sup>. Ainda que o acesso a esse livro não seja tão facilitado, a proposta do autor vai ao encontro com as ideias de revalorização do idioma, por isso essa obra se encontra elencada no corpo de fontes analisadas: a materialidade da língua nesse livro ajuda na afirmação da importância em se ‘cultivar’ o *Husnrückisch* na região.

Os livros elencados para essa análise permitem perceber que, mais do que narrar a história da cidade, reavivando e ressignificando memórias e identidades, os autores buscam inserir-se nessa história, conectando a si mesmos e seus/suas familiares como pertencentes e colaboradores/as da história local. Deixar seu nome registrado na história de Antônio Carlos tem significados muito próximos para os autores. Reitz afirma que o livro *Alto Biguaçu* é “mais um sonho realizado” em sua vida, e que seu objetivo era “contribuir de alguma forma no resgate da memória e na recordação dos valores históricos” (REITZ, *Op. Cit.*, p. 13). No posfácio de seu livro fez uso da assertiva de Abraão [sic] Lincoln: “Gosto de ver alguém orgulhar-se do lugar onde vive. Gosto de ver um homem viver de tal modo que seu lugar se orgulhe dele”. (LINCOLN *Apud* REITZ, *Op. Cit.*, p. 573) para dizer que conseguiu realizar a primeira parte da fala de Lincoln e para dizer que sonha ter atingido a segunda.

---

<sup>31</sup> KREMER, Rogério. *Entrando nas escolas de Antônio Carlos: 1830 – 2009*. Antônio Carlos: Edição do autor, 2010.

<sup>32</sup> KREMER, Rogério. *A importância do Negro no Cenário de Antônio Carlos*. Florianópolis: Edição do autor, 2013.

<sup>33</sup> MEURER, Wendelino. *Antônio Carlos: sua terra e sua gente*. Antônio Carlos : Edição do Autor, 2008.

<sup>34</sup> REITZ, Raulino. *Santa Bárbara: Primeiro Núcleo da Colonização Alemã em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

<sup>35</sup> ZIMMERMANN, Leonídio. *Meyne Sproch, meyne seele– Minha língua, minha alma*. Blumenau: Nova Letra, 2011.

Kremer não se coloca diretamente como alguém que quis colaborar com a construção da história do município. Recebe elogios de seus prefaciadores, como por exemplo, na orelha do livro *Antônio Carlos: 175 anos de história*, onde Dalvina de Jesus Siqueira (Presidente da Academia de Letras de Biguaçu) afirma que “Rogério Kremer, é sem dúvida o grande escritor e historiador de Antônio Carlos” (SIQUEIRA, 2007). Já no livro *A importância do Negro no Cenário de Antônio Carlos*, fica a encargo de Joaquim Gonçalves dos Santos prefaciador o livro e dizer que a contribuição dos negros na cidade não continuará esquecida “devido a feliz iniciativa do autor” que “demonstra, mais uma vez, o seu grande amor pela ciência HISTÓRIA, e também pela comunidade de Antônio Carlos” (SANTOS, 2013, p. 15).

Os diferentes usos que tem sido feitos sobre as memórias revelam a preocupação que há em tentar se ‘resgatar’ um passado como se ele pudesse ser vivido tal qual os/as primeiros/as imigrantes viveram. Essa ideia de ‘resgate’ tem ficado mais forte com a globalização e a aceleração do tempo, pois há insegurança sobre os rumos que as sociedades e suas tradições estariam tomando. A busca por identidades, memórias e história passam a ser, então, uma maneira de se proteger das incertezas que estariam por vir. Essa busca por memórias e história, especificamente, acabam acarretando em uma confusão sobre onde começaria uma e terminaria a outra, sendo utilizadas, não raras vezes, como sinônimos.

A crescente ideia de que é possível ‘resgatar’ o passado e religar-se com ele tem feito com que um grande número de pessoas tenha se interessado pela história. Tem-se confundido historiadores/as e *history makers*. Segundo Marieta Ferreira, essa denominação tem sido utilizada para referir-se a pessoas que escrevem sobre o passado sem fazerem uso de regras teóricas e metodológicas estabelecidas no meio acadêmico, tomando, muitas vezes, os relatos orais como expressões da história em si mesmos, não sendo devidamente criticados e contextualizados. Há, então, “[...] uma confusão entre história-objeto e história-conhecimento, entre história vivida e história como uma operação intelectual” (FERREIRA, 2002, p. 326). Os escritores antônio-carlenses unem história e memória de tal forma que ambas se confundem em suas narrativas. Todas as fontes que eles apresentam – independente de serem escritas, orais ou iconográficas – têm o mesmo objetivo: apresentar a verdadeira história/memória de Antônio Carlos, quase como se uma fosse sinônimo da outra.

Mesmo havendo diferenças entre *history makers* e memorialistas, compreendo que os autores antônio-carlenses mesclam características de ambos os tipos de produção. Os autores se entendem como pesquisadores-historiadores, e são vistos como tal. Entretanto, é possível percebê-los como memorialistas também, pois:

[...] há em seus trabalhos um nítido vínculo afetivo com o local sobre o qual escrevem. Por este motivo, não é raro ocorrer uma idealização exacerbada dos eventos passados, tanto aqueles por eles presenciados, quanto aqueles sobre os quais tomaram conhecimento através da memória coletiva. Utilizadas, em grande medida, com o intuito de destacar o local ao qual se referem, as memórias (pessoais ou fragmentos da memória coletiva) tendem a salientar as melhores qualidades do local e, conseqüentemente, dos seus moradores, obliterando máculas associadas a certos eventos passados” (HAAS JUNIOR, 2009, p. 84).

Assim como Arnaldo Haas Júnior, compreendo que o que caracteriza os memorialistas seria a “[...] importância que tais relatos teriam no conjunto das evidências empíricas passíveis de uso na representação do passado local” (Idem).

Os autores têm sua contribuição reconhecida na cidade. Considerados historiadores, buscam narrar fatos sobre a cidade incansavelmente, pois, mais do que se debruçar sobre livros do passado e diferentes fontes, os memorialistas se introduzem na história, rememorando acontecimentos vivenciados por eles ou por pessoas próximas. Sua proximidade com o passado está para além da relação historiador-documentos: suas vivências e experiências também fazem parte desse universo que eles apresentam aos/as moradores/as e leitores/as.

### 3.2. BIOGRAFIAS

Não falar sobre a biografia de cada autor até o momento foi uma escolha, justamente por estes fazerem autobiografias (ou terem a biografia feita por outra pessoa) e as colocarem em seus respectivos livros. Juntamente com as biografias dos autores, nos livros encontram-se biografias de outras pessoas ‘ilustres’ da cidade. No livro *Santa*

*Bárbara: Primeiro Núcleo da Colonização Alemã em Santa Catarina*, quem biografava Raulino Reitz é o padre José Artulino Besen, que levou adiante o projeto de publicar o livro de Reitz. Rogério Kremer também é biografado por outra pessoa, seu filho Xérxes. Ademais, os próprios autores fazem autobiografias. Apesar de não evidenciar aqui a biografia dos autores, nem de outras pessoas por eles biografadas, os pontos da vida dessas três pessoas (Raulino Reitz, Wendelino Meurer e Rogério Kremer) que aqui interessam são três, que se entrecruzam e dizem muito sobre as escolhas de cada um ao escrever: ambos são homens, nascidos em Antônio Carlos e de famílias de ‘origem’. O destaque para figuras que consideram importantes para a construção da cidade é marcante nos livros. Biografar alguém, nesses casos, é uma forma de prestar homenagem a essas pessoas: elas são lembradas por quem escreve e conhecidas por seus feitos por quem lê as obras. Por esse motivo é interessante perceber de quem se fala e como se fala.

Apresentando biografias em suas obras, os três autores analisados seguem certo padrão: a maioria das pessoas biografadas são homens<sup>36</sup>, não necessariamente nascidos em Antônio Carlos, sendo, em sua maioria, biografias curtas, mais para um registro da pessoa do que para narrar fatos vividos por ela. Apesar dos próprios autores trazerem o termo “biografias” em suas obras, elas são muito mais informativas rápidas sobre as pessoas do que biografias. Muitas apresentam nome, local de nascimento, filiação, cônjuge (quando há), cargo que exercia e data de falecimento, sem maiores informações.

A biografia “[...] conformou-se em uma série de discursos narrativos consagrados à busca de presentificar a trajetória passada de um indivíduo, de figurar no instante o remoto, além do desejo de imortalizar o personagem” (AVELAR. 2011, p. 139). Ao que parece, colocar o nome de pessoas nos livros apresentando informações básicas sobre a mesma é uma maneira de colocá-las presentes na história que foi narrada ao longo do livro, mostrando que a história da cidade não foi construída apenas por uma pessoa, mas que várias delas foram e são

---

<sup>36</sup> Raulino Reitz biografava setenta e dois homens e uma mulher no livro *Alto Biguaçu*; Wendelino Meurer, em *Antônio Carlos: sua Terra e sua Gente*, biografava vinte e dois homens de origem alemã que colonizaram a região do Alto Rachadel, hoje Vila Doze de Outubro; Rogério Kremer fez uma biografia em seu livro *A importância do Negro no Cenário de Antônio Carlos*, de um escravo. Já em seu livro *Antônio Carlos: 175 anos de história: 1830 – 2005*, o autor biografava cento e noventa e três pessoas, sendo cento e oitenta e um homens e apenas doze mulheres.

importantes para o progresso da cidade. Colocar o nome dessas pessoas no livro é, pois, um marco: essa pessoa nasceu em Antônio Carlos e, ao ver dos autores, sua colaboração para o crescimento da cidade foi importante. É uma maneira de catalogar informações, registrar apenas alguns pontos da vida da pessoa e colocá-los no papel. Não sendo uma biografia nos moldes aos quais costumamos analisar, essas biografias servem como uma ficha de identificação de pessoas ‘ilustres’ da cidade. O importante, pois, é ter seu nome registrado no livro, já que este é tido como narrativa verdadeira da história local.

Em alguns casos, as pessoas ‘biografadas’ nem mesmo nasceram na cidade, ou no país. Caso que acontece com a biografia de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, biografado em todos os livros, chegando a ser homenageado no livro de Rogério Kremer<sup>37</sup>. Caso também de Avè-Lallemant, médico alemão que, como viajante estrangeiro relatou sua passagem no sul do Brasil, especificamente São Pedro de Alcântara e a região do Alto Biguaçu (REITZ, 1988, p. 472).

Apesar do grande número de pessoas biografadas, principalmente na obra de Raulino Reitz (*Alto Biguaçu*), pouco destaque se deu às mulheres. Muitas vezes, essas são apenas citadas como mãe ou esposa de alguém, sem dar maior visibilidade às mesmas. A invisibilização das mulheres nessas obras, no caso, especialmente com relação às biografias, faz parecer que as mesmas não participaram do processo histórico, social, cultural e político na cidade. Um discurso ‘não-dito’ que faz pensar: por que não biografar mulheres e por que utilizar tão pouco de suas falas para construir seus relatos? A exceção se dá no livro de Rogério Kremer *Entrando nas escolas de Antônio Carlos*, onde o número de mulheres entrevistadas acaba sobressaindo ao de homens, tendo em vista que há um maior número de professoras do que de professores na cidade, que conta com uma escola estadual e escolas municipais nas comunidades. Em muitos momentos os autores recorrem aos relatos orais para poderem escrever e dar sentido as suas escritas.

Segundo Joana Maria Pedro, muitos trabalhos de historiadores/as que não se dedicam aos estudos de gênero tem feito uso da categoria, ainda que muitos se utilizem apenas da categoria mulher. No que concerne os estudos relacionados à memória, a autora afirma

---

<sup>37</sup> No livro *Antônio Carlos: 175 anos de história: 1830 – 2005*, no segundo capítulo, intitulado *Conheça mais sobre Antônio Carlos*, a dedicatória é feita ao político mineiro com os dizeres: “Homenagem do povo ao Grande presidente Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Filho (in memoriam), Patrono do Município de Antônio Carlos – SC” (KREMER, 2007. p. 125).



que “[...] as mulheres são as principais depoentes. Trata-se de um dado demográfico e, ao mesmo tempo, uma questão de gênero” (2011, p. 270). A autora afirma ser este um dado demográfico, pois, conforme apresentam as estatísticas, as mulheres vivem mais do que os homens e “[...] sua condição subalterna de gênero as torna “guardiãs” da memória dos atos dos homens” (Ibidem, p. 277). Até mesmo acervos que permitem que sejam feitas pesquisas sobre determinadas pessoas públicas, muitas vezes, foram guardadas por mulheres (Ibidem, p. 270).

Não é o objetivo aqui julgar o não uso de categorias de análises como ‘mulheres’ e ‘gênero’ pelos escritores de Antônio Carlos, mesmo essas obras sendo colocadas como trabalhos historiográficos. Primeiro por que os mesmos não se dedicaram a esses estudos. Segundo por que os entendo como homens que quiseram deixar registradas suas memórias e de outras pessoas. Esses escritores seguem um padrão: homens brancos, com ascendência alemã, tendo passado dos cinquenta anos de idade quando escreveram suas obras e não tinham (e, pelo que obras recentes de Rogério Kremer mostram, ainda não tem) contato com debates ‘novos’ da historiografia. O que interessa é perceber o quão pouco se faz presente a participação de mulheres em suas narrativas, já que, quando falam em mulheres, ressaltam a importância das mesmas e as enaltecem com padrões estereotipados de gênero.

Isso possivelmente se deve por uma visão centrada no homem, ocultando nos discursos a participação feminina no processo histórico. Como aponta Joana Maria Pedro e Rachel Soihet, a categoria ‘mulheres’ e até mesmo ‘mulher’ foram cautelosamente usadas no campo da História. Essa cautela e mesmo atraso em relação ao uso dessas categorias se deveu:

[...] ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. [...] Mas também não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental. Tal se devia a modalidade de história que se praticava, herdeira do Iluminismo” (2007, p. 284).

Não é difícil ver esses pontos nos textos dos autores antônio-carlenses, especialmente ao fazer biografias. A escolha se dá, principalmente, para a biografia de homens brancos, tendo alguma ligação direta com a vida pública (em especial religiosos e políticos), não passaram despercebidos na cidade e são rememorados nos escritos

locais. Para além de biografias, Rogério Kremer, por exemplo, nos livros *Datas históricas de Antônio Carlos-1830-1992* e *Reconstituição do Tempo e da História de Antônio Carlos*, reuniu datas ‘históricas’ da cidade. Segundo o autor, ele tem “por hábito arquivar e registrar tudo que ocorre no presente” para que, desta forma, “o futuro possa conhecer o passado de Antônio Carlos” (KREMER, 2011, p. 8). Esse futuro que Kremer quer que as pessoas conheçam são datas, em ambos os livros. Apresentando desde notas de falecimento e nascimento, até construções de igrejas e visitas de religiosos, são citados inúmeros nomes de pessoas, sendo a maioria homens. No livro *Datas históricas de Antônio Carlos-1830-1992*, faz uma brevíssima biografia de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e João Henrique Soechting; lista o nome de parteiras da cidade falecidas até 1992, tendo três delas recebido biografia; faz biografias de benzedor e curandeiros. Em quarenta e oito notas de falecimento, quatorze são mulheres. Já em *Reconstituição do Tempo e da História de Antônio Carlos*, das setenta e quatro notas de nascimento, que conta com o nome das pessoas, sessenta e oito são de homens; e, das cinquenta e oito pessoas falecidas mencionadas, apenas três são mulheres. Das biografias masculinas, os homens, em sua grande maioria, são (ou foram) pessoas ligadas à política e religião. As mulheres biografadas tiveram alguma participação na política ou foram enfermeiras/parteiras<sup>38</sup>, tendo essas últimas exercido trabalhos tidos como tipicamente femininos. Deixo claro aqui que, nas obras analisadas, são consideradas biografias não apenas textos que falam sobre a pessoa a qual se quer lembrar. Muitas vezes a biografia se resume ao local de nascimento, ano e morte da pessoa, quase como notas para lembrete, para não deixar passar em branco, e isso é mais comum com relação às mulheres. Isso por que historicamente elas já tiveram seus papéis ocultados, dentro da própria História ligada à academia. Não foi diferente nas obras memorialísticas, tendo em vista que o espaço público era um espaço majoritariamente ocupado por homens. Dessa forma, as mulheres que são esposas, mães ou irmãs, aparecem como coadjuvantes no processo de formação social, cultural e política, muitas vezes não sendo nomeadas.

Além das autobiografias a qual recorrem os três escritores, Rogério Kremer e Raulino Reitz têm suas biografias feitas por outras pessoas. No quesito autobiografias, Wendelino Meurer é o único que faz

---

<sup>38</sup> Exceção para o caso de duas garotas que faleceram após soterramento da casa onde moravam, sendo uma grande tragédia e de comoção por toda a cidade na década de 1990.

uso da primeira pessoa do singular para falar de si. Em onze páginas de seu livro *Antônio Carlos: sua terra e sua gente*, traz relatos de si e de sua família, tendo anexado algumas fotos no decorrer do texto, certidão de nascimento, suas certidões de casamentos (casou-se novamente após o falecimento da primeira esposa) e certificado de reservista. Fez uma pequena biografia catalográfica dos/as dezessete filhos/as que teve (sete filhas e dez filhos).

Raulino Reitz faz uma extensa autobiografia em *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial*. Em cerca de dez páginas, escreve sobre si na terceira pessoa do singular. Em sua escrita, pontua línguas estrangeiras que tinha domínio, locais onde realizou pesquisas, distinções que recebeu e, até mesmo, os quilômetros que percorreu nas suas excursões de pesquisa científica, ressaltando sua importância enquanto pesquisador.

Rogério Kremer foi mais sucinto. Escreve também em terceira pessoa do singular e, nas duas últimas páginas de *Reconstituição do Tempo e da História de Antônio Carlos*, acrescenta uma foto sua e faz uma brevíssima autobiografia, mas que não deixa de ressaltar sua contribuição e amor pela cidade, pois, segundo ele “Ama a sua terra e diz ser ela a mais bela cidade do mundo em que nasceu [*sic*] e que tem resgatado grande parte de sua história” (KREMER, 2011, p. 99). Pontua seus livros publicados e em quais obras está trabalhando.

Este autor teve sua biografia escrita por seu filho Xérxes, em seu livro *Datas históricas de Antônio Carlos: 1830-1992*. A breve biografia relata, basicamente, a carreira de Kremer. Nos demais livros, ao que parece, Kremer faz uma autobiografia curta, apresentando-o (fala do local onde nasceu, data, funções que desempenhou...). Os elogios ao autor ficam a cargo da pessoa que o prefacia e/ou que escreve nas orelhas de seus livros.

A biografia feita sobre Raulino Reitz no livro *Santa Bárbara*, foi elaborada por José Artulino Besen. É o primeiro momento em que a pessoa biografada aparece como uma pessoa: alguém com defeitos e qualidades. A escrita não é mecânica e, além de todos os feitos de Raulino, considerados importantes ou relevantes, Besen apresenta-o como uma criança levada, que não era tão boa aluna.

Enquanto na cidade há uma escola e um centro cultural que levam o nome do botânico, bem como um museu e uma Medalha Mérito Cônego Dr. Raulino Reitz<sup>39</sup> por todos os feitos do padre na cidade,

---

<sup>39</sup> A Medalha Mérito Cônego Dr. Raulino Reitz tem como proposta ser “conferida a pessoas, instituições de ensino, empresas ou entidades que se

reconhecendo seu trabalho como um homem exemplar e virtuoso, Besen mostra um lado de Raulino que as pessoas não costumam conhecer (ou preferem ignorar). Segundo o autor, Raulino “era fascinado pelo ideal do ‘progresso’ alcançado pelo trabalho humano” sendo que “não admitia a existência de povos pobres sem a culpa da preguiça” (REITZ; BESEN, 1991, p. 77), apresentando uma visão meritocrática e mecanicista: se há esforço, perseverança e vontade, há progresso e riqueza.

Besen afirma que Reitz tinha “um certo preconceito racial, adotando uma visão muito otimista dos anglos e teutos” e que isso fica evidente em seus livros de cunho histórico, tendo em vista que “o alemão aparece como ‘raça superior’ que vence pela inteligência e pelo trabalho” (Idem). Raulino “via com bons olhos regimes de autoridade forte e centralizada”, (Idem) lembrando que a família do memorialista era entusiasta do Integralismo (Ibidem, p. 78).

Besen finaliza seu texto acrescentando que “Pe. Raulino honrou a vida humana, a fé, a Igreja e o sacerdócio católico” (Idem). São dez páginas dedicadas para biografar o padre dos gravatás (como Raulino ficou conhecido por seu trabalho com bromélias) e, nessas folhas, Besen não se contenta em apresentar Raulino Reitz apenas como o renomado botânico que foi. A intenção parece ter sido aproximá-lo de qualquer pessoa comum: alguém que estudou muito para conseguir chegar aonde chegou. Uma pessoa com defeitos, como qualquer outra.

Ao falar de biografias, Avelar acredita que “uma boa biografia deve ser capaz de passar do particular ao geral, do específico ao problema global, pois o que se pretende é privilegiar o enfoque social e integrador” (*Op. Cit.*, p. 142). Entretanto, as biografias feitas pelos memorialistas aqui estudados são superficiais (em sua grande maioria) e cronológicas. A vida individual dos/as biografados, com poucas exceções, não tem conexão direta com a história de maneira geral. Não há elaboração, portanto, de uma história-problema. Trata-se da informação pela informação.

O que leva, pois, a escrita de relatos biográficos, mesmo que estes contem com informações concisas e pontuais é o fato de que “contar vidas, narrar experiências e representar trajetórias seguem como anseios demasiadamente humanos” (AVELAR, *Op. Cit.*, p. 154). A curiosidade sobre a vida de pessoas conhecidas, ou que apenas se ouviu falar a respeito acaba, muitas vezes, motivando escritos sobre a vida da

---

destacarem com trabalhos ou estudos, na defesa e preservação do Meio Ambiente e/ou prestarem relevantes serviços ao Município de Antônio Carlos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, LEI Nº 898/01, 2001).

pessoa. Mas não só a curiosidade move as pessoas para escreverem sobre outras quando se trata de biografias, e é o que Avelar chama de “inescapável desejo de compreender o outro” (*Op. Cit.*, p. 155). A possibilidade de conhecer o/a outro/a por meio de uma escrita lógica e linear, presume que é possível compreender as decisões e a vida de determinado sujeito. Elencar pontos da vida de uma pessoa de maneira técnica (nome, nascimento e local, atividades exercidas, data de falecimento) é uma tentativa de inserir essas pessoas na história, mostrando a importância das mesmas, levando os/as leitores/as a terem conhecimento (breve) sobre quem passou pela cidade de Antônio Carlos, ou teve/tem alguma relação com ela.

### 3.3. AS MULHERES NAS OBRAS MEMORIALÍSTICAS: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

A escrita, ainda mais quando se busca (re)valorizar uma memória, um passado, é um campo de lutas por espaço: quem aparecerá na história e por quê? A decisão não se dá pensando apenas nas pessoas que teriam tido maior participação em determinado feito. Essa participação é relativa: não se constrói uma cidade sozinho/a e, muitas vezes, os documentos que chegam até o presente ocultam a participação de diferentes grupos sociais. Dessa forma, mulheres e negros tem tido sua participação ocultada na cidade de Antônio Carlos, aparecendo (quando acontece) com papéis secundários na história, onde o homem branco e descendente de alemães é quem ganha espaço para ter sua participação narrada. A presença de mulheres nas obras dos memorialistas antônio-carlenses foi pequena, seja no uso de relatos de mulheres como fontes, ou na participação dessas mulheres na história de Antônio Carlos.

O gênero é, como aponta Scott e já mencionado nesse texto, uma forma de compreender as diferentes formas de relações humanas (SCOTT, 1995, p. 16). As interações acontecem de diferentes maneiras, mas costumam ser percebidas por meio de dicotomias, como por exemplo, as esferas pública e privada. Nesta dicotomização, em muitos casos, as mulheres não tiveram (e não tem) voz para narrar o que aconteceu. As figuras femininas são facilmente vinculadas apenas ao exercício de funções comuns aos espaços privados, enquanto os homens tem suas funções tidas como exclusivas de espaços públicos. Muitas vezes esses homens e mulheres tiveram suas tarefas divididas nesses espaços. Mas isso não quer dizer que não circulassem nos diferentes

meios. Ao falar de funções desempenhadas em espaços públicos e privados, Lago, Souza e Kaszubowski apontam que:

[...] as funções valorizadas eram as exercidas nos espaços públicos, de decisões políticas, enquanto os trabalhos realizados nos espaços domésticos, privados, foram sempre considerados de menor valor (LAGO; SOUZA; KASZUBOWSKIE, 2009, p. 358).

Mesmo havendo essa diferenciação de valoração dos trabalhos nos meios públicos e privados, no livro *Delícias da Melhor Idade* é o trabalho doméstico que é valorizado. Cozinhar é um saber fazer considerado informal, mas esse saber tem ganhado espaço enquanto um meio de mostrar a alimentação enquanto um bem cultural autêntico. No livro de receitas as mulheres ganham mais do que um espaço para trazer à luz suas memórias. Ganham espaço para mostrar a importância de se ‘preservar’ a cultura, as ‘tradições’, os modos de saber fazer daquele que é um ato social e cultural, sendo o ato de se alimentar parte “central na formulação de uma identidade coletiva e, ao mesmo tempo, de distinção do ‘outro’” (RIAL, 2010, p. 111 – 112).

Nas relações de gênero analisadas aqui, percebe-se que socialmente essas senhoras idosas de Antônio Carlos estão diretamente associadas a um campo específico de saber: o ato de cozinhar. Aos homens que narraram a história da cidade, diversos campos do saber estão associados ao seu trabalho, fazendo parecer com que nos espaços domésticos e públicos não há circulação de ambos os gêneros, valorizando um espaço em detrimento do outro. Seriam esses exemplos de especificidades da memória feminina, apontada por Michele Perrot. Esta memória não estaria ligada à natureza ou ao biológico, mas sim, ligada a práticas socioculturais, que acabam permeando as questões que constituem a memória (PERROT, 1989 *Apud* KOFES; PISCITELLI, 1997, p. 348). Sobre os diferentes modos de lembrar, Jelin aponta que:

Existen algunas evidencias cualitativas que indican que las mujeres tienden a recordar eventos con más detalles, mientras que los varones tienden a ser más sintéticos em sus narrativas, o que las mujeres expresan sentimientos mientras que los hombres relatan más a menudo en una lógica racional y política, que las mujeres hacen

más referencias a lo intimo y a las relaciones personalizadas (2002, p. 107 – 108).

Mais do que isso: as perguntas feitas também ajudam no processo de compor a narrativa de quem rememora. As mulheres, que tanto tempo passaram na cozinha e, em alguns casos, ainda passam, tem sua memória ligada direta e indiretamente a esse espaço. Aos homens que tem sua vida associada a espaços públicos e à política, lembrariam e rememorariam esses aspectos. Suas memórias também dependem das diferentes relações sociais que possuem e dos espaços que ocupam. É comum, então, as mulheres que trabalham para a realização das festas típicas da cidade, lembrarem-se do espaço que lhes é comumente designado: a cozinha, local de trabalho onde quase toda a comida das festas é produzida. Quase toda, pois aos homens é designada a tarefa de cuidar do churrasco. Neste caso, a alimentação fica sob o cuidado de homens e mulheres, mas ainda assim em espaços diferenciados: a churrasqueira não é tão próxima da cozinha, sendo que o público tem mais interação com os churrasqueiros do que com as cozinheiras. Entretanto, não é por isso que as mulheres não possam saber da história da festa e os homens sobre os alimentos que são preparados, por exemplo.

Diferente dos homens que escrevem sobre a cidade, boa parte dessas senhoras que se dispuseram a participar compartilhando suas receitas e posando para as fotos, tiveram pouca atuação no âmbito público. Reitz, por exemplo, ficou conhecido por sua atuação enquanto botânico. Ter registrado as memórias da cidade em um livro conferiu-lhe a alcunha de historiador, mesmo não sendo formado na área. Às senhoras coube o papel de preparar os alimentos “com receitas elaboradas por mãos tão delicadas” (MENEGON, *Op. Cit.*), sendo apresentadas simplesmente como guardiãs de memórias alimentares. Não que elas não possam lembrar de fatos históricos e políticos da cidade, mas, à elas não coube manifestação em um lugar de memória diferente. A cozinha acabou sendo um espaço que as conecta de maneira mais próxima ao passado.

Em pesquisa realizada na cidade de Antônio Carlos, onde foram produzidas entrevistas com homens e mulheres residentes na cidade, pode-se perceber que:

A identificação das mulheres como *trabalhadeiras* aponta para a valorização do trabalho doméstico, pelo qual são as principais

responsáveis, mas há também um forte movimento relacionado à busca de empregos assalariados e ênfase na capacitação de homens e mulheres, para novas formas e relações de trabalho (LAGO; SOUZA; KASZUBOWSKI; SOARES, 2009, p. 365).

Novas formas e relações de trabalho vêm sendo percebidas sim na cidade de Antônio Carlos. Entretanto a memória escrita ainda traz traços estereotipados do que é ser uma mulher antônio-carlense: uma mãe e esposa dedicada, mulher *trabalhadeira*, que sabe cozinhar. É por meio da memória escrita que as identidades são reforçadas. Não apenas identidades étnicas, do que é ser alemão/ã na cidade, mas identidades de gênero, sendo determinadas pelos trabalhos desempenhados.

Como mencionado anteriormente, o perfil daqueles que tem registrado em livros a história de uma cidade e de um povo é o de homens brancos, descendentes de alemães e pessoas acima dos 60 anos de idade. Às mulheres não coube esse papel apresentado como sendo de grande importância – afinal, narrar os fatos históricos da cidade não é um papel que muitos desempenharam. Há de se lembrar, aqui, que aos homens era mais facilitado o acesso à educação. Portanto, não é de se estranhar que se tornou mais fácil para eles escrever sobre a história, a política e a economia da cidade, pois a vida pública já fazia parte desde cedo de seu cotidiano.

As mulheres não escreveram livros memorialísticos sobre a cidade e não são protagonistas nas histórias escritas por homens. Aparecem, não raras vezes, como a mãe ou filha de alguém. Hora aparecem como importantes companheiras na luta diária na roça, no início da imigração, hora não são sequer mencionadas, principalmente quando o assunto envolve política. Não tiveram suas narrativas ligadas aos ‘grandes feitos’ da cidade, porém o livro de receitas tornou-se um lugar para guardar memórias de senhoras e dos modos de saber fazer. A contribuição dessas senhoras ajuda na valorização do patrimônio imaterial da cidade: a alimentação.

Mesmo as mulheres antônio-carlenses não tendo escrito nenhum livro, suas memórias também são apresentadas em momento específico, em obra específica: um livro de receitas intitulado *Delícias da Melhor Idade*. O livro foi produzido no ano de 2012 pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos e recebeu apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e da PAHEF (Pan American Health and Education Foundation). Todas as senhoras que contribuíram com receitas para a



elaboração do livro fazem parte dos Grupos da terceira idade de Antônio Carlos. Mais do que destaque para a memória feminina, percebe-se que essa obra dá destaque para a memória feminina de pessoas idosas.

Com esse livro é possível perceber que a alimentação também vem ganhando significados e significando a cultura teuto-brasileira da cidade. Entretanto, o enfoque aqui será dado para perceber que o ato de preparar alimentos vem ganhando destaque enquanto espaço de memórias, como aponta Rafael Menegon, no livro analisado (*Op. Cit.*). Receitas de rosca de polvilho, santa fé<sup>40</sup>, frango recheado, recheio<sup>41</sup>, entre outras, fazem do livro um local onde as receitas feitas nas festas da cidade também possam ser acessadas e preparadas por pessoas que não moram na região. Dessa forma, o conhecimento dessas senhoras não ficaria restrito à cidade de Antônio Carlos e a cultura poderia ser disseminada em outros locais. A ideia, como tem sido visto até o momento, é se utilizar de iniciativas institucionais e legais, por exemplo, para não deixar a cultura antônio-carlense escondida ou fixa apenas na cidade. Essa cultura é exaltada, apresentada como algo que as pessoas devem ter orgulho, endossada como algo forte e homogêneo. Assim, não só os feitos ‘heróicos’ e históricos do povo de ‘origem’ são exaltados. Seu presente também é e sua exaltação vai para além de discursos ouvidos, estando ligado, também, ao paladar.

Ainda na apresentação do livro, Rafael Menegon informa que esta é uma forma dos “filhos dessa terra” conhecerem como seus antepassados se alimentavam, podendo preparar as receitas que aprenderam com suas avós (Idem). Considerando que tais receitas são passadas de uma geração a outra, e que gerações são lugares que possuem tempos diferentes, elas podem também ser locais aonde um grupo de pessoas de faixas etárias aproximadas (ou não) vive em uma determinada época ou tempo social e compartilham alguma vivência ou experiência. As gerações não existem de maneira isolada, interagem entre si “estando em referência mútua, contraposição ou até oposição umas às outras” (MOTTA, 2010, p. 234). Não sendo isoladas, o espaço social da cozinha é local para desenvolver contato entre gerações

---

<sup>40</sup> Espécie de rosca pequena e em tiras, feita com polvilho, água, banha, ovo e sal. Normalmente, quando ainda está quente, prepara-se clara em neve batida com açúcar e coloca-se por cima do santa fé.

<sup>41</sup> Comida preparada com moela e coração de frango, gordura de frango, farinha de rosca, ovos, sal, noz-moscada e cebolinha verde. É colocado em sacos plásticos e cozido em uma panela com água. É o mesmo recheio utilizado no preparo das galinhas recheadas.

diferentes: é o espaço em que, geralmente, mães e avós repassam às filhas e netas seus modos de saber fazer.

Interessante é perceber no livro citado que, com exceção de duas senhoras que apresentam sua(s) receita(s), as demais são de origem alemã. Em um total de trinta e seis receitas apresentadas (todas as receitas possuem, em sua página anterior, a foto da dona dos pratos e seu nome completo), um número muito reduzido (duas) foram preparadas e apresentadas por mulheres que carregam um sobrenome<sup>42</sup> que não é de origem alemã.

A obra que tem como foco as mulheres na cozinha, nem ao menos recebe uma apresentação sobre o que ela tratará por uma mulher. Coube, novamente, a um homem dizer do que se trata o livro, sua importância. Aqui, o que tem vez, de fato, são os modos de saber fazer de cada uma, e a vontade de se deixar registrado isso, com a possibilidade de que suas memórias ligadas à alimentação, ‘tradição’ e cultura sejam lidas e reapropriadas por outras pessoas. Cozinhar tem se destacado na contemporaneidade entre as artes de fazer (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2011). A valorização da cozinha é importante em Antônio Carlos, por exemplo, nas festas. É uma maneira de se consolidar identidades e memórias ligadas a uma ‘tradição’. Como aponta Giard, os hábitos alimentares fazem com que haja um entrelaçamento entre presente e passado “[...] para satisfazer a necessidade do momento, trazer a alegria de um instante e convir às circunstâncias” (GIARD, 2011, p. 212). O espaço da cozinha pode ser, portanto, um espaço em que temporalidades se mesclam, seja para preparar um prato cotidiano que foi transmitido por alguém da família, seja para firmar identidades e memórias.

As donas dos pratos são apresentadas ao público leitor: antes mesmo da receita que cada uma apresenta, foi colocada uma foto da senhora responsável por preparar o prato. Um avental, um chapéu de *chef* e a comida preparada. Assim é montada a fotografia feita dessas senhoras: há uma representação de suas práticas. Para o conceito de representação, essas práticas e signos representados buscam fazer “reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um *status*, uma categoria social, um poder” (CHARTIER, 2011, p. 20). A essas mulheres é conferido o *status* de portadoras do conhecimento sobre os modos de saber fazer. A

---

<sup>42</sup> No caso de uma das senhoras, o sobrenome de seu esposo é de origem alemã. No outro caso, o nome que carrega do pai e do esposo não são de origem germânica.

identidade social dessas senhoras está associada a ideia de que seus pratos são representativos da cultura. Montar a fotografia dessa maneira, representando-as com vestimentas que não fazem parte de seu cotidiano, ajudam a fortalecer essa ideia.

Na página posterior à fotografia de cada senhora, encontra-se a foto da comida no topo da página, sendo seguida pelo nome da cozinheira, ingredientes, modo de preparo. Em algumas receitas encontram-se dicas de substituição de algum ingrediente. Outras vão mais além: falam da importância de alguns ingredientes, como na rosca de massa mole, que contém polvilho, “que é fonte de carboidrato. Este nutriente fornece energia para o organismo. O polvilho é derivado da fécula de mandioca e possui propriedade de expansão que outros amidos não possuem” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2012, p. 55). A alimentação ‘tradicional’ passa a receber informações que antes, possivelmente, eram ignoradas ou desconhecidas pelas mulheres responsáveis pelo preparo do alimento. É uma forma de apresentar o prato ‘típico’ como um alimento importante para compor a alimentação das pessoas, exaltando-o para além de uma representatividade identitária, memorialística e cultural.

Segundo Giard, o saber fazer, aprender a fazer e dizer como fazer são gestos que:

[...] se encadeiam, o hábil movimento das mãos necessitam por sua vez das palavras e do texto para circular entre os que lidam na cozinha. Este texto tem sua língua e seu corpo de referência, como tem seus segredos e suas convivências – todo um saber “bem entendido”, que a mais detalhada das receitas jamais conseguirá comunicar (2011, p. 287).

Apesar disso, as receitas que constam no livro das senhoras antônio-carlenses apontam para alguns detalhes no modo de preparo: a quantidade dos ingredientes, a textura que uma massa deve ter, a temperatura exata que o forno deve estar para preparar o prato, o tempo que levará para ficar pronto. Códigos novos que, no passado, quando não se tinha energia elétrica na cidade, por exemplo, eram difíceis de atentar, como o caso da temperatura do forno. Códigos utilizados nas cozinhas modernas que contam com aparelhos e utensílios diferentes daqueles que existiam na infância dessas senhoras. Um modo de saber fazer atualizado para o uso delas e das novas gerações.

Se há um livro de receitas feito com receitas de senhoras que moram na cidade e que fazem parte do grupo de idosos/as, em alguns dos livros memorialísticos há apresentação de algumas receitas ‘tipicamente’ alemãs. Caso dos livros de Wendelino Meurer e Raulino Reitz, por exemplo.

Reitz vai um pouco mais além, não se prendendo apenas as receitas. Em um apanhado geral da obra, pode-se perceber as diferenças entre os papéis relegados às mulheres e aos homens, como se cada um tivesse suas funções pré-estabelecidas a tal ponto que todos/as desempenhavam os mesmos papéis conforme fosse seu gênero. As diferenças nas relações de gênero estão presentes em vários momentos do livro, onde os atores principais da história da cidade de Antônio Carlos são os homens. Reitz mostra as mulheres como importantes no processo de colonização, enaltecendo-as, assim como faz com o imigrante alemão homem. Há, em seu livro, capítulo específico para falar sobre as mulheres. O capítulo 36, intitulado *O trabalho feminino*, conta com apenas pouco mais de meia página. Esse é o momento em que a mulher é ‘protagonista’ da história: busca mostrar toda a força do trabalho feminino, porém, do trabalho feminino da mulher descendente de alemãs. As mulheres africanas, açorianas e libanesas não são mencionadas. O capítulo inicia falando sobre a importância da mulher no processo de colonização, pois esta esteve lado a lado com marido e filhos/as, marcando:

[...] o modelo da vida agrícola instalando um lar modelar no meio da floresta bravia. Pegava parêlho com os homens na lida da roça; capinava, semeava, plantava, colhia e até arava, se necessário fosse (Ibidem, p. 120).

Do ponto de vista de Reitz, a vida da mulher não se bastava no campo. O autor narra que a lida da mulher também se dava na cozinha: enquanto os homens descansavam, à mulher cabia cozinhar, limpar a cozinha... À noite fazia tudo isso novamente. “Não esmorecia” (Idem), e ainda assumia a educação dos filhos, sendo papel do marido as broncas. Sua dedicação se estendia ao embelezamento da casa também, já que, nesse espaço, “nunca faltava uma folhagem ornamental e flores no fim de semana” (Idem). Era habilidosa: “fazia tricô, transformava sacos de sal ou açúcar em toalhas, guardanapos, ou em panos de parede franjados e bordados com significativos provérbios para o adorno das paredes da casa” (Idem). A exaltação feita por Reitz a mulher é de uma esposa-mãe

que não se cansa nunca. Faz todo o seu trabalho e é uma mulher exemplar.

O capítulo 38, intitulado *A comida*, tem nove páginas, sendo uma reprodução de capítulo do livro *Colônia alemã – 160 anos de História* de Telmo Lauro Müller. A justificativa da transcrição literal feita por Reitz seria a de que:

A comida das Colônias Alemãs do Rio Grande do Sul, de São Pedro de Alcântara, bem como do município de Antônio Carlos são idênticas por serem seus povoadores originários da Alemanha, mais precisamente do Hunsrück, da Eifel, do Palatinado e do Vale do rio Mosela (Ibidem, p. 121 – 122).

O capítulo fala de comidas ‘típicas’, da importância de alimentos ‘fortes’ para as pessoas que trabalhavam na roça, elencando algumas receitas de comidas, com seu nome em alemão e em português. Este capítulo é seguido pelo capítulo *O pão*, também transcrição literal de capítulo do livro de Müller, e traz as reminiscências do autor com relação a esse alimento, considerado tão importante para a alimentação, e sagrado para a igreja católica. Müller traz sua mãe como exemplo de mulher-mãe resignada, que comia as fatias duras de pão de dias anteriores, aqueles pedaços que ninguém mais queria e “ela pegava numa ponta, colocava dentro do café, deixava amolecer, punha um pouco de Schmier<sup>43</sup> e comia. Silenciosa. Sem dizer nada. Dando exemplo” (MÜLLER *Apud* REITZ, *Op. Cit.*, p. 131). A ideia de mulher alemã é, como aponta Cristina Scheibe Wolff, a representação de uma mulher “caprichosa, trabalhadeira e boa dona de casa” (WOLFF, 2004, p. 90). Dizer que uma mulher, no caso a de origem alemã, é trabalhadeira, e não trabalhadora, implica dizer que ela tem múltiplas tarefas, já que dizer que é trabalhadora estaria ligado a um trabalho específico. Ser trabalhadeira é, portanto, desempenhar múltiplas tarefas ‘femininas’ no lar, participando mesmo de todas as atividades desenvolvidas na colônia (no caso estudado especificamente por Wolff, a colônia de Blumenau). O trabalho destas mulheres era concomitantemente tido como afirmação da identidade étnica do grupo teuto-brasileiro e contribuía significativamente para o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico de Blumenau. (Ibidem, p. 91).

---

<sup>43</sup> Espécie de geléia.

Em Antônio Carlos a mulher alemã representada por Reitz, mostra a dona de casa dedicada, a mãe e esposa preocupada com o bem estar da família e uma colona que nunca descansa. O capítulo *O pão* acompanha três receitas de pães, uma ‘dica’ do que comer com pão (no caso, torresmo<sup>44</sup>) e a receita de rosca de polvilho. Mesmo sendo a cozinha um espaço construído social e culturalmente feminino, as mulheres pouco aparecem nesses capítulos. As receitas trazidas em *A comida*, por Müller, foram traduzidas de um livro de receitas elaborados por mulheres, na Alemanha. Müller teria recebido permissão da editora alemã dos livros para fazer a tradução literal das receitas que cita em seu livro, pois, segundo a própria editora, com essa concessão eles poderiam “[...] dar pequena contribuição para que todos vocês [brasileiros descendentes] reencontrem um pedacinho da pátria” (Ibidem, p. 125). É uma forma de religar as memórias de imigrantes brasileiros à suas ‘origens’ no Velho Mundo. É, também, uma maneira de afirmar identidades: os descendentes de alemães, ao encontrar no livro de Müller ou de Reitz a tradução e transcrição literais de receitas feitas na Alemanha no período de imigração, e que ‘sobreviveram’ até os tempos de escrita dos livros, pelo menos, é conectar os/as descendentes de alemães/ãs no Brasil com os/as alemães/alemãs na Alemanha, reconhecendo na alimentação um elo de iguais proporções: o que era feito aqui havia vindo junto com os/as imigrantes. Continuar os hábitos alimentares é diferenciar-se dos/as brasileiros/as. As tradições alimentares são lugares de resistências culturais, já que na alimentação existem questões que vão para além do campo alimentar em si (POULAIN, 2004, p. 35 – 36). Ter esse passado comum na alimentação é uma estratégia de manutenção da distintividade (SANTOS, *Apud* FROELICH; DULLIUS; VENDRUSCOLO, 2010, p. 183).

Apesar de Reitz valorizar tanto o trabalho feminino, inclusive chegar a fazer um agradecimento à sua mãe e irmãs que, segundo ele, “trabalharam duro na roça para financiar os estudos dos três irmãos Reitz ordenados sacerdotes de Deus” (REITZ, Op. Cit., p. 120), o autor muito pouco fala sobre as mulheres em seus outros capítulos. Se fala pouco da mulher alemã, as mulheres das outras etnias tornam-se invisíveis em seu livro. Nem mesmo em *Verbetes Biográficos* as

---

<sup>44</sup> Pedaco de pele de porco com gordura cortada em pequenos pedaços frita até ficar crocante.

mulheres ganham espaço. Das setenta e quatro biografias que faz, apenas uma é de uma mulher, que foi professora em Antônio Carlos. As mulheres são citadas nas biografias masculinas: mãe de fulano, esposa de sicrano. Mas a elas não foi reservado um espaço onde possam ser feitas também suas biografias.

Uma exceção no livro é o caso da parteira Maria Platten. Reitz conseguiu recuperar e reproduzir uma foto da parteira e a colocou em seu livro. O autor aponta para a importância de Maria no município: a quantidade de pessoas que ela ajudou a trazer ao mundo (mais de mil partos assistidos em Antônio Carlos). Sua função social foi considerada deveras importante na cidade. Foi preciso um feito como esse, um gesto bonito (auxiliar a dar à luz), cumprir seu papel de mulher, para que ela ganhasse um espaço no livro que outras mulheres não receberam.

Maria Platten ilustra, no livro, a ideia de que não havia segregação racial em Antônio Carlos. Ela, filha de alemães, casou-se com “o preto escravo Miguel Ferreira” (Ibidem, p. 61). Sua importância no livro vai para além da tentativa de mostrar a não segregação racial. Ela ilustra uma função tipicamente feminina no século XIX: seu ofício de parteira, ajudando a trazer ao mundo diversos/as antônio-carlenses.

Wendelino Meurer é bem mais tímido em seu livro com relação ao universo feminino. Traz receitas na parte reservada para as *Manifestações culturais*, que incluem desde poemas e orações cotidianas, até superstições e benzeduras. Basicamente são receitas que costumavam fazer na região, algumas com milho e mandioca, por exemplo. Receitas com escritas em alemão, tidas como ‘tipicamente’ alemãs, como a *Riebelesuppe* (sopa de massa ralada), aparecem no mesmo capítulo que mingau de farinha de mandioca. Wendelino, no decorrer de seu livro, tentou deixar registrados aspectos que considerava relevantes da cultura alemã para Antônio Carlos, e deixou claro, pela escrita de sua obra, que isso envolve desde questões políticas até questões cotidianas.

No livro *Entrando nas escolas de Antônio Carlos. 1830 – 2009*, as mulheres têm pequeno protagonismo também, apesar do livro estar diretamente ligado a educação formal e, apesar de que nos fins do século XIX e início do XX ser professor era muito comum para homens, o quadro foi mudando com o passar dos anos.

O autor diz que busca “[...] resgatar a história de cada uma das Escolas desse município, já que a história de muitas delas já se encontrava quase que perdida e não guardada em nossas memórias” (KREMER, 2010, p. 15), e cita vários aspectos de transformação na

educação desde o século XIX. Entretanto, não problematiza nem contextualiza algumas questões, como a Nacionalização, citando ‘problemas’ do uso do alemão e das dificuldades das crianças aprenderem a língua portuguesa (Ibidem, p. 32 – 33), abordando em determinado momento a questão da miscigenação:

Muitos alemães daquela época aceitavam o casamento de filhas mulheres com moços brasileiros e proibiam filhos homens de se casarem com moças brasileiras. Estes imigrantes diziam que os casamentos de filhas mulheres com moços brasileiros davam certo e que o casamento de filhos homens com moças brasileiras não dava certo porque eles não sabiam se determinar (Ibidem, p. 170).

Não há grandes referências a importância das mulheres nas escolas, por exemplo. A intencionalidade do autor parece ter sido mesmo a de fazer um levantamento sobre todas as escolas que o município abrigou, tendo uma escrita próxima a de um texto jornalístico, sendo factual, apresentando histórico de criação das escolas e topônimo do local onde elas estão (ou estavam). Como em suas demais obras, cita vários nomes sem aprofundar-se muito sobre quem eram essas pessoas e sua contribuição mais direta para o campo da educação, sendo muito citado, por exemplo, Fernando Knoll (também citado na obra de Reitz), professor ambulante bilíngue, nascido na Alemanha, que dava aulas na região. Entretanto, é nessa obra que percebe-se uma maior participação das mulheres. Ao fazer os agradecimentos aos/as entrevistados/as e colaboradores/as, Kremer agradece três instituições, trinta e três homens, quarenta e quatro mulheres e seis grupos de pessoas. Não receberam grandes citações em seu livro, mas as mulheres foram, em número, grandes guardiãs dessas memórias expostas no livro.

Guardiãs da memória, colecionadoras de documentos, responsáveis pela transmissão de um saber fazer: apesar de não aparecerem diretamente ligadas a história oficial, às mulheres de Antônio Carlos, assim como acontece em outros lugares, são responsáveis por ajudar na formação histórica, econômica, social e cultural de suas regiões, sendo, também, responsáveis pela transmissão desse passado a outras pessoas.



### 3.4. UMA CULTURA “TETRARRACIAL”? PORQUE INTERESSA QUE UMA CULTURA REPRESENTA A CIDADE

Adam Kuper mostra que “a história está sendo feita por projetos culturais conflitantes e a cultura agora é uma quermesse cosmopolita que as pessoas esquadrinham em busca de meios necessários para moldar novas identidades” (KUPER, *Op. Cit.*, p. 268). Essa “quermesse cosmopolita” é o que Yúdice chama de “cultura como recurso”. Mas, por que a cultura se tornou um recurso?

Quando se pensa em algo que pode ser vendido, é preciso que haja, por parte de quem vende, um discurso que convença a pessoa que irá comprar o produto de que o negócio a ser feito trará algum lucro, seja ele material ou não. É necessário, muitas vezes, ‘enfeitar’ um pouco mais esse produto, somando a ele inúmeras vantagens. Também é importante que, mesmo esse produto não sendo algo de necessidade primordial para o/a comprador/a, ainda assim ele/a acredite que aquele produto é extremamente necessário para sua existência e que esse facilitará e muito sua vida. Em alguns momentos a cultura pode ser encarada assim. Em torno desse ‘produto’ são construídos discursos que dão aqueles/as que já a vivenciam em seu cotidiano, o conforto e, como em Antônio Carlos, um certo orgulho por se sentir pertencente a um grupo que, em teoria, tem a mesma origem, busca o progresso, é honesto e trabalhador. Uma cultura que é vendida nas festas ‘típicas’, nas notícias dos jornais que exaltam essa cultura e o povo que faz parte dela, nas leis e nos diferentes discursos que são construídos sobre a cidade. Falo de uma cultura aqui. Mas o que quer dizer essa cultura “tetrarracial” se, em seguida, falo sobre uma cultura representar a cidade e início o texto assim? As linhas que seguem pretendem dar uma ideia de que cultura vem sendo construída na cidade e, apesar desse termo “tetrarracial” apontar para uma possível multiculturalidade, esta não acontece de fato.

O termo “tetrarracial” foi pensado por Raulino Reitz em seu livro sobre a cidade, o qual carrega em seu título essa palavra: *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial*. Escrito em 1988, a defesa do autor é a de que, na cidade, todas as culturas são importantes para a constituição do povo antônio-carlense e para a construção e progresso da cidade. Entretanto, ao analisar mais a fundo as páginas escritas por Reitz, percebe-se que, apesar desse discurso, apenas uma etnia é realmente visada e valorizada. E não apenas no livro de Reitz isso acontece. Nos mais diferentes meios a reafirmação da cultura alemã na

cidade marca um traço identitário e memorialístico na cidade, fazendo parecer que há ali uma homogeneização cultural, onde uma etnia é supervalorizada, enquanto as outras mal são lembradas na cidade.

Autores que escreveram sobre a cidade de Antônio Carlos em período posterior a Raulino Reitz, utilizaram-se das obras do autor (especificamente as duas obras analisadas nessa dissertação: *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial* e *Santa Bárbara: Primeiro Núcleo da Colonização Alemã em Santa Catarina*). O discurso é um pouco menos elaborado, mas a ideia defendida é a mesma: a da constituição do povo antônio-carlense por quatro raças [*sic*] diferentes, mas que, quando analisado mais de perto, percebe-se a tentativa de mostrar a supremacia cultural e racial dos/as descendentes de alemães/ãs. Raulino Reitz e os demais que o seguiram (citando aqui Rogério Kremer e Wendelino Meurer) quantificaram e qualificaram as diferentes culturas na cidade e, mesmo assim, acabam por visibilizar apenas uma e dar respaldo para as diferentes manifestações a respeito dessa cultura na cidade. Tanto que leis foram criadas atentando não a diversidade cultural, mas a singularidade. Segundo Yúdice, “[...] a cultura é o que ‘cria o espaço onde as pessoas se ‘sentem seguras’ e ‘em casa’, onde elas se sentem como pertinentes e participies de um grupo’, de acordo com essa perspectiva, ela é condição necessária para a formação da cidadania” (*Op. Cit.*, p. 43). A cultura é, pois, fundamentada na diferença, funcionando como um recurso. “O conteúdo da cultura diminui em importância à medida que a *utilidade da reivindicação da diferença* como garantia ganha legitimidade” (Idem). Percebe-se que em Antônio Carlos há a criação de um grande grupo onde as pessoas se sentem pertencentes a ele e que as diferencia das demais. Não tanto daqueles/as que vivem nas comunidades, mas principalmente das pessoas que vêm de fora, os/as ‘estrangeiros/as’. A reivindicação da diferença está em se dizerem alemães/ãs (ou descendentes de) e, durante festividades, apresentar uma cultura ligada a ‘tradições’ germânicas; escrever livros que apresentem um ideal de cultura e apresentar leis na câmara municipal que tiram a cultura do âmbito privado e a colocam no debate político, no espaço público.

Ao pensar em uma sociedade dos indivíduos, onde “[...] o modo como os indivíduos se portam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas” e que o que ligaria as pessoas à sociedade “[...] é a propensão fundamental de sua natureza” (ELIAS, 1994, p. 26), supõem-se que as pessoas pertencentes à determinada sociedade fazem parte, de alguma forma, a uma (ou mais) cultura. No

caso da população antônio-carlense, aqueles/as que vivem na cidade, seja desde seu nascimento, seja há pouco tempo, vivenciam alguns códigos de cultura, seja direta ou indiretamente.

Assim como Kuper, entendo a cultura como um sistema simbólico, já que cultura é:

[...] uma questão de idéias e valores, uma atitude mental coletiva. As idéias, os valores, a cosmologia, a estética e os princípios morais são expressados por intermédio de símbolos [...] (KUPER, *Op. Cit.*, p, 288).

Entretanto, cultura é mais do que um “ajuntamento de idéias e valores” (YÚDICE, *Op. Cit.*, p. 43). A cultura ligada a uma ‘tradição’ de um tempo pretérito faz com que seja utilizada como recurso no presente: apresentar o ‘tradicional’ como algo único e diferente pode auxiliar, por exemplo, na promoção dos mais variados tipos de turismo; no auxílio financeiro por parte de instituições governamentais ou não, para que haja manutenção dessa ‘diversidade’.

Compreendendo que “[...] toda cultura é cultura de um grupo” (PROST, 1998, p.134), cabe neste momento pensar a cultura dos grupos existentes em Antônio Carlos. A cultura não se dá de forma isolada, ela é partilhada, pois:

[...] a cultura é mediação entre os indivíduos que compõem o grupo. É o que estabelece entre eles comunicação e comunidade. Mas a cultura é também mediação entre o indivíduo e a sua experiência; é o que permite pensar a experiência, dizê-la a si mesmo dizendo-a aos outros (Ibidem, p. 135).

Se a cultura é partilhada e simbólica, então, de alguma forma, os indivíduos que compõem o grupo compreendem seus símbolos. Não é preciso ser descendente de alemães/ãs em Antônio Carlos para saber que as pessoas que falam um idioma ‘estranho’ aos ouvidos dos/as não falantes, falam o idioma trazido pelos/as alemães/ãs imigrantes no século XIX; não é preciso ter um sobrenome alemão para saber que o recheio preparado nas festas é o ‘típico’ alemão. Entretanto, sobre a presença de demais culturas e etnias na cidade, muito pouco se fala e,

tudo aquilo que é apresentado enquanto cultura é relacionado à cidade como um todo.

A cidade de Antônio Carlos é vista como “[...] uma colônia tipicamente alemã” (RETRATOS DE SANTA CATARINA, *Op. Cit.*). Porém, Antônio Carlos nunca foi colônia, e não o é nos dias atuais, como se tenta mostrar no vídeo. São Pedro de Alcântara foi a primeira colônia alemã do estado de Santa Catarina. Os/as imigrantes que deixaram São Pedro de Alcântara foram em busca de novas terras para cultivar e se estabelecer, o que não significa que tenham fundado novas colônias nos locais onde se fixaram.

Embora informações apontem para a presença de açorianos em Alto Biguaçu apenas em 1840 (REITZ, *Op. Cit.*, p. 53), no site da prefeitura municipal, a informação é de que açorianos e negros já habitavam a região, sem apresentar algum dado que apresente informações sobre a chegada e a presença destes na região. Segundo Reitz, eles teriam se fixado na região do atual município de Antônio Carlos, ainda que não se saiba com precisão a data inicial de povoamento. Para o autor, o único local em que haveria uma indicação de quando já havia assentamento dos descendentes de açorianos seria no engenho de farinha de Cândido Machado Severino, no ano de 1845, quando um escravo, após o almoço, teria talhado a data na madeira (REITZ, *Op. Cit.*, p.110 – 111). Esse dado está no livro, juntamente com uma fotografia da madeira talhada, mas como saber que realmente foi um escravo que a talhou e que foi justamente após o almoço? O autor não se questiona sobre isso e apresenta a informação como verdadeira e precisa.

Por meio dessa informação do livro, a visão mais difundida na cidade é de que a imigração alemã ocorreu cerca de uma década antes da imigração de descendentes de açorianos para a região. Possivelmente esta foi uma informação gravada na memória coletiva da cidade, sendo tomada como verdade inquestionável. Por esse motivo, não haveria a necessidade de Reitz ir mais a fundo no assunto e buscar ter um conhecimento mais preciso sobre o acontecido. No caso, parece haver legitimidade na memória coletiva e naquilo que o padre escreve por sua autoridade e repetição do passado.

Poucas são as informações encontradas sobre libaneses que migraram para a região que atualmente forma o município de Antônio Carlos. As informações às quais tive acesso dizem respeito a escritos feitos por Salim Miguel onde, em um deles, quando trata de suas memórias escritas no jornal *O Estado* na década de 1980, relata que seu

pai não tinha nenhuma vocação para comerciante, mas assim como outros libaneses que chegaram ao Brasil, começou a vida profissional no país como mascate e depois como dono de venda. Quando moraram em São Pedro de Alcântara, em 1928, abriu o que Salim Miguel chama de “tradicional e obrigatória vendola” (MIGUEL, 1984, p. 29), o que pode indicar que era algo comum feito pelos libaneses e seus descendentes. Em São Pedro de Alcântara teriam sido hostilizados até mesmo pelo padre. Quando se mudaram para Rachadel, em Alto Biguaçu (atual Antônio Carlos), um outro núcleo de alemães, teriam sido melhor recebidos (Idem). A informação de Salim Miguel aponta que a venda era o principal negócio dos libaneses, sendo que, no momento, não existem outras informações que possam afirmar ou refutar tal questão.

No livro de Reitz também não é possível encontrar muito sobre a presença de libaneses na região. Trazendo informações sobre a região do Líbano, Reitz informa que a imigração de libaneses teria aumentado a partir de 1910 e que os libaneses normalmente iniciavam suas atividades no comércio de mascates. Apontando também para a cozinha ‘exótica’ dos libaneses, o padre, em alguns momentos de sua obra, caçoa das pessoas dessa origem, como se pode ler no trecho em que ele fala da pronúncia de palavras na língua portuguesa feita por libaneses: “Gombra uma gamisa de golarinho bra homem de bonda virada” (REITZ, *Op. Cit.*, p. 64).

Quanto aos africanos chegados à região do Alto Biguaçu, Reitz indica que estes dominavam em número a população branca das planícies da região. Ainda que com a existência de número pequeno de proprietários de terras, estes eram possuidores de um número elevado de escravos (Ibidem, p. 54), mas o padre não cita números, nem o local onde teria conseguido tal informação.

Apesar desse grande número de africanos<sup>45</sup> que Reitz assinalou, pouco se tem registrado em seu livro sobre a população negra em Antônio Carlos. Há apenas alguns registros sobre matrimônios miscigenados, o tratamento dado aos escravos, homicídios causados por mão escrava e morte de “pretinhos inocentes” (Ibidem, p. 58 – 63).

Sobre a presença das pessoas de origem africana em Antônio Carlos, há um documentário produzido no ano de 2005 com a direção de Claudia Aguirre, com o título *Mata... Céu... E Negros*. O vídeo foi

---

<sup>45</sup> O termo generalizante é um dos utilizados pelos escritores da cidade. Não houve grandes preocupações em saber de que lugar do continente africano essas pessoas vieram, sendo que Reitz, em determinado momento de sua obra o faz, brevemente e sem grandes informações.

produzido na cidade e conta com a participação e depoimento de pessoas que vivem na região e descendem de africanos. Esta foi uma produção do projeto *Revelando Brasis* que conta com o apoio da Petrobras e já está em sua quinta edição. Seu lançamento se deu em 11 de agosto de 2004 pelo Ministério da Cultura, e Antônio Carlos participou da primeira edição, onde 40 histórias de 21 estados brasileiros foram selecionadas (REVELANDO BRASIS, 2012). Este é um dos poucos trabalhos que traz à luz a presença de negros em Antônio Carlos e por isso é significativa a sua importância.

A informação que se tem no site do Ministério da Cultura para a chamada do documentário é que são apenas sete famílias que formam os núcleos de descendentes de africanos/as na região (BARBOSA, 2012). Nas palavras da diretora, "o documentário é como um certificado de identidade, é uma possibilidade de registro" (Idem). Em uma cidade onde a presença da cultura alemã prevalece, com 'resgates' quase cotidianos de seu passado, esse documentário é pouco conhecido na cidade.

O documentário traz relatos de pessoas que vivem na região, sendo a maioria dos/as entrevistados/as idosos/as, narrando como era a vida dos/as escravos/as, sua própria infância e juventude, além de sua origem. Quando perguntada sobre sua origem, Norma Pereira disse: "Eu tenho orgulho de ter a minha geração escrava [...]. Eu estimo a minha cor, a minha gente, a minha raça" (AGUIRRE, 2005). Mostra-se, pois, uma etnia diferente daquela que se costuma ver nas festas da cidade, onde o trabalho do povo alemão é sempre positivado. Não há, na cidade, algum evento que mostre o trabalho dos/as escravizados/as no passado e sua importância para a construção da cidade.

Na fala de José Junkes, a respeito do uso de mão de obra escrava na cidade, os/as alemães/ãs não a teriam utilizado. Os/as negros/as que trabalhavam para os/as alemães/ãs recebiam salário, segundo o entrevistado. Eram empregados/as, mas isto teria sido em período posterior ao fim da escravidão. Antes disso não há informação de que alemães/ãs teriam se utilizado desse tipo de mão de obra (JUNKES, *Op. Cit.*). No livro de Reitz, o autor aponta que raramente alemães/ãs ou seus/suas descendentes teriam se utilizado de escravos/as, mas que era comum que estes/as adotassem o sobrenome de seus senhores.

Indo em direção ao que se propõe este subcapítulo – a cultura dita "tetrarracial" – podemos constatar que Reitz não inclui nessa tetrarracialidade a presença de indígenas na região, mesmo apresentando

informações a respeito deles/as em um capítulo brevíssimo do seu livro *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial*. A informação que se tem é que esses “bugres” seriam índios Xokleng do grupo linguístico Jê. O autor ainda nos informa sobre a presença de Martinho Bugreiro na região, conhecido por trucidar índios, e afirma que não houve nenhum tipo de atrito entre brancos e “bugres”, estando como único relato presente no livro a respeito desta relação o caso de Manoel Puhl que teve sua noiva morta por bugres e que, depois deste fato, acaba se juntando a Martinho Bugreiro (REITZ, *Op. Cit.*, p. 57 – 58), o que contradiz sua afirmação de não atrito entre os diferentes grupos que habitavam a região.

O que tenho feito neste subcapítulo ao apresentar tão brevemente o que é conhecido sobre a presença de outras culturas e etnias na cidade, não é para legitimar aquilo que Reitz defende, ou os demais autores dos livros que se seguiram ao padre-botânico-historiador. A intenção é apresentar o que foi e é dito em Antônio Carlos para que se possa entender os diferentes discursos e nuances sobre ‘a’ cultura. O que tem sido feito é declarar que houve a presença de africanos, libaneses, açorianos e indígenas na região, mas ao falar de cultura, como algo que une a população sobre uma ótica de igualdade étnica, já que a cultura ali é quase sinônimo de etnicidade, percebe-se que apenas a cultura dita alemã é lembrada. Portanto, diferente de Reitz, não defendo a ideia de uma “tetrarracialidade” na cidade. Não partilho do mesmo ponto de vista do autor (e dos demais que vieram depois dele) por aquilo já apresentado no começo desse tópico: a cultura é partilhada. Partilhada e vivenciada pelos diferentes grupos étnicos que vivem na cidade e não apenas uma cultura ligada à imigração alemã do século XIX, mas culturas diferenciadas por tempo e espaço. Culturas que se encontram a todo momento. O termo racial, nos livros estudados, parece ir além da noção de raça e etnia (que se mesclam nos livros), e é utilizado como um sinônimo de cultura, já que há uma “narrativa cultural tetrarracial”. Tendo cunhado o termo “tetrarracial”, Reitz (e os demais escritores da história antônio-carlense) exclui os/as indígenas que viviam na região; são citados/as, porém não são colocados/as dentro da narrativa cultural. Indicativo de que para esses escritores, indígenas não são portadores/as de cultura tal qual eles definem.

Ao propor fazer uma ‘história da cidade’, há de se compreender a dificuldade em fazer isso, já que:

[...] cada um dos que a vivem realiza com essa cena cotidiana uma montagem que lhe é própria,

consoante aos seus hábitos perceptivos, a sua cultura sensível, a gama das suas ansiedades e dos seus cuidados, a sua mais ou menos estreita submissão às nostalgias e à fascinação do imaginário (CORBIN, *Op. Cit.*, p. 107).

Dessa forma, a subjetividade de cada pessoa está presente na forma como ela encara a cidade, nos seus mais diferenciados âmbitos. Antônio Carlos é, pois, percebida como portadora de uma cultura homogênea. Aqueles que escrevem sobre a cidade têm um posicionamento político, étnico, cultural e social. São pontos que não podem ser ignorados, pois assim é possível perceber quem fala e de onde fala.

Para Raymond Williams, fazemos uso da palavra cultura no sentido de designar um modo de vida e, também, para designar artes e aprendizado relacionados a “[...] processos especiais de descoberta e esforço criativo” (WILLIAMS, *Op. Cit.*, p. 3). Segundo o próprio autor, “a cultura é de todos” (Idem). Sendo a cultura de todos, os/as antônio-carlenses se identificam com a cultura apresentada? Até o momento não foram encontradas reações ‘negativas’ em relação à representação da cidade estar ligada a cultura alemã, tendo em vista que as identidades são negociadas, mesmo que individualmente, e que cada indivíduo aparentemente se reconhece, de alguma forma, na identidade e na cultura ‘vigentes’. Isso porque a cultura apresentada é vista como a cultura da cidade, e não como a cultura de um grupo étnico específico, apesar da adjetivação que recebe: alemã. Mesmo havendo o que se pode entender como um tipo de resistência ou dissidência, como por exemplo, de pessoas que continuam não falando o idioma co-oficializado, não participando diretamente das festas ‘típicas’, não sendo agricultor/a, os discursos não são questionados. Apenas a cultura não é ‘consumida’.

Na década de 1980, o então governador do Estado de Santa Catarina, Esperidião Amim, lançou a campanha *Turismo Quatro Estações*, um programa que visava incentivar a atividade turística estadual durante o ano inteiro, não somente na alta temporada, o que viria a permitir que outras regiões do Estado pudessem ganhar destaque, não apenas o litoral. Percebe-se, pois, que:

A valorização do turismo, notadamente o turismo de identidades e tradições, está dentro da tendência atual do chamado mercado pós-industrial, no qual o capitalismo tem mudado seu



eixo da produção para o consumo. [...] a indústria do lazer se expande por outros meandros; mesmo sendo uma vertente de um mundo globalizado, de mundialização da cultura, faz paralelamente surgir um maior interesse pelo diferente e autêntico. É nesta conjuntura que o turismo ganha sua vertente cultural, com a venda das identidades. As tradições locais passam por um processo de seleção para adequá-las a um mercado de comercialização da cultura; ocorre um processo de simplificação e invenção de culturas próprias, de identidades inequívocas, colocadas na vitrine de um mundo global (BITENCOURT, *Op. Cit.*, p. 128).

É isso que torna tão importante, não apenas para Antônio Carlos, mas para outras cidades, valorizar uma cultura, apresentando, muitas vezes, como sendo representante homogênea dos modos de viver de sua população: o consumo das ‘tradições’ e das identidades vem ganhando mercado. A cultura, como foi apresentado, torna-se um recurso, um meio de atrair o olhar de quem não a vivencia, e chama atenção por ser algo diferente. Para Antônio Carlos, portanto, é interessante que a cultura alemã seja aquela que ganha destaque, não só porque há uma (re)significação de um passado ligado a um povo tido como ‘ordeiro e trabalhador’, mas também por sua localização tão próxima de cidades litorâneas, como Governador Celso Ramos e Florianópolis, por exemplo. Enquanto essas duas cidades apresentam a cultura açoriana como um forte atrativo para o ‘comércio cultural’, Antônio Carlos, tão próxima geograficamente de ambas as cidades, tem um diferencial: a cultura e ‘tradição’ alemã, tendo como cartão de visitas algumas pessoas que falam o *Hunsrückisch*, e a culinária tida como ‘típica’.

Aqui, a cultura dita “tetrarracial” está ligada ao passado da cidade e de sua população. Defender a ideia de uma cultura “tetrarracial” é a tentativa de mostrar que há uma multiculturalidade no local. Entretanto, ela não aparece efetivamente nos discursos produzidos na cidade. Assim, cria-se a ideia de que há uma cultura representativa de toda a cidade, como se toda a população descendesse de um mesmo grupo étnico (ou racial, seguindo a expressão utilizada por Reitz, Kremer e Meurer). A questão racial aparece, então, muito vinculada a ideia de cultura. Assim sendo, “o indivíduo não poderia escapar à sua

cultura (de origem) da mesma forma que ele não pode escapar de seus caracteres genéticos” (CUCHE, 1999, p. 228). Cultura passa a ser um eufemismo para raça, e comportamentos passam a ser vinculados a ideia de uma racialidade. No capítulo 8 de seu livro, por exemplo, Reitz fala especificamente do *Cadinho tetrarracial*. Aqui, Reitz faz a divisão: *Os alemães, Os açorianos, Os africanos, Os libaneses, O contacto das etnias, Encontro Cultural*. Em pouco mais de oito páginas, Reitz apresenta dados relacionados a essas diferentes culturas, afirmando já no início desse capítulo que:

O povo de Antônio Carlos é um cadinho de convivência e fusão de quatro raças [sic]: latina (açoriana), germânica (alemães), africana (bantos) e libaneses (árabes). A relação entre as etnias, numa visão geral, é pacífica, sem embargo de uma ou outra refrega (REITZ, *Op. Cit.*, p. 49).

Entretanto, esse “embargo” acontece na cidade em momentos em que se defende o ensino da língua *Hunsrückisch* para crianças do ensino fundamental nas escolas antônio-carlenses; acontece nos convênios feitos entre a Prefeitura Municipal e a Associação Caminhos da Imigração Alemã; acontece nas festas ‘tradicionais’ da cidade, onde a identidade alemã-agricultora é exaltada. Não é necessário nem mesmo minimizar as demais etnias e culturas. É preciso, apenas, que não se dê visibilidade a elas. E isso foi feito pelos autores antônio-carlenses que se propuseram a escrever a história da cidade. Todos seguem a mesma linha: apresentar um ideal de cultura germânica.

Raulino Reitz, em sua “narrativa cultural tetrarracial” apresenta diversos dados e ‘fatos’ sobre a imigração alemã e sua cultura. A maior parte do livro é sobre esse aspecto, enquanto as demais ‘raças’ ganham pouco espaço em sua apresentação. Seu ‘cadinho tetrarracial’ não é tão amplo e harmonioso quanto ele diz apresentar. Ainda sobre o capítulo *Cadinho tetrarracial*, Reitz fala sobre o aliciamento sofrido pelos alemães, que receberam “mil promessas de apoio e incentivo, [e] aqui chegando foram entregues à sua própria sorte” tendo que cuidar “eles próprios, por sua sobrevivência alimentar e cultural: a construção de suas casas, engenhos, escolas e igrejas, não descuidando de sua alimentação e de seus filhos” (Idem). Por mais três páginas, Reitz segue falando sobre os alemães, apresentando uma crônica do Padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, onde o vigário de São José fez “rasgados

elogios” depois de sua visita à Colônia de São Pedro de Alcântara (Idem).

Segue-se um subcapítulo (que conta com nove linhas) não apresentado no início do capítulo cadinho tetarracial: intitulado de *língua alemã*, este aborda brevemente sobre o dialeto alemão do *Hunsrück*. Raulino Reitz não faz diferenciação em seu livro entre dialeto e língua, utilizando-se das duas expressões em diferentes momentos para se referir ao *Hunsrückisch*. Fala brevemente da influência das escolas públicas iniciadas em 1919, e que a partir de então “as crianças e a mocidade preferiam mais o português” (Ibidem, p. 52) e que os adultos ainda hoje (1988) utilizavam muito o dialeto, sendo que “nas orações à mesa prevalece o alemão clássico (*Hochdeutsch*)” (Idem). Dito isto, Reitz apresenta dados sobre o povoamento de açorianos na região e ‘ataca’ diretamente os açoritas [*sic*], contrapondo-os com os germânicos [*sic*], onde diz que:

Num atavismo de povo indisciplinado, divertiam-se em folguedos execrados pelos germânicos sempre bondosos no trato com os animais domésticos, em gratidão pelo serviço prestado. A “farra do boi” era o carnaval açorita, numa visão moderna [...]. Ninguém imagina que uma comunidade pacífica, nos dias sagrados da Semana Santa, “brincando”, acomete com maus tratos e selvageria contra o nosso “irmão boi”, na expressão sanfranciscana (Ibidem, p. 53).

Mais do que repudiar as ‘tradições’ da cultura açorita (termo utilizado pelo autor), comparando-a aos germânicos bondosos, Reitz aproxima e humaniza o animal maltratado na farra do boi, falando sobre os serviços que o mesmo presta e chamando-o de irmão.

Mesmo no subcapítulo que se propõe a abordar a raça açoriana, Reitz não deixa de exaltar a cultura germânica. Ao falar sobre palavrões, afirma que “são fenômenos sociais latinos. O italiano é o irreverente campeão. Os pais alemães não admitiam palavrão na família. É matéria de confissão sacramental. É pecado, diz o padre” (REITZ, *Op. Cit.*, p. 53). Carregado de estereótipos, Reitz em sua escrita faz parecer que o indivíduo é determinado por sua cultura de origem, ligada à nação e raça. Falar palavrões seria um “fenômeno” descolado da realidade germânica, vista como uma cultura mais ‘civilizada’ do que a latina.

Ao falar de africanos na região, Reitz utiliza pouco mais de meia página para fazê-lo, afirmando que a população negra predominava “nas planícies do Alto Biguaçu”, onde os poucos proprietários de terra possuíam grande número de escravos. Elenca em uma pequena tabela o nome de alguns senhores de escravos (todos com sobrenome português/açoriano) e a quantidade separada de escravos e escravas que possuía, e o número total. Apresenta os diferentes grupos de escravos [*sic*] (Bantos, Congos, Cabindas, Banguelas [*sic*] e Moçambiques) e afirma:

Sem nenhum contacto com seus ancestrais, perderam totalmente seus ritos religiosos, – uma mescla de magia e feitiçaria –, passando a praticar o culto católico em que eram batizados, demonstrando profundo sentimento religiosos e respeito aos templos. Poucos se entregavam à bebedeira. Eram católicos exemplares. A igreja abençoava seu matrimônio, pois na escravidão não constituíam família (Ibidem, p. 54 – 55).

Reitz ignora os possíveis sincretismos religiosos que aconteciam. Vai além do não conhecimento da religião dessas pessoas e passa para uma questão social: afirma que não constituíam família na escravidão tendo a igreja católica o importante papel de abençoar a união dessas pessoas. Sua ideia de negros/escravos parece estar ligada a de bêbados, pessoas com a índole duvidosa e que a igreja seria sua única salvação.

Quanto aos/as libaneses/as, estes tem cerca de meia página de estereótipos, até mesmo sobre o modo como falam. Segundo Reitz, “O nosso povo [antônio-carlense] acha engraçado quando os libaneses falam o português. Trocam as palavras na frase e lhes imprimem forte sotaque: “Vendo um jabéu bra homem de aba grande” (Ibidem, p. 55). O padre transcreve para o papel o ‘jeito de falar libanês’, mas nada fala sobre o sotaque carregado dos/as descendentes de alemães, que além disso, tem dificuldade em pronunciar algumas palavras em português, casos comuns ainda presentes nas comunidades interioranas da cidade.

Em *O contato das etnias*, fala em “caldeamento de raças” (ou seja, mestiçagem), citando alguns casamentos de pessoas com origens diferentes. Faz questão de deixar claro que “muito raramente os alemães ou descendentes de alemão, em Antônio Carlos, possuíam escravos”

(Idem). Reitz afasta daqueles/as com origem alemã a ideia de terem feito parte do sistema escravagista.

O autor faz questão de apresentar, ainda que brevemente, alguns aspectos das etnias aqui elencadas. Porém, é no subcapítulo *Encontro Cultural* que Reitz deixa claro qual parte da população conseguiu (e ainda consegue) expressar sua ‘cultura’ na cidade. Segundo o autor, “culturalmente parece ter vencido o mais forte nesse cadinho tetrarracial” (Idem). Parte em defesa dos/as imigrantes alemães/ãs e seus/suas descendentes, exaltando a força de seu trabalho e de como prosperaram, quando comparados/as aos/as açorianos/as:

Nas atividades rurícolas, ocupação básica do imigrante alemão, em virtude do minifúndio de 50 a 40 hectares, dominava a policultura. [...] O estilo português de monocultura não encontrou guarida em Antônio Carlos. O açoriano, também minifundiário, era mais parco em suas culturas, apesar do braço escravo generalizado no século passado. A diminuição lenta da escravidão, com base na legislação brasileira até culminar na sua abolição, em 1888, deixou o açoriano escravagista desamparado, empobrecido, frente ao colono alemão, alicerçado no trabalho livre de sua numerosa família, razão por que os descendentes de alemães, aos poucos, foram adquirindo as propriedades, com total domínio econômico (Ibidem, p. 56).

A atividade ‘rurícola’ também tem sido tomada como uma constituidora identitária da população antônio-carlense. Mais do que ser uma atividade rentável para as famílias agricultoras, dizer-se agricultor/a é estabelecer um marco identitário e de ligação com o passado, apresentando a “força destemida para o trabalho”, (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, *Op. Cit.*). Enquanto isso há uma dicotomização do trabalho escravo ligado ao minifúndio açoriano. Enquanto os/as trabalhadores/as alemães/ãs utilizavam-se da mão de obra livre em sua variada produção, os/as açorianos/as faziam uso da mão de obra escrava, que os teria empobrecido com sua abolição. O ponto aqui não é saber se os/ alemães/ãs realmente faziam uso ou não desse tipo de sistema, mas sim, perceber aquilo que se criou em torno dessa afirmação do não uso. O trabalho livre teria enriquecido as

famílias alemãs. Os/as descendentes de alemães/ãs conversavam “com certo misto de sensura [*sic*] e compaixão sobre a escravatura”, relatado em capítulo específico sobre *Pretos escravos e libertos*. Por fim, cultura, para Reitz, não denota apenas relações sociais entre as pessoas e modos de viver. Cultura está presente nos modos de produção.

Até mesmo a arquitetura dos/as descendentes de alemães/ãs são exaltadas, representativas de sua força e coragem:

A arquitetura das moradias evidentemente refletem este universo de superioridade econômica dos descendentes de alemães. Este [*sic*] iniciaram sua vida na nova pátria, como o caboclo, com ranchos de palmitero ou de pau-a-pique ou de ripa (içara), a *Euterpe edulis*; com telhado de palheira guaricana (*Geonoma gamiova*), logo melhoradas com paredes de tábuas serradas manualmente. A primeira geração teuto-brasileira já ergueu espaçosas casas de alvenaria num estilo quase próprio, com forte influência portuguesa ou açorita das cidades: Florianópolis e São Miguel da Terra Firme (Ibidem, p. 56).

Além disso, o autor diz que os/as descendentes de açorianos/as e africanos/as não deixaram nada de “marcante de seu modesto modo de construção de casas” (Idem). A superioridade alemã, nesse sentido, iria além da cultura imaterial (sua língua e costumes). Estaria expressa na materialidade, perpetuada pelo tempo, sendo ainda comum encontrar algumas casas com esse “estilo quase próprio”. Diferente de Blumenau, por exemplo, em que é possível encontrar casas construídas com técnica enxaimel datando do final do século XX, em Antônio Carlos, encontram-se casas com uma técnica mista de produção, datadas do início do século XX, construídas por descendentes de alemães/ãs e que carregam, ainda hoje, memórias e significados. Não são casas construídas com a antiga técnica vinda da Europa, porém são (re)apropriações de técnicas e matérias existentes no Brasil, com o intento de mostrar que, mesmo nas diversas dificuldades encontradas pelos imigrantes e seus/suas descendentes, estes/as não teriam esmorecido diante das adversidades: utilizaram-se daquilo que tinham e fizeram ‘progresso’.

Reitz, que era padre, afirma que não houve sincretismo religioso na cidade, mesmo com a miscigenação, pois “a fé católica pura é abraçada por todos”, ignorando por completo a possibilidade de no

cotidiano e na vida privada daquelas pessoas (seja no século XIX ou XX, períodos que abarcam a escrita do padre) existirem práticas sincréticas.

Terminado esse capítulo, onde o “cadinho tetrarracial” é apresentado, Reitz envereda na questão indígena, apresentando no capítulo *Bugres*, muito pouco sobre os povos que habitavam a região do Alto Biguaçu. Não tê-los colocado como participantes da construção cultural da população antônio-carlense faz compreender que Reitz considera que apenas quatro etnias foram importantes durante esse processo, desconsiderando outras que estavam convivendo com pessoas da região. Além de indígenas, a população conviveu com belgas, suecos e ingleses, como o próprio autor aponta em seu livro em determinados momentos. Entretanto, apresentar apenas quatro culturas (ou raças, nas palavras de Reitz) é delimitar e demarcar que tipo de cultura se criou na cidade. Mais do que isso, é demarcar uma cultura como ‘vencedora’ nesse campo de disputas, de batalhas. Sobre os ‘bugres’, apresenta alguns aspectos de seus costumes, quase como curiosidades. Sobre a “sociedade indígena dos Jê”, afirma que “conservam ferrenhamente seus padrões de cultura e organização social, mantendo contato destrutivo com os civilizados”. Tal ponto permite uma análise mais aproximada de Reitz e de quão dúbio é o uso das palavras por ele escolhidas. No mesmo parágrafo em que fala sobre “sociedade indígena”, o autor fala sobre o contato destrutivo destes com os “civilizados”. Não fala em tribos e sim em sociedades, mas separa estes dos civilizados, sem falar o que consideraria civilizado, deixando nas entrelinhas que seria o homem branco, com quem os indígenas faziam trocas. Reitz parecia não se preocupar com conceitos e palavras. Usava-as sem rigor teórico. Não era um historiador formado na academia. Era considerado historiador pelo seu ofício de recolher dados, fazer leituras e expô-los em livro. Assim como em alguns momentos fala em etnia, em vários outros usa o termo ‘raça’, sendo sinônimo de cultura. E isso não é diferente do que acontece com os demais autores antônio-carlenses: partem em defesa da cultura dita germânica, mas em diversos momentos fazem uso de palavras que tem significados diversos. Não há um rigor teórico-metodológico na escolha e no uso dessas palavras. Elas são transcritas no papel. E isso é percebido nas obras dos outros memorialistas da cidade.

Não muito diferente do que fez Reitz falando a respeito da população negra que habitou (e habita) a cidade, Rogério Kremer, em 2013, publicou a obra *A importância do negro no cenário de Antônio Carlos*. O livro, que conta com 88 páginas, teve três objetivos, segundo

o próprio autor, sendo eles: “homenagear os nossos irmãos negros pela passagem dos 125 anos da ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA no Brasil, pela passagem dos 183 anos da vinda dos imigrantes alemães para a região de Louro e pelos 50 anos de emancipação política administrativa de Antônio Carlos” (KREMER, 2013, p. 14). Interessante perceber que, mesmo no livro que carrega no título *A importância dos negros*, ainda assim consegue-se inserir a imigração alemã na obra, ressaltando as dificuldades enfrentadas pelo homem branco europeu, bem como as suas ditas qualidades. O livro, que tem a capa na cor marrom, diferenciando-se em muito do colorido de outras capas de livros de Kremer<sup>46</sup>, é mais do que um relato sobre a presença de negros em Antônio Carlos. É um local de afirmação de que alemães/ãs e descendentes eram contra a escravidão. Kremer consegue trazer os mesmos estereótipos abordados por Reitz na década de 1980. O livro parece ter se tornado um pretexto para, mais uma vez, afirmar a importância que os/as alemães/ãs tiveram para a cidade, tendo em vista que, em seu início, são narradas todas as dificuldades e adversidades enfrentadas pela população de raízes germânicas. O autor aponta ainda os bons relacionamentos que os/as alemães tinham com a população escrava, citando o caso de sua avó paterna, exaltando toda a bondade daquela senhora:

Minha avó, mais conhecida por Sinhá Marica (de nome Maria Petry Kremer), viúva de Mathias Pedro Kremer Júnior, tinha grande admiração pelos moradores daquele reduto. Ela possuía um pequeno alambique de cachaça em sua propriedade. A cachaça era guardada em barris até serem vendidos, só que alguns de seus admirados vizinhos morenos gostavam de dar uma saidinha à noite e de volta para as suas casas depois que o “último gole” acontecia com a cachacinha de seus barris. E quando ia vendê-los aos seus compradores ela tinha que repor barril por barril com as suas faltas. A avó deste autor que vos

---

<sup>46</sup> *Datas Históricas de Antônio Carlos 1830-1992* tem a capa branca; *Reconstituição do tempo e da história de Antônio Carlos e Entrando nas escolas de Antônio Carlos. 1830 – 2009* tem sua capa colorida em vermelho e verde (cores das bandeiras do estado de Santa Catarina e da cidade de Antônio Carlos); já o livro *Antônio Carlos: 175 anos de história. 1830 – 2005* tem sua capa em um tom de azul claro.



escreve não aceitava que seus filhos chamassem atenção daqueles usuários de sua cachacinha, pois para ela era uma grande satisfação em poder servi-los (Ibidem, p. 38).

Além de prestar homenagem a sua avó, mulher de origem alemã e tida como uma pessoa de bom coração, Kremer busca ressaltar o ‘problema’ já apresentado por Reitz em seu livro: o problema da bebida, a qual os ‘morenos’ eram tão propensos a se entregar. Tal trecho mostraria, então, a boa relação interracial.

Ao falar sobre os senhores de escravos, todos os listados tem seu nome, sendo que, na maioria dos casos, sabe-se quantos/as escravos/as o senhor possuía, bem como onde estava localizada sua propriedade. Curiosamente, o único registro sobre senhores de escravos de origem alemã não tem seu nome revelado, pois, segundo o autor, a memória não guardou. Porém, sabe-se a quantidade de escravos que possuíam, bem como o local em que se encontrava a fazenda de ambos. Segundo Kremer, os donos dos escravos que não tem identificação, “sofreram censuras dos colonos alemães que diziam que os negros eram muito pobres e dignos, e foram forçados a passa-los adiante – liberta-los” (Ibidem, p. 23).

Ademais, o livro não traz grandes informações a respeito da cultura negra na cidade. Faz uma lista com *Nominata de alguns personagens morenos*, sendo colocado o nome de vinte e dois homens e vinte e uma mulheres, bem como as funções que desempenhavam (Ibidem, p. 25 – 27).

Um dos pontos que mais chamam atenção em sua escrita é quando o autor fala sobre “Liberdades sexuais de alguns sinhôs e sinhosinhos com as escravas – miscigenação”, um título carregado de eufemismos para falar sobre as violências sexuais pelas quais as escravas passavam. Kremer utiliza-se de uma página para falar sobre miscigenação, ao invés de falar sobre a situação de violência que as mulheres viviam. Apenas no início do capítulo fala em relações sexuais a força, mas falando sempre da miscigenação: “ao longo dos anos, negros e brancos mantiveram relações sexuais, livres ou a força, que resultaram na constituição dos mulatos ou pardos, ou seja, o caldeamento” (Ibidem, p. 35). Escreve ainda que: “os mais antigos comentam que havia muita liberdade sexual de alguns sinhôs e sinhozinhos com as escravas de certas senzalas” (Idem), sem se pronunciar sobre o assunto.

Chama a atenção a orelha do livro, escrita por Dalvina de Jesus Siqueira, que faz parte da Academia de Letras de Biguaçu. A escritora faz trocadilhos ao falar dos objetivos de Kremer ao escrever o livro. Segundo ela o livro é importante, pois “irá elucidar pontos obscuros da raça negra no desenvolvimento da então Vila” (SIQUEIRA, 2013).

Se Reitz e Kremer se dispõem a falar pouco de outras etnias e, quando falam, estão carregados de preconceitos e estereótipos, Wendelino Meurer silencia-se sobre a presença de outros grupos étnicos na cidade. Possivelmente isso se deva ao fato de, apesar de abordar a história da cidade, focar-se muito mais na comunidade onde mora, Vila Doze de Outubro. Por isso, sua obra apresenta, além de aspectos políticos da cidade, questões relacionadas ao povoamento de Alto Rachadel (atual Vila Doze de Outubro), a vida dos familiares Meurer, as igrejas e escolas da cidade, bem como a presença de vários poemas, muitos escritos pelo próprio autor, em alguns casos, até mesmo em alemão.

A cultura “tetrarracial” é, pois, uma forma de dizer que há presença de outras etnias na cidade, sem dar visibilidade a elas de fato, sendo os grandes protagonistas dessa história as pessoas de origem alemã. A história que se apresenta sobre Antônio Carlos é, como em tantas outras cidades, “uma história que se pretende comum no papel de coesão e identificação cultural” (FLORES, 1997, p. 121) onde, de alguma forma, todos/as se sintam pertencentes dessa história, constituidores/as dela, mesmo não sendo citados/as como peças importantes nesse espaço. Se uma das palavras do momento é diversidade, esta não é visibilizada na cidade. A diversidade se dá pela tentativa de fazer-se notar que a cultura que ali se apresenta é uma cultura alemã, com língua e costumes diferentes de tantas outras cidades do estado e do país.

#### 4. EVENTOS, NOTÍCIAS E REPORTAGENS: A MÍDIA E O PODER PÚBLICO NA (RE)AFIRMAÇÃO DE MEMÓRIAS E IDENTIDADES

*A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente. [...] A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir (CALVINO, Op. Cit., p. 23).*

Por conta da pesquisa realizada, acredito que a expressão “a cidade é redundante” poderia ser substituída por “Antônio Carlos é redundante”. Ao longo dos capítulos anteriores foi possível perceber alguns discursos repetidos dentro da própria cidade de Antônio Carlos. Mas, para além dos limites geográficos da cidade, esses discursos também vêm sendo repetidos. A mídia da região da Grande Florianópolis já deu e ainda dá destaque para a cidade em alguns momentos: para promover as festas ‘típicas’, para falar da agricultura, ou para simplesmente falar da população, que já foi tema de matéria apresentada no jornal *Globo Repórter*, quando a longevidade da população local chamou atenção.<sup>47</sup>

Vídeos institucionais também abordam a cidade, sua história, sua população e seus costumes. Na página da internet da prefeitura municipal da cidade é possível encontrar notícias sobre eventos que acontecerão, aspectos políticos, econômicos e turísticos de Antônio Carlos. A história da cidade não fica de fora desse variado leque, onde o destaque se dá para a imigração alemã. Outras etnias são citadas ali. Citadas. Muito pouco se fala delas nessa página, como muito pouco se fala nos livros que abordam a cidade e sua população como tema principal. Esse é também lugar, como vem sendo percebido a partir da pesquisa realizada, de reafirmar a cultura alemã na cidade, apresentando aos visitantes online, a ‘importância’ de ser descendente desse grupo étnico.

Antônio Carlos, como já apontado anteriormente, não é a única cidade que valoriza seu passado de imigração e o celebra na atualidade. Assim como a ‘Cidade dos Verdes Vales e das hortaliças’, outras cidades são ‘redundantes’ ao repetir e (re)afirmar discursos que apresente-as como cidades ordeiras com um povo trabalhador.

---

<sup>47</sup> GLOBO REPÓRTER. Longevidade no Brasil. s/d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U1obfP-55BA>>. Acesso em 17 mai. 2014.

Especificamente no caso de Antônio Carlos, isso vem acontecendo, como visto ao longo da pesquisa, desde a década de 1980. Essa ideia de falar das raízes antônio-carlenses e da sua importância histórica, de sua população, se funda efetivamente com a obra já citada de Raulino Reitz, *Alto Biguaçu*, de 1988. De lá para cá, várias são as formas que se tem utilizado para falar (sempre positivamente) dos/as descendentes de imigrantes alemães/ãs, e/ou da população como um todo, como se todos fossem descendentes do mesmo grupo étnico, dando a impressão de que a cultura e a ascendência étnica da população é homogênea. São outros livros, reportagens, valorização das festas, da alimentação, páginas na internet, leis, discursos políticos, idioma... A (re)valorização da ‘tradição’ se faz presente nesses diferentes meios.

O objetivo de tal capítulo é compreender as maneiras que a mídia e o poder público da cidade vêm utilizando para falar de Antônio Carlos e dos/as antônio-carlenses, tendo claro de que são produtores e reprodutores de discursos e que não são isentos de motivos para os fazerem.

A divisão desse capítulo se dará em duas partes. A primeira delas *A cultura é noticiada: a Cidade dos Verdes Vales e das Hortaliças na mídia*, abordará as notícias relacionadas à população, onde tem-se a intenção de apresentar questões identitárias e memorialísticas da cidade, como as reportagens que apresentam a importância da agricultura em Antônio Carlos. Caberá também a análise dos vídeos institucionais sobre a cidade, bem como leis e discursos que exaltam uma cultura antônio-carlense, vinculada a ideia de uma cultura alemã.

Para o segundo subcapítulo “*Venha conferir!*”: *alimentação, festas ‘típicas’ e mídias*, a discussão será feita em torno das festas antônio-carlenses e sua alimentação. A forma como esses eventos comemorativos são apresentados para visitantes e habitantes e propagandas feitas sobre as festas serão analisadas.

Tratar-se-á das festas ‘típicas’ de Antônio Carlos, bem como sua alimentação, que vem ganhando significados e significando a cultura teuto-brasileira na cidade, sendo atrativos turísticos. Com relação às festas ‘tradicionais’, terão enfoque quatro: Festa da Hortaliça, Festa do Colono, Festa da Cachaça e *Stammtisch*. As festas acontecem em junho, julho, agosto e novembro, respectivamente, sendo que as três primeiras têm um histórico de mais de vinte anos de ‘tradição’<sup>48</sup>. A alimentação também é destaque nessas festas, oferecendo aqueles/as que

---

<sup>48</sup> A Festa do Colono acontece desde 1977; Festa da Hortaliça 1990 e a Festa da Cachaça 1987.

comparecem aos eventos, pratos ‘típicos’, como a galinha recheada, o recheio alemão, e doces de festa, como santa fé. Torna-se um meio de mostrar a cultura (teuto-brasileira) dos/as antônio-carlenses para outras pessoas e (re)afirmar essa cultura para quem vive na cidade.

A cozinha nas festas não é apenas um recurso econômico, já que elas atraem o olhar de pessoas que moram na região. É, também, uma forma de valorização cultural. Os pratos locais têm a ver com aquilo que é produzido na cidade, relacionado aos ‘patrimônios familiares’; mas também fazem parte “de uma recomposição identitária” (FLANDRIN; MONTANARI, 1998, p. 820 – 822).

As fontes para pensar esses eventos comemorativos são vídeos de chamadas das festas, disponíveis em páginas da internet; a página oficial no Facebook da Festa do Colono; bem como fotografias das festividades, principalmente da Festa do Colono e da Hortaliça, onde o ponto alto acontece aos domingos pela manhã, após a celebração da missa católica, com o desfile de carros agrícolas ornamentados com hortifrutigranjeiros.

O objetivo de tal capítulo é pensar não na história em si da cidade, mas das construções que tem sido feitas dela e a partir dela, seja por meio de escritas de livros, seja por meio de festividades e comemorações da chamada cultura e da ‘tradição’ alemã. Os conceitos de identidade, memória e discurso continuarão permeando a discussão feita. Será momento de pensar quem fala e de onde fala, seja da cidade em geral, seja das festas.

Os jornais que serão aqui analisados são *Diário Catarinense* e *Notícias do Dia*, que contam com reportagens sobre a cidade, disponíveis em suas respectivas páginas da internet. No que concerne as reportagens em vídeo feitas sobre a cidade, são elencadas como fontes as produzidas pelos jornais da RBS TV. O site da prefeitura municipal de Antônio Carlos também receberá enfoque nessa pesquisa, assim como o vídeo institucional da EPAGRI sobre a cidade. O vídeo *Retratos de Santa Catarina*, feito por um grupo independente, mas que comprou horário no SBT e vende seus projetos para os municípios tornando-o um vídeo institucional (OLIVEIRA, 2014), também ganhará enfoque na pesquisa realizada. Não apenas os jornais serão observados mais de perto, mas também o site oficial da prefeitura, sendo este um meio de divulgação para o que acontece na cidade.

No dicionário Aurélio, mídia é considerada todo suporte de difusão de informação, cabendo nessa definição desde rádio até publicações na internet, sendo a segunda definição “Conjunto dos meios

de comunicação social” (AURÉLIO, 2014). As mídias aqui analisadas são todas as formas de difundir conteúdos, no caso, ligados a cidade de Antônio Carlos. Portanto, a análise não focará apenas em matérias publicadas em jornais e por meio de audiovisuais, mas em folders, publicações em páginas na internet e todos os outros meios utilizados para esse fim. Não será, também, apenas objeto de análise fontes produzidas por jornais. As notícias ligadas a instituições, como a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos e portal da SANTUR, também receberão atenção.

Aqui não me atentarei a materialidade dessas mídias. Jornais, sejam televisivos ou escritos, e sites com intuito informativo serão abordados pensando-os como meios reprodutores de discursos. Como abordado anteriormente, discurso aqui é entendido como uma narrativa construída a partir de condições sociais e históricas específicas, sendo a fala um dos meios de materializar ideologias. Como apresentado no *Dicionário de Conceitos Históricos*, “um discurso não é fruto de opiniões e visões particulares, mas uma partícula do imaginário dominante que abarca cada indivíduo” (SILVA; SILVA, *Op. Cit.*, p 101). Portanto, todo o discurso apresentado nesses meios não são de responsabilidade e/ou autoria de uma única pessoa. Esses meios acabam repetindo e, assim, reafirmando discursos construídos em tempos anteriores. O que tem acontecido, com o apelo dessas notícias, é fazer a manutenção desses discursos, tomados como verdade, pois assim são apresentados pelos jornais. Apresentando as notícias como verdades absolutas e acabadas, pouco espaço é dado para que as pessoas questionem e contestem aquilo que é veiculado na mídia, contribuindo na construção e na significação da ideia de cultura, identidades e memórias em Antônio Carlos.

Especialmente nesse capítulo trabalharei com aquilo que virou notícia. Assim como todas as outras fontes históricas aqui analisadas, as produzidas pela mídia e pelo poder público também não são neutras. É preciso, como aponta Tânia Regina de Luca, perceber que “a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir.” (LUCA, 2005, p. 140).

As mídias estão conectadas: resultam de um trabalho coletivo para atender ao público leitor/telespectador. São projetos coletivos que agregam “pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (Idem) e, também, imagens. Assim

como há um grupo que produz as informações e as divulgam, há um público que as compra.

Com esse leque de fontes há de se pensar em como as identidades e memórias de Antônio Carlos são postas a um grupo maior do que a população que reside na cidade, e como elas reforçam uma imagem da população local. Não raras vezes ouvi de visitantes e de moradores/as da cidade de como Antônio Carlos é uma cidade bela e tranquila, como o povo é acolhedor e trabalhador e de como as pessoas de ‘fora’ são aquelas que não gostam de trabalhar. Isso se deve, também, pela forma como os discursos são apropriados por esses meios e transmitidos para a população. Pensar essas fontes como parte de relações de poder é um dos pontos da discussão que se segue.

#### 4.1. A CULTURA É NOTICIADA: A CIDADE DOS VERDES VALES E DAS HORTALIÇAS NA MÍDIA

Dentre as atribuições da SANTUR (Santa Catarina Turismo S/A) uma de suas funções é a responsabilidade de promover e divulgar os produtos turísticos do estado de Santa Catarina, mas, para isso, deve seguir a política estadual do lazer, sendo essa definida pela Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Turismo (SOL, 2014).

Ao clicar no link disponibilizado pelo SOL (Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte), a página é direcionada para o site oficial da SANTUR que, já no topo da página faz um convite de forma imperativa: “Venha descobrir Santa Catarina” (SANTUR, Ibidem). A descoberta do estado de Santa Catarina tem início na própria página que se divide em categorias: *O Estado, O que fazer, Destinos, Agenda de Eventos, Notícias, Serviços, Institucional*. Estas categorias são divididas em subcategorias, que didaticamente apresentam os diversos atrativos do estado. Antônio Carlos não fica de fora. Suas três mais antigas festas ‘típicas’ são citadas, sendo as mesmas apresentadas como “animadas” e buscam “[...] celebrar a cultura dos colonizadores, a gastronomia e a produção agropecuária local” (SANTUR, *Op. Cit*).

Essas descobertas do estado, de suas belezas e cidades pode ser feita nas categorias e subcategorias, direcionando-se para conhecer vários eventos e tipos de turismo do estado, ou, pode-se selecionar em destinos, a região desejada e a cidade que se quer descobrir. Na descrição sobre Antônio Carlos, por exemplo, lê-se que:

O município de Antônio Carlos reúne diferentes atrativos turísticos. Você pode se divertir nos animados parques aquáticos que funcionam entre outubro e maio ou visitar igrejas e grutas religiosas, incluindo a primeira capela construída por imigrantes alemães no estado. Outra dica é apreciar a aguardente de alta qualidade produzida na região e curtir suas belezas naturais. Antônio Carlos abriga a maior Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de Mata Atlântica do estado, a Caraguatá, e guarda ainda outras surpresas, como uma das poucas pontes de estilo germânico existentes no Brasil (Idem).

A capela a qual se referem é a que foi construída em Santa Bárbara, citada na obra de Raulino Reitz e, pela localização, não pertence a Antônio Carlos. Já com relação à ponte, esta foi reformada em 1986.



Figura 5: Fotografia da ponte em estilo ‘germânico’ no Alto Rio Farias, em Antônio Carlos.



Fonte: Foto tirada pela autora. Acervo pessoal.

Segundo a página do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Geográfico) de Santa Catarina, pontes de madeira cobertas eram comuns na Europa Central, sendo recorrentes em regiões que receberam imigrantes alemães/ãs. A referência, na página, diz respeito a ponte Warnow, na cidade de Indaial (IPHAN SC, 2014). A ponte tem características muito próximas dessa que foi construída em Antônio

Carlos. Ambas são cobertas com telhado inclinado, possuindo sistema de treliças, porém, o sistema de treliças da ponte Antônio-Carlense é diferenciado. Ainda assim, esta é tida como uma das únicas pontes em estilo ‘germânico’ no estado. Foi construída em um local isolado da cidade, dando acesso a algumas poucas casas, sendo desconhecida por muitas pessoas. Mas, ao poder afirmar que há uma construção própria em estilo alemão é poder mostrar (ou afirmar que há, já que esta não é vista por muitos habitantes, nem turistas) a materialidade da cultura. Não é diferente do que aconteceu, por exemplo, na Vila Germânica de Blumenau. Não basta afirmar uma cultura imaterial, demonstrada em costumes em comum. A cultura deve ser mostrada para além de sua imaterialidade. Ter o que mostrar, em fotos, por exemplo, é atrativo para o olhar daqueles/as que visitam o local. A lembrança de um momento vivido no local não fica apenas na memória dessas pessoas, ela pode ser fotografada, revelada e, atualmente, compartilhada em blogs e perfis de redes sociais. A cultura não é apenas celebrada. Nesses casos, ela é tocada.

Na descrição do “Patrimônio histórico alemão”, da página oficial da SANTUR, diz-se que:

Um dos traços mais marcantes da sua presença são as edificações com estruturas aparentes de madeira e paredes de tijolos maciços, característicos da arquitetura enxaimel. Municípios de origem alemã de todo o estado conservam exemplares desse patrimônio arquitetônico [...] (SANTUR, *Op. Cit.*).

A única construção que teria esse estilo e que é mencionada na página é a ponte. Não há menção a nenhuma outra construção, como as placas que indicam os nomes das ruas, lixeiras e paradas de ônibus, sendo estas muito mais visíveis na cidade do que a ponte. Possivelmente isso aconteça pela raridade com que é tratada. Na página Florianópolis e Região Convention & Visitors Bureau<sup>49</sup>, a informação é de que essa é

---

<sup>49</sup> Esta se auto declara uma “entidade privada, sem fins lucrativos, mantida e administrada por dirigentes das empresas associadas. O Florianópolis e Região C&VB tem assento e representação junto às Federações Brasileira e Catarinense de Convention & Visitors Bureux e no Conselho Municipal de Turismo de Florianópolis” que busca, dentre outras coisas, “colaborar com o poder público e entidades privadas na promoção do destino turístico da região de

uma das poucas pontes nesse estilo que ainda existem no Brasil (FLORIPACONVENTION, 2014).

Questões assim deixam claro que, não apenas há interesse em manter e divulgar a ‘germanidade’ da cidade entre os/as próprios/as moradores/as, mas que há um interesse conjunto entre diferentes instituições e associações que colaboram para que essa ideia de uma cultura uma e ‘típica’ seja apresentada aos mais variados públicos. Entretanto, é preciso não esquecer da importância das instituições públicas da cidade em manter esses discursos. E discursos, novamente, não são apenas palavras, mas ações. Um dos exemplos mais claros disso se deu na páscoa de 2014: a praça da cidade deu lugar a *Osterbaum* (Árvore de Páscoa) e a casa do coelho (reaproveitamento da antiga casa do Papai Noel de 2013), onde o grafite dá o colorido à casa, às figuras e aos dizeres “Feliz Páscoa!”, encimado pela faixa “*Fröhliche Ostern!*” (Feliz Páscoa!), produzida pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos e apoiada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Indústria e Comércio.

Na entrada da casa do coelho, uma folha de papel sulfite plastificada e pregada com tachinhas ao lado da janela frontal e acima da bandeira do Brasil grafitada, explica o significado da *Osterbaum*. A *Osterbaum* teria origem na Alemanha antiga, sendo resgatada [*sic*] em algumas comunidades brasileiras. A Árvore da Páscoa é montada em quintais e praças, sendo utilizados galhos secos, representando a frieza do inverno e a morte de Jesus Cristo. Os galhos são enfeitados com ovos coloridos, que simbolizariam a alegria da vida e a chegada da primavera. A ‘tradição’ está diretamente ligada ao clima europeu. Enquanto em Antônio Carlos uma árvore de ramos secos foi ‘plantada’ na praça da cidade para obedecer a ‘tradição’, em regiões frias isso não é necessário, já que árvores de folhas caducas perdem toda a folhagem durante o inverno. Há, próximo a essa árvore seca, outra árvore enfeitada, sendo esta uma árvore verde, de porte pequeno, mas que está na praça da cidade há alguns anos.

A casa do coelho fica próxima a *Osterbaum*. Esta também apresenta colorido variado, com um grande coelho grafitado segurando uma cesta, acompanhado de dois ovos de páscoa personificados. Para além das imagens e de todo o colorido, há mensagens de ordem grafitadas na casa. De um lado os dizeres “Pratique esportes, alimente-se bem, não use drogas. Seja feliz!”. Do outro: “Estude! Trabalhe!

Respeite! Seja feliz”. De um lado, a ligação com a Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Indústria e Comércio. Do outro, a influência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Ambos os discursos ordenam coisas a serem feitas que não só acredita-se que melhorariam a condição de vida das pessoas que as obedecem, mas também há a intenção de que se tenha ordem, disciplina e, portanto, se continue no caminho do progresso, tornando a ação individual em um bem para a comunidade. Um povo ordeiro se faria, portanto, seguindo instruções e levando adiante os ensinamentos dos antepassados.

Figura 6: *Osterbaum*. A árvore com galhos secos foi ‘plantada’ na praça da cidade com a intenção de ter uma aproximação considerada como fidedigna à ‘tradição’ germânica.



Fonte: Foto tirada pela autora. Acervo pessoal.

Em diferentes momentos da história do município houve, como já apresentado, tentativa de ‘resgatar’ o passado de seus/suas habitantes. Assim como livros memorialísticos, a *Osterbaum*, o museu municipal de Antônio Carlos e o Memorial Santa Maria tentam apresentar e guardar a memória local. No caso da árvore de páscoa há um espelhamento entre cidades: elas se copiam. Há apropriação de pontos estratégicos relacionados a uma cultura e que fizeram (ou fazem ainda) sucesso em

algumas cidades e são transplantadas para outras, na tentativa de repetir esse mesmo sucesso.

O museu municipal de Antônio Carlos foi criado em 23 de novembro de 1990, por meio da Lei 461. Dentre seus objetivos estão o de “[...] reunir e preservar o acervo histórico e cultural, ligado à história do Município e às suas personalidades ilustres”, sendo sediado no prédio da prefeitura Municipal da cidade, que leva o nome do cônego Raulino Reitz (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 1990, Lei nº 461). A lei não informa com exatidão o local onde o museu seria abrigado dentro do prédio. Este ainda está no subsolo do prédio da prefeitura.

Anos atrás, em visita realizada para fins de trabalhos escolares, as peças que o museu abrigava estavam mal distribuídas, sem nenhuma lógica de organização. Eram apenas amontoados de coisas velhas guardadas em uma sala. De medalhas de Raulino Reitz até cruces de imigrantes alemães. Tudo estava em um pequeno espaço e era explicado rapidamente aos/as visitantes do que se tratavam. O horário de funcionamento do museu era reduzido, pois o mesmo dependia do horário de funcionamento da prefeitura municipal.

Duas enchentes (uma em 2008 e outra em 2010) praticamente acabaram com as peças que o museu reunia. Apenas em 2013 começou a haver mobilização para inventariar e restaurar os artigos museológicos. Ao se restaurar tais objetos, quer-se “resgatar a história de Antônio Carlos e do seu filho ilustre Cônego Raulino Reitz” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2014). Restaurar os objetos pertencentes ao museu é uma forma de tentar garantir uma memória material institucionalizada da cidade. Mais do que fazer a restauração das peças, essas seriam transferidas para uma casa no centro da cidade que também deve ser restaurada para receber o ‘novo’ museu. Tirar o museu de dentro do prédio da prefeitura e colocá-lo dentro de uma antiga casa da cidade é uma tentativa de aproximar a história local da população. Pode ser entendida como uma forma de “estender o museu para fora de seus muros, de museificar a cidade” (CERTEAU; GIARD, 2011, p. 195).

Além de toda a preocupação que se tem tido com esse ‘resgate’ da memória e do passado da cidade, uma outra preocupação começa a surgir: a de ter uma figura ‘ilustre’ que represente a cidade. Quem seria melhor do que o “padre botânico que tornou a cidade conhecida mundialmente” (NOTÍCIAS DO DIA, 2014)? Esse trecho retirado do jornal Notícias do Dia mostra a ideia que vem se formando atualmente.

Um ‘legítimo’ descendente de alemães que nasceu na cidade, vindo de uma família já reconhecida na cidade, tendo feito ‘história’, ligada a valores morais ‘tradicionais’ e religiosos. Um estudioso considerado o fundador da ecologia catarinense, reconhecido em entidades científicas no Brasil e no exterior, chegando a receber o prêmio Global 500<sup>50</sup> (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2014). Ter um ícone que represente a cidade confere a mesma certo status ao vincular a importância de sua história à importância da vida daquela pessoa. Não difere tanto das disputas feitas em torno da figura de Anita Garibaldi, por exemplo, onde cidades catarinenses disputam o posto de local de nascimento da popularmente conhecida “heroína de dois mundos”. É uma maneira de tornar o local conhecido, entre outras coisas, por pessoas reconhecidas a nível nacional ou internacional, apresentando a importância que a pessoa nascida naquele local teve para a sociedade, estendendo-se para além de seu local de origem.

O passado tem sido busca constante em Antônio Carlos, hora com mais ênfase, hora com menos, assim como em outras cidades. Esse ‘atrativo diferenciado’ que se quer apresentar também é revivificado em memoriais. Antônio Carlos conta com um memorial desde 2007 e tem como principal atração as placas de madeira talhadas a mão, onde a história da comunidade de Santa Maria é narrada. Três das placas tem cerca de quatro metros de altura e um metro e meio de largura, sendo que as outras duas contam com a mesma medida de largura, mas dois metros a menos de altura.

Diferente de outros investimentos no ‘resgate’ do passado da cidade, o Memorial Santa Maria não teve apoio da Prefeitura Municipal. Este foi construído com o dinheiro de seu idealizador, José Junkes. Segundo entrevista concedida ao jornal *Notícias do Dia*, Junkes afirmou ter pagado e ressalta: “Não ligo para o dinheiro, faço por amor” (NOTÍCIAS DO DIA, 2009). Este que é chamado de “Mago dos entalhes” pelo jornal, descende de uma família com origem alemã. Defensor da comunidade, Junkes, como citado em momento anterior dessa dissertação, não concorda, por exemplo, que tenha sido dado o nome de Antônio Carlos para a cidade, pois, para ele, a cidade tinha heróis que poderiam ‘emprestar’ seu nome para denominar o local (JUNKES, *Op. Cit.*). Mais do que um dito sentimento ‘bairrista’, isso mostra a importância que, para algumas pessoas, se tem em buscar o passado da cidade, ‘resgatá-lo’ e vivenciá-lo. Tanto é assim que Junkes

---

<sup>50</sup> Prêmio criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que visa reconhecer e homenagear pessoas que lutam em prol do meio ambiente.

foi a busca de diversos instrumentos de trabalho do cotidiano dos antepassados, além de fotografias. Fez uma coleção particular aberta ao público, da qual se orgulha. Em 2011, relatou que:

Recebemos em pouco mais de quatro anos cerca de 6100 visitas, vem gente de outras cidades, estados e até de fora do país. Muitos alemães, inclusive, vêm aqui conhecer a história dos imigrantes que de lá saíram no século XIX (NOTÍCIAS DO DIA, 2011).

A máxima de Lincoln, citada por Reitz em seu livro e por mim nesse texto, já dizia “Gosto de ver alguém orgulhar-se do lugar onde vive” (LINCOLN *Apud* REITZ, *Op. Cit.*). José Junkes é uma dessas pessoas que se orgulha da terra em que vive e, mais do que isso, deseja mostrar uma identidade cultural revestida de orgulho. Valoriza o que os/as antepassados/as fizeram e os/as venera por isso, tendo no memorial Santa Maria sua expressão máxima disso. Mas, essa valorização e veneração não parte apenas de José Junkes. Essa valorização da memória do povo antônio-carlense não faria sentido se ela fosse um caso isolado. Além de indivíduos que fazem essa busca, o poder público atua também nesse espaço. Exemplo disso é o discurso que foi proferido por Adelino Kretzer em 22 de maio de 1988. O então prefeito estava participando do sesquicentenário da construção da primeira capela em Antônio Carlos, e não deixou de exaltar o povo e seus/suas antepassados/as. O discurso foi retirado do livro de Wendelino Meurer (*Antônio Carlos: sua terra e sua gente*) e Rogério Kremer (*Antônio Carlos: 175 anos de história*). Alguns trechos merecem destaque nesse momento. Adelino Kretzer faz um retorno ao passado e a um local: a região que viria a fazer parte da Alemanha, unificada em 1871. Num discurso acalorado, onde cita sobrenomes de ‘origem’ e todo o sofrimento do povo alemão, Kretzer fala dos obstáculos que tiveram que ser enfrentados. Aqueles/as que teriam deixado na despedida:

[...] alguma lágrima a umedecer a terra natal, mas com os olhos e a mente fixos no futuro de um país, onde sua generosidade e seu espírito empreendedor pudessem fazer prosperar uma nova sociedade, guiada pelos ideais de participação, de solidariedade e compreensão do bem comum (KRETZER, 1988 *Apud* MEURER, *Op. Cit.* p. 30).



Não bastava ser um povo ordeiro e trabalhador. Na fala de Kretzer o ideal de comunidade, tão explicitado por Bauman, aparece novamente. Talvez mais do que isso. Como Bauman mesmo afirmou, identidade é, muitas vezes, substituta da comunidade. Porém, o autor esclarece que:

Nenhuma das duas está à disposição em nosso mundo rapidamente privatizado e individualizado, que se globaliza velozmente, e por isso cada uma delas pode ser livremente imaginada, sem medo do teste da prática, como abrigo de segurança e confiança e, por essa razão, desejada com ardor. O paradoxo, contudo, é que para oferecer um mínimo de segurança e assim desempenhar uma espécie de papel tranquilizante e consolador, a identidade deve trair sua origem, deve negar ser “apenas um substituto” – ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir (BAUMAN, 2003, p. 20).

Seguindo essa lógica, identidade e comunidade precisam de reconhecimento e certa união entre as partes que estão dentro dessa relação de reconhecimento e poder. Identificar-se como pertencente a uma comunidade e assumir uma identidade é dizer, sem que precise ser realmente proferido, que outros grupos são diferentes deste que se formou e a união entre seus/suas participantes o torna mais forte. Por isso, solidariedade, participação e busca do bem comum são importantes nesse processo: elas mantêm o grupo, pois há reconhecimento de um/a igual no/a próximo/a. Para Koselleck, “as denominações que as pessoas empregam para si próprias e para os outros fazem parte do dia-a-dia de cada um. Nelas se expressam a identidade da pessoa e suas relações com os outros” (2006, p. 191). Assim, mesmo que discursos pejorativos sejam feitos em relação aqueles/as que não fazem parte do grupo, a pessoa de fora pode considerar que ela foi mencionada, mas isso não quer dizer que ela se reconheça. O que não quer dizer que quem faz parte da comunidade ou grupo identitário não o reconheçam como alguém diferente e que não faz parte do mesmo círculo. A linha ‘imaginária’ que separa os grupos e comunidades depende, também, da interpretação que se dá a partir do lado de que se fala e do lado que se ouve.

Em uma leitura partindo do presente, o passado ganha sentido. Interpretar os fatos depois de seus acontecimentos fechados pode ocasionar, muitas vezes, uma leitura precipitada, onde todas as questões são encaixadas de forma a dar sentido as coisas que foram acontecendo. A linearidade com que os fatos são narrados dão novas perspectivas sobre os acontecimentos. A busca do bem comum, a participação e solidariedade com os outros fazem sentido em uma comunidade, por esta ser um lugar confortável para muitas pessoas.

No discurso de Kretzer há a exaltação do sofrimento que teria sido enfrentado pelos/as antepassados/as alemães/ãs como sinal de força: “Quantas lágrimas, quantas gotas de suor e até de sangue regaram estas colinas e estes verdes vales onde hoje vivemos” (KRETZER, *Op. Cit.* p.31). Os sacrifícios, as dores e as dificuldades: tudo isso tem potencial para ser tomado como algo que enobrece o imigrante alemão e mostra que, mesmo sofrendo, conseguiu vencer, pois não teria se deixado abater. Mais do que enobrecer aquele alemão do século XIX, perpetua a imagem de um povo batalhador. Se foi assim durante a imigração e durante as Campanhas de Nacionalização, não é diferente do povo que ainda derrama gotas de suor nas terras antônio-carlenses, plantando para alimentar as pessoas da ‘cidade grande’. Fazer parte do Cinturão Verde da Grande Florianópolis é, portanto, demonstrar que o colono está disposto a trabalhar por um bem comum, por uma causa nobre: levar comida à mesa de outras pessoas. O uso de um discurso identitário, então, está ligado não só à imigração, mas também ao trabalho no campo. Mesmo em períodos de seca, onde grande parte da produção é perdida, o ânimo não pode ser abatido. No início desse ano, por exemplo, em reportagem feita pelo jornal Notícias do Dia, Gilberto Mendes teria dito: “Vamos plantar cenouras, beterrabas, brócolis e batatas-doces. Não podemos parar porque temos compromissos a honrar” (NOTÍCIAS DO DIA, 2014). O entrevistado não carrega um sobrenome de ‘origem’. Mas isso não tem importância. Ele é antônio-carlense, seguindo a lógica discursiva que há na cidade, ele é um filho da terra, descendente indireto desse povo destemido que luta não só contra adversidades do cotidiano, mas não se deixa esmorecer diante de um clima desfavorável para a plantação. Apesar da reportagem afirmar que a chuva “[...] trouxe um pouco mais de ânimo aos agricultores de Antônio Carlos [...]” (Idem), esta contém entrevista com pessoas que lidam com o campo e, apesar desses problemas, se sacrificam no trabalho “[...] sob o sol ardente e, durante a madrugada” (Idem). Não é questão de desmerecer trabalhos e esforços, mas de se pensar na

construção de heróis do campo e de como essa identidade é assumida e prestigiada, especialmente nas festas do Colono e da Hortaliça, como será detalhado no próximo subcapítulo.

E os discursos do presente se impregnam do passado e dos discursos proferidos há tempos. É o caso do discurso de Kretzer, já citado aqui. Ao encaminhar o discurso para o fim, afirma que:

Os descendentes não herdam apenas bem materiais, propriedades, fortunas, mas também a cultura, a experiência, como atributos humanos capazes de superar os problemas que diariamente se nos apresentam. E a história dos Homens é tanto mais rica quanto forem as lutas, substanciadas no trabalho e na vontade de vencer e progredir. Esta Igreja que aí está, representa 150 anos de História e nela estão o sangue, músculos e nervos dos nossos antepassados a firmar as suas paredes e o seu teto. Esta Capela é a herança que nos legaram os imigrantes alemães, a forma materializada dos atos de vontade de cada um, a esperança sempre renovada de que nem mesmo o tempo, que a tudo corrói, poderá apagar a memória dos atos humanos, nem poderá destruir a história. (Ibidem, p. 32 – 33).

O autor do discurso lembra ainda que a placa comemorativa deve lembrar as futuras gerações que, mesmo tantos anos tendo se passado desde a chegada dos/as alemães/ãs, a população ainda tem presente em seu cotidiano a força de seus/suas antepassados/as:

[...] continuando pioneiros na construção de uma sociedade justa e fraterna, onde o homem é o centro de si mesmo, o construtor de sua História, tendo Deus como inspirador máximo e sua Igreja como testemunha temporal do espírito de trabalho, de fraternidade e solidariedade humanas, como características centrais do nosso povo (Idem).

Mais do que pensar no caráter como algo hereditário, há também a ideia de uma estagnação ou congelamento do tempo, da noção de moral e costumes. O discurso proferido em 1988 ainda está arraigado

ao imaginário da cidade, já que as palavras e meios de difundi-lo, como apresentado até aqui, mudam. Entretanto, o ideal construído de povo é o mesmo. Além de todos/as serem enquadrados/as sob a mesma ótica de pessoas solidárias, fraternais e ‘trabalhadeiras’, pensa-se em um sujeito universal: homem, branco (já que só se fala em imigrantes alemães), cristão. Os demais sujeitos da história não aparecem, são ocultados. Ademais, essa é uma história de heróis. O povo é resultado desses heróis e, continuando na luta cotidiana, conseqüentemente, são heróis também. A placa comemorativa é apenas uma materialização do que não deve ser esquecido pelos jovens do futuro (no caso, do presente), da importância dos imigrantes e de tudo que hoje se tem acesso e que essas pessoas que viviam no século XIX e início do século XX não tinham, o que dificultava e, portanto, enobrecia tanto seu trabalho e sacrifício pelo bem comum. Os ‘sacrifícios’ do passado tem respingos no presente. Parece que não seguir esse caminho de bem já traçado pelo imigrante e seus descendentes é uma questão de desonra ao passado. Por isso é tão importante para essas pessoas que as “características centrais do nosso povo”, como citado anteriormente, sejam ‘preservadas’: é o que acredita-se que garantirá que a cidade continue prosperando e levando adiante seu exemplo por meio de sua dita cultura alemã.

Tais ‘preservações’ e valorizações do trabalho da população local e o enaltecimento do povo alemão como um todo, são celebrados. Festejar o trabalho rural e a cultura da cidade são formas de vender produtos. Produtos que, dentre outras coisas, são simbólicos. Essa é a discussão que se segue no próximo subcapítulo.

#### 4.2. “VENHA CONFERIR!”: ALIMENTAÇÃO E FESTAS ‘TRADICIONAIS’ NA MÍDIA

Segundo a página oficial da Associação Caminhos da Imigração Alemã, Antônio Carlos “mantém um clima rural, e é conhecida pelos seus produtos artesanais” (ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ, 2014), sendo elencados como produtos artesanais a farinha de mandioca e a aguardente. A agricultura, segundo a página, permanece como uma das principais atividades econômicas (Idem). Assim sendo, festas ‘típicas’ exaltam a importância do trabalho de agricultores/as, bem como a fabricação da cachaça. Mais do que exaltar esse trabalho, as festas são, também, oportunidade de reafirmar memórias, identidades e ‘tradições’.

Anualmente são realizadas quatro festas que, no calendário de eventos do site da prefeitura municipal da cidade, são apresentadas como ‘típicas’. Entretanto, mais do que ‘típicas’, essas festas se pretendem ‘tradicionais’, pois, como mencionado em momento anterior, ao mesmo tempo em que esses eventos tendem a fazer coisas diferentes para atrair as pessoas que não vivenciam aquela cultura cotidianamente, tenta-se ‘preservar’ padrões e valores já comuns naquele local. São dimensões temporais diferentes que se mesclam: o ‘tradicional’ e o ‘moderno’ aparecem no mesmo espaço sem que, para isso, um acabe se sobrepondo ao outro. A ação conjunta dessas duas dimensões tem garantido o sucesso das festas: a cultura, identidades e memórias da cidade amparadas por um discurso que eleva-as e as apresenta como herdeiras diretas e sem mudanças do passado de imigração; enquanto a presença de máquinas agrícolas nas festas, sendo enfeitadas, ou de uma produção de cachaça um pouco mais industrializada garantem que o discurso de progresso seja vinculado a esse passado: só se teria chegado a esse nível graças a todo o empenho e sofrimento dos/as antepassados/as imigrantes.

Dentre as festas listadas no site da prefeitura, três delas acontecem há mais de duas décadas, sendo elas Festa do Colono (1977), Festa da Cachaça (1988) e Festa da Hortalixa (1990), acontecendo em julho, agosto e junho, respectivamente. Já a *Stammtisch* vem acontecendo desde 2008, no mês de novembro, em data próxima a comemoração da emancipação política da cidade, sendo essa a festa que carrega maior ligação com a dita cultura germânica<sup>51</sup>, se levarmos em consideração o nome que carrega e a participação de pessoas vestidas com trajes ‘típicos’ bebendo chopp.

“Antônio Carlos realiza *Stammtisch*”: esse é o chamado no site de Antônio Carlos para a segunda *Stammtisch* realizada na cidade. Sobre a primeira não existem notícias na página. A notícia começa abordando os temas que acredita-se fazerem parte de uma festa ‘alemã’: “Chopp, muita comida e alegria são os principais ingredientes de uma festa tipicamente alemã” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2015). Se esses são os ingredientes para a realização da festa, o objetivo de unir tudo isso em um só lugar é para

---

<sup>51</sup> Segundo site oficial da Associação Cultural Deutsche Welt, a primeira *Stammtisch* teria surgido no reinado de Friedrich Wilhelm I, Rei da Prússia (1713 – 1740) (DEUTSCHE WELT, 2014), portanto, antes mesmo da constituição do Império Alemão. Assim como as reivindicações de identidade e cultura alemã, essa ‘tradição’ surgiu antes do estado nacional alemão.

[...] preservar, valorizar e resgatar a cultura germânica local. Esta festa é um evento tradicional na Alemanha, onde grupos de amigos se encontram para debater assuntos relacionados ao dia-a-dia. É costume também a troca de alimentos e bebidas (Idem).

Para Geraldo Pauli, prefeito na época em que essa festa foi realizada pela primeira vez, a festa é importante, pois “preserva a cultura de nossos antepassados, alemães” (Idem). As matérias de anos posteriores a esse não tem grandes diferenças: sempre chamando as pessoas para celebrar a amizade com muito chopp e alegria, com o objetivo de manter uma ‘tradição’ germânica. Com a montagem de barracas no Centro da cidade, próximo a prefeitura, grupos de amigos/as costumam se reunir durante o dia e festejar. Alguns/algumas com roupas comuns, outros/as, com chapéus ‘tipicamente’ alemães. Há quem ‘ouse’ um pouco mais e assumam um/a personagem alemão/ã ‘tradicional’, vestido de Fritz ou Frida<sup>52</sup>, tão comum em festas que tem a cultura dita alemã como temática.

A festa é recente na cidade, especialmente se comparada com as outras que já acontecem há vários anos. Mas nem por isso fica atrás da proposta de vender a cultura. E tem funcionado, tanto que as pessoas estão dispostas a vestir-se da ideia que ela vende. Isso continuará a acontecer, não apenas nessa festa, mas nas outras, enquanto a atração não for apenas uma curiosidade momentânea. Nas palavras de José Newton Coelho Meneses, o que sustenta o atrativo é a:

[...] possibilidade de nele se incorporar amplos significados. E isso pode ser feito com leveza. A construção cultural de outro tempo continua sendo viva e vivida, e a sua memória a projeta para a contemporaneidade (*Op. Cit.*, p. 22 – 23).

Os significados dessas festas estão ligados a possibilidade de celebrar, entre outras coisas, a amizade. E essa construção cultural que não cessa, pois ela precisa de manutenção constante para se manter, está presente na contemporaneidade, mas sua origem não remonta nem a esse tempo que vivemos, nem a esse espaço. Uma ‘tradição’ apropriada

---

<sup>52</sup> Nomenclaturas masculina e feminina, respectivamente, utilizadas para se referir à pessoas que usam roupas ‘típicas’ alemãs nesses eventos.

de outro lugar e outro tempo para que se tente manter uma ideia de cultura ‘tradicional’ no agora.

A Festa do Colono, a que acontece a mais tempo na cidade, é promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos. Realizada em data sempre próxima ao dia do colono e do motorista, esta festa acontece na Sede do Município. Tanto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos, quanto a Festa do Colono, carregam o mesmo logotipo da FETAESC (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina), sendo que a diferenciação mais significativa está no mapa com relação ao logo do Sindicato e, da Festa, os dizeres. Enquanto o logo da FETAESC conta com o mapa do estado de Santa Catarina, onde a imagem de três pessoas se sobrepõem ao mapa e, abaixo está o *slogan* “Representar, Organizar, Integrar”, o logo de Antônio Carlos conta com o mapa da cidade. Já o logotipo da Festa é envolto pela propaganda da mesma. A imagem dos colonos sobrepondo-se ao mapa é a mesma: à esquerda há um homem com uma enxada, posicionada sobre a terra, onde ele faz um trabalho braçal. No centro há uma mulher que carrega um cesto com algum tipo de alimento plantado na roça e, por fim, há um menino que carrega uma pequena touceira de folhas (milho ou cana de açúcar, talvez).

Figuras 7 e 8: Logotipo da FETAESC e Logotipo da Festa do Colono (e do Motorista) de Antônio Carlos, anunciando a data do próximo evento.



Fontes: Disponível em: <  
<http://www.dahoraonline.com/index.php?ap=9&coluna=931>> e <  
<https://www.facebook.com/334079133360206/photos/a.334080336693419.58495.334079133360206/365844560183663/?type=1&theater>>,  
 respectivamente.

A segunda festa que é voltada para o trabalho e produção na terra, bem como ao/a colono/a, é a Festa da Hortaliça. Esta acontece na comunidade de Rachadel desde 1990 e, diferente da Festa do Colono, não é promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Seu idealizador é José Simones, que mora na comunidade, mas desde o ano de 2002 ela é realizada pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rachadel. Tendo surgido pouco mais de uma década após a Festa do Colono, esta chega a, de alguma forma, disputar espaço com a mais antiga. E não é qualquer disputa: esta se dá de modo um tanto quanto silencioso e busca apresentar a festa mais alemã. Em 2010, quando eu ainda estudava alemão na cidade com o professor Detlef, muitos assuntos sobre a cidade acabavam sendo pauta de conversas. Em uma das ocasiões, uma das alunas, nascida e criada na comunidade de Rachadel, convidava o professor para participar da festa, descrevendo os atrativos que ele encontraria por lá. A certa altura da conversa ela disse que dizem ser a Festa do Colono a mais alemã da cidade, mas isso seria uma mentira. A festa mais alemã seria, na verdade, a Festa da Hortaliça. Não houve questionamentos do que diferenciava de fato uma festa da



outra para que se afirmassem mais ou menos alemãs. A aula seguiu normalmente após tal comentário. É curioso perceber que ambas as festas sempre apresentam elementos relacionados ao passado de imigração e que buscam colocar passado (imigrantes), presente (atuais produtores) e futuro (o caminho para o progresso) nas duas festas. ‘Tradição’ e ‘modernidade’ aparecem lado a lado, complementando-se. A disputa entre as festas é para além da cultura: está em atrair mais visitantes, em ser o maior evento da cidade.

Em Antônio Carlos as duas festas ditas alemãs e com temática muito próxima são realizadas para exaltar o trabalho no campo, a alimentação ‘típica’ apresentada também não se difere: ambas apresentam em seu cardápio a galinha recheada e o recheio alemão, ambos muito procurados nos eventos. Enquanto isso, outras cidades como Joinville, fazem usos diferentes não só de temáticas, para apresentar a cultura alemã nas festas, como também varia em seu cardápio. Festa do Pato e Festa do Cará se distanciam no tipo de comida apresentada. Janine Gomes da Silva, ao falar sobre alimentação, memórias e etnias na cidade de Joinville, percebe que

[...] atualmente, os usos sociais do patrimônio alimentar são, por vezes, diretamente relacionados a discursos identitários, seja pelo poder público local, pela imprensa, pelos moradores das diferentes regiões ou pelas ações relacionadas ao turismo (SILVA, 2011, p. 394)

A alimentação, sendo destaque nas festas realizadas em Antônio Carlos ou Joinville, por exemplo, tem relação com os discursos identitários. Independente da forma como esses discursos são apresentados, se há quem tenha ao menos um pouco de curiosidade em saber do que se tratam esses eventos e que comida é essa que está vinculada a uma ideia de ‘típico’, o turismo continuará a ser importante para as cidades que sediam as festas.

A Festa do Colono acontece no mês de julho, em data sempre próxima ao dia do colono e do motorista. Já a Festa da Hortaliça acontece sempre no primeiro final de semana do mês de junho. Ambas fazem homenagens às pessoas que trabalham na terra e celebram os produtos produzidos, sempre lembrando da imigração alemã. A proposta de ambas ao se dizerem alemãs é se conectar com o ideal de festas ‘típicas’ regionais do estado, entrando em um calendário e sendo visitadas anualmente. São duas festas com aspectos muito próximos e

que acontecem com pouco mais de um mês de diferença. É a possibilidade de atrair mais olhares para a cidade nos meses mais frios do ano, quando não há movimentação turística para a visita aos parques aquáticos.

Ainda que a alimentação seja algo importante para atrair o olhar de turistas, esta por si só não carrega a festa sozinha. Se na Festa do Pato, em Joinville, a atração é a corrida de patos e, na Festa do Cará é a corrida com o saco de cará, em Antônio Carlos, carros agrícolas são atrativos fora da cozinha. Ornamentados com hortifrutigranjeiros, são motivos para a decoração temática dos carros desde acontecimentos que tem relação com o cotidiano até acontecimentos do passado. Fé católica, trabalho no campo, comemoração de emancipação política, comemoração da chegada de imigrantes alemães, a água... Tudo pode se tornar assunto digno de ser representado nos carros. Em 2013, ano em que a cidade comemorou os cinquenta anos de emancipação política, o cinquentenário foi tema em ambas as festas. Das questões mais cotidianas, até mesmo a novela *Salve Jorge* da rede Globo foi tema de um dos carros alegóricos na Festa do Colono.

Figura 9: No desfile da 36ª Festa do Colono, um cavalo de repolho é montado por um São Jorge com cabeça de abóbora. Sua lança, de cana de açúcar, atravessa o dragão de repolho roxo. A imagem de São Jorge remete à novela *Salve Jorge*, que passava na rede Globo.



Fonte: Foto tirada pela autora. Acervo pessoal.

Ainda que uma bebida reconhecida como ‘tipicamente’ brasileira e vista como patrimônio histórico e cultural do Brasil, sendo motivo de estudos e mapas, a cachaça é produto de destaque na Festa da Cachaça, que acontece anualmente na comunidade de Santa Maria. Apesar da cachaça ser considerada um dos atrativos turísticos na cidade, não apenas pela festa, mas também pela produção em si, sendo a cidade reconhecida regionalmente pela produção de cachaça (conta com três alambiques e uma adega) (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, 2014), Antônio Carlos não está na lista do mapeamento da cachaça a nível nacional.

Se, como é afirmado no portal do turismo de Santa Catarina, especialmente na página referente a Rota da Cerveja, os imigrantes italianos estão ligados a produção de vinhos e os alemães são

“conhecidos por sua tradição cervejeira” (SANTUR, 2014), em Antônio Carlos a situação de produção de bebidas alcoólicas é diferente. A *Schnappfest* é uma pequena mostra disso.

Para Roswithia Weber, o calendário festivo exige a participação efetiva das pessoas que vivem no local, tendo em vista que “traz o fortalecimento da memória a partir do vínculo identitário, sendo que, ao mesmo tempo em que se auto-atribui uma identidade, ela é também afirmada ‘para fora’” (2006, p. 238).

Assim como as comidas ‘típicas’ que estão presentes nas festas da cidade, a cachaça também caiu no gosto das papilas gustativas dos/as antônio-carlenses e pessoas da região que frequentam as festas. Aqui ela é encarada também como ligada a memórias, identidades e sabores, tal qual a alimentação ‘típica’ e ajuda a fortalecer identidades e memórias.

A alimentação pode ser vista sob três perspectivas: uma delas enquanto aspecto material, sendo uma ‘resposta à fome’; outra sob o aspecto cultural e social, tomada como uma construção, como algo simbólico e, por fim, sendo percebida como um meio de construção social da memória (MINTZ *Apud* AMORIM, 2008, p. 1). Neste trabalho a alimentação não está ligada necessariamente a questão da fome, mas é entendida como uma construção sócio-cultural, ligada a memória, e que não é estanque, pois, mesmo que ela tenha conexão com o passado, seja passada de geração a geração, sofre alterações nos modos de preparo e nos produtos utilizados para preparar determinado prato.

Os produtos regionais vêm ganhando destaque, sendo um contraponto com a industrialização e mundialização dos alimentos, mas para tanto, “enfeitam-se de mil atrativos” (POULAIN, 2004, p. 33). Surgem então os pratos rústicos e naturais, ligados também a uma etnocozinha, que surgem na França em momento em que se fazia necessário um inventário do patrimônio gastronômico de suas províncias: a criação de uma cozinha regional. Era preciso “recolocar as práticas culinárias tradicionais no contexto cultural que as fez nascer: os costumes, as crenças, as mentalidades regionais [...]” (Idem, p. 34). A ideia que Poulain apresenta, embora tendo a França como base de pesquisa e estudos, pode ser aplicada também na alimentação ‘típica’ da cidade de Antônio Carlos, especialmente aquela que é apresentada nas festas, que se diz ‘tipicamente’ alemã, sendo, portanto, um meio de representar a cidade.

O alimento, segundo Robertson Smith, é um meio de criar solidariedades, catalisar a comunidade e socializar o indivíduo em sua cultura (RIAL, 2010, p. 107). O alimento seria, então, um meio de

reconhecimento entre as pessoas. Sendo um meio de reconhecimento, certos códigos devem ser entendidos pelo grupo. Falar de sortido, recheio, galinha recheada (sem se dizer que tem recheio ‘alemão’), santa fé, rosca, cuca... São códigos que apenas quem faz parte do grupo conhece, sem precisar forçar a memória sobre o que se está falando e sobre o que irá ser comido.

Apresentar aquilo que distingue a alimentação antônio-carlense da alimentação de outros lugares, tendo eles ascendência alemã ou não, é ter um diferencial diante dos outros, podendo ser vista como uma maneira de se afirmar diante de outros grupos étnicos: mostrando a cultura alemã por intermédio de um prato que a própria população considera ‘típico’. Apesar de todo o esforço em afirmar uma alimentação alemã na cidade, Antônio Carlos não está incluso no roteiro de gastronomia alemã da SANTUR (SANTUR, 2014). Apesar de ser reconhecido no dito ‘boca-a-boca’ como uma cidade com traços da cultura alemã, a mesma não foi reconhecida pelo órgão para ser colocada junto à lista, o que não tem impedido a participação de inúmeras pessoas na festa que se deslocam de outras cidades, muitas vezes só para poder provar a comida local.

Para além de todo o cuidado das mulheres com o preparo das galinhas recheadas e dos doces que serão vendidos na festa, outro aspecto que acaba atraindo o olhar dos/as visitantes são os desfiles de carros agrícolas enfeitados com hortifrutigranjeiros, como já foi brevemente apresentado. Os alimentos continuam sendo atração na Festa da Hortaliça e na Festa do Colono, mesmo fora da cozinha. Tratores, tobatas e caminhonetes são enfeitadas na semana que antecede a festa. A intenção é ornamentar o instrumento de trabalho ‘moderno’ com aquilo que é produzido pelas famílias que lidam com o trabalho no campo. Aquilo que é utilizado no dia a dia dos/as agricultores/as, deixa o espaço rural e invade as ruas asfaltadas da cidade, sendo que, na Festa do Colono, o palco para o desfile é a praça da cidade e, ainda que acontecendo no interior do município, a Festa da Hortaliça, realizada em Rachadel, acontece no entorno da igreja, em região asfaltada.

Mais do que levar a alimentação para o desfile, este é local onde identidades e memórias são exibidas. Ambas as festas apresentam, em seu desfile inicial, algum ponto que faça aqueles/as que estão prestigiando o desfile, se transportarem para o passado. Mas não qualquer passado. Um tempo em que os/as primeiros/as imigrantes alemães/ãs estavam chegando à região; um tempo em que a vida era difícil e apenas com a incansável luta desses/as trabalhadores/as a cidade

pode crescer e se desenvolver. Moradores/as da cidade: crianças, jovens, adultos e idosos se prestam a fazer uma homenagem aos/às antigos/as moradores/as da região. Apresentam-se com roupas antigas, carregando enxadas e outros instrumentos de trabalho do/a colono/a.

Pessoas de outras cidades também prestam homenagem. Vindas de São Pedro de Alcântara, essas pessoas desfilaram na Festa da Hortaliça ocorrida em 2013.

Figura 10: Pessoas vestidas com roupas ‘típicas’ alemãs vão à frente da bandeira de São Pedro de Alcântara, que é segurada por outras pessoas também com trajes a ‘caráter’.



Fonte: Foto tirada pela autora. Acervo pessoal.

As pessoas estão vestidas com roupas ‘tipicamente’ alemãs. Carregam em si discursos, por meio das roupas e daquilo que buscam representar. Crianças que ainda não sabem andar, também fazem parte do desfile. Aqui, mais do que carregar os discursos nas roupas, essas crianças os carregam em suas características físicas: pele e olhos claros, por exemplo. Mas os discursos sobre a cultura se apropria de coisas da

atualidade também: como pode ser visto na imagem que segue, além da roupa ‘típica’ alemã, a mulher que desfila puxando o carrinho com sua filha usa salto alto, desvinculando, dessa forma, a ideia de uma colona que trabalha na roça. Ali e em todo o desfile a cultura é teatralizada: diferentes papéis sociais são assumidos e reafirmados para serem apresentados ao público.

Figura 11: Cada carrinho era puxado pela mãe da criança que estava vestida a caráter também. Festa da Hortalça – Junho de 2013.



Fonte: Foto tirada pela autora. Acervo pessoal.

As pessoas que participam do desfile com máquinas agrícolas, dispõem seus instrumentos de trabalho ornamentados em filas, próximo ao local onde o desfile aconteceu. O objetivo é que sejam vendidos os produtos apresentados: frutas, legumes, verduras, produtos caseiros e coloniais, como rosas de polvilho e melado entram à venda, além de alguns animais. É a oportunidade para as pessoas que não trabalham no campo poderem comprar produtos direto com os/as produtores/as, a preços mais baixos.

O esforço em produzir uma máquina agrícola enfeitada tem recompensas. Sempre há entrega de troféus para colonos/as que foram destaque, para aqueles/as que contribuíram para a realização do evento e prêmios em geral para as máquinas agrícolas vencedoras do concurso.

Se em Antônio Carlos a comida ‘típica’ apresentada, que se diz ter vinculação com a imigração alemã para a cidade é a galinha com recheio alemão, em Joinville, como mencionado anteriormente, um dos exemplos do que é tido como tipicamente alemão é o pato recheado. O modelo de “prato local” não é característico apenas de Antônio Carlos, isso é comum em vários lugares. É comum atrair turistas por meio da alimentação. Sacia-se a fome em seu sentido biológico e cultural, sendo o ‘tradicional’ sempre apresentado como algo novo para quem é de outro local e como algo antigo a ser ‘preservado’ para quem é da cidade. Se a ideia de “prato local” é comum no mundo todo, como afirma Csergo, isso vai além da produção da terra e de patrimônios alimentares. Tem relação com:

[...] os modos de circulação dos produtos, então a diversidade dos itinerários e cronologias pelos quais ele se torna o instrumento de uma recomposição identitária depende [...] do processo de construção das imagens do nacional, do regional e do local [...] (CSERGO, 1998, p. 822).

A alimentação está ligada a questões de sobrevivência do ser humano, mas mais do que isso, ela deve ser entendida enquanto um fator cultural e social de determinado local. Esteves entende a alimentação enquanto:

[...] um complexo sistema que se materializa em hábitos, ritos e costumes, marcados por uma inegável relação com o poder. As regulamentações alimentares estão presentes na distinção social por meio do gosto, na construção dos papéis sexuais e das identidades étnicas, nacionais e regionais, e também muito ligadas aos ritos religiosos (ESTEVES, 2010, p. 43).

Portanto, o ato de alimentar-se não é neutro. Para além de sabores e aromas, o prato que irá saciar a fome ou servir como degustação, está carregado de significados e escolhas, sendo elas políticas, culturais, sociais ou religiosas. Como afirma Carlos Roberto



Antunes dos Santos, o alimento está carregado de manifestações sociais e culturais, sendo um espelho de uma época, de um tempo passado. Uma comunidade, portanto, pode manifestar “emoções, sistemas de pertinências, significados, relações sociais e sua identidade coletiva” (2011, p. 108) por meio da alimentação. A comida seria, então, uma forma de comunicar-se e, tal como a fala “pode contar histórias e pode se constituir como narrativa da memória social de uma comunidade” (Idem). Se alimentação envolve memórias, identidades e é comunicação, podendo ter um vínculo com um passado comum de uma comunidade, não é de se estranhar as diferentes apropriações feitas por cada região daquilo que consideram ‘típico’. O passado é reapropriado e ressignificado. A comida passa a ser algo não apenas ligado à nutrição, sendo simbólica, prática social e cultural. O ponto central aqui não é pensar qual prato de fato representa mais uma cultura dita alemã do que outro. A questão principal é perceber que há uma comida ‘tipicamente’ ligada à alimentação e a cultura, tanto de um local como outro, e que isso não é um caso isolado nessas duas regiões. Esse diferencial acaba atraindo o olhar das pessoas e seu interesse: para aqueles/as que moram na região, valorizar um prato que eles e elas consideram, além de saboroso, representativo de sua cultura; e para aqueles/as que vão visitar a cidade, especialmente nos dias em que as festas ‘típicas’ acontecem é a oportunidade de poder experimentar algo que lhes é novo e ‘típico’ de um local, podendo conhecer partes da história da região.

As comidas ‘típicas’ de Antônio Carlos, que envolvem galinha recheada e santa fé, por exemplo, não são apresentadas ao público apenas nas grandes festas estudadas na presente dissertação. As festas comunitárias de igreja também são celebradas com a comida representante da cidade. As festas são menores, atraindo um público bem menor comparado às outras festas, o que não quer dizer que, para a população, não seja este também um lugar de ter sua cultura representada, ligada as ‘tradições’ e memória gustativa.

A festa é um espaço de sociabilidades: há celebração de missas antes do jantar, rezada na comunidade onde a festa acontece; ao escolher o que comer (galinha recheada, churrasco, recheio, maionese, saladas e, às vezes, sortido<sup>53</sup>), não há espaço para comer isolado/a: são dispostas mesas compridas e em fileiras, sendo que, para sentar-se, muitas vezes não são dispostas cadeiras e sim bancos. Após a janta (ou almoço) há um tempo até o início do baile. No caso das festas ‘típicas’, antes do

---

<sup>53</sup> Arroz com carne moída e batatas.

baile de sábado à noite há, ainda, a escolha da rainha da festa. Adolescentes de comunidades antônio-carlenses são convidadas a participar do desfile. São ensaiadas com antecedência, convidadas a participar de um ou outro programa de televisão regional para ajudar a divulgar a festa. Convidam padrinhos para que façam alguma doação em dinheiro para o evento. O ‘palco’ para o desfile é a própria pista onde ocorrerá a dança após a escolha da rainha. Apresentam-se com vestidos coloridos e rodados, sustentando no rosto sorrisos nervosos, enquanto cada uma ouve o grito das torcidas organizadas: desde apitos à buzinas. Vale tudo (ou quase) para chamar a atenção para a torcida mais animada e concorrer a uma caixa de cervejas. Após um desfile que dura cerca de uma hora, é chegado o momento de saber quem é a nova rainha da festa. Sendo anunciada a nova representante de tal evento, a rainha do ano anterior entrega a faixa. Mas, quem dá início a dança não é a população em geral. A rainha e princesas da festa são novamente apresentadas à sociedade quando dançam valsa com pai ou padrinho. Apenas após esses rituais a banda contratada começa a se organizar e dá início ao baile, que tem duração média de três horas.

Se à noite de sábado esse é o ritual realizado, a continuidade da festa no domingo tem apenas algumas mudanças. A missa é rezada pela manhã. No caso da Festa da Hortalíça e do Colono é após a celebração religiosa que o desfile de carros agrícolas ornamentados tem início, para se seguir, então, o almoço. Há um intervalo de aproximadamente três horas entre o almoço e o início do baile, que acontece à tarde.

Sendo um espaço tão dinâmico e em que há contato entre tantas pessoas, não há como não pensar nesse como um local onde estão postas questões sociais. Nem todas as pessoas têm acesso ao baile. Este foi sendo supervalorizado nos últimos anos fazendo com que para algumas pessoas seja bom, afinal, haveria seleção de quem frequenta o baile, fazendo juízo de valor pelo poder aquisitivo das pessoas. O momento, pois, em que as pessoas realmente têm livre acesso à festa, é para assistir ao desfile de tobatas e tratores enfeitados. Basta conseguir um espaço à beira da estrada em meio à multidão. E, mesmo que não consiga visualizar tão bem o desfile, sempre há um narrador para descrever o que está acontecendo e ler os cartazes feitos pelos/as colonos/as que estão participando.

Aquilo que se diz ‘típico’ de uma cultura é compartilhado por tantas outras. Isso acontece em Antônio Carlos, Joinville, Blumenau e outras cidades que, por meio de afirmação de identidades, acabam mostrando-as em eventos, cada uma com algum atrativo diferenciado

que possa atrair o olhar dos/as visitantes. Se na Festa do Cará, em Joinville, a festa é local para saborear pratos que são preparados com esse tubérculo, com pratos apresentados como ‘típicos’ dos/as imigrantes alemães/ã, a programação da festa inclui concurso de beleza, desfile, competição por produtividade e corrida, onde as pessoas que competem carregam um saco de cará nas costas, além de bailes. Existem pontos que são muito próximos das festas que acontecem em Antônio Carlos, e nem por isso deixam de ter suas especificidades nas comemorações. O objetivo é o mesmo que de outros lugares que se propõem a apresentar uma cultura em uma festa: divulgar a região como um local de turismo. (SILVA, *Op. Cit.*, p. 392). Apresentá-lo como um local para turismo rural, étnico, religioso, é um aspecto a parte de cada cidade.

A valorização desse ‘berço germânico’ não é algo isolado, assim como a valorização de tantas outras culturas e etnias. Particularmente no que diz respeito ao estado de Santa Catarina, como destaca Ricardo Machado ao tratar sobre a invenção de cidades etnizadas, especificamente as do Vale do Itajaí, percebe que tem se produzido:

[...] uma relação muito particular com o discurso histórico e o investimento na memória regional. Evidentemente que este processo não é estritamente original, na medida que a demarcação identitária vem se tornando uma das características das cidades contemporâneas. Além disso, o Estado de Santa Catarina, buscou nas últimas décadas legitimar-se no cenário como um mosaico cultural, investindo decisivamente na multiplicidade de identidades regionais extremamente localizadas (MACHADO, 2011, p. 1).

O processo de etnização no Vale do Itajaí é um fenômeno de grandes proporções, especialmente na cidade de Blumenau, com aquela que é considerada “a maior festa alemã das Américas” (OKTOBERFEST BLUMENAU, 2015). Isso acontece, também, por meio “da indústria do turismo e da publicidade, [que] dão visibilidade a esta germanidade em nível nacional e internacional” (MACHADO, *Op. Cit.*, p. 1), apresentando um discurso que fixa, homogeneiza e adjetiva culturas. Festas, trajes, alimentação e arquitetura são transformados em

discursos e outras cidades também buscam ganhar visibilidade, mesmo que essa não chegue a nível nacional ou internacional. Porém, afirmar-se na região em que se encontram, construindo um modelo de interpretação do passado e transformando-o em atrativo turístico, considerando e dignificando “[...] a vivência presente como parte de um todo cultural” (MENESES, *Op. Cit.*, p. 24), é a possibilidade de inserir-se em uma área que não gera apenas lucros econômicos, mas culturais.

A questão da cultura tornou-se um negócio para várias cidades. Como apresentado anteriormente, tem-se focado especialmente no turismo nas mais variadas regiões do estado de Santa Catarina, sendo que cada uma delas acaba recebendo uma titulação: Costa Verde e Mar, Encantos do Sul, Caminho dos Príncipes, Vale Europeu, Grande Florianópolis, Vale do Contestado, Serra Catarinense, Grande Oeste e Caminhos da Fronteira (GUIA TURÍSTICO GRANDE FLORIANÓPOLIS, *Op. Cit.*, s/p.). Cada um desses nomes remete a uma região específica, facilitando ao/a turista reconhecer que tipo de turismo está disponível ali (imigração, aventura, campo...). Antônio Carlos é, como apontado no início dessa dissertação, uma fresta para tantas cidades possíveis que buscam, de diferentes maneiras, se fazer ver e ser reconhecida por sua história, cultura e população.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ganhei meu primeiro diário quando tinha oito anos de idade. Ele possuía um cadeado, pequeno e simples, que não impedia que ninguém pudesse lê-lo. Desde então, tenho cuidado com a escrita, pois, quando alguém escreve um diário, por mais secreto que o mesmo possa parecer, há sempre a certeza de que há possibilidade que ele venha a ser lido. Quando criança, a escrita tratava de questões cotidianas que se dividiam entre brincadeiras e estudos. Hoje, não possuo diário. Minha escrita ainda é sobre questões cotidianas; ela não possui senhas ou cadeados. É aberta. Escrever hoje é mais do que colocar minhas ideias em um papel. Hoje, escrever é um ato político, pois entendo minha escrita como uma contribuição para a bibliografia historiográfica da cidade de Antônio Carlos.

Assim como as pessoas que escrevem diários, todos/as nós que nos propomos a escrever algo, seja em papel impresso, bilhetes, ou nas novas mídias, como blogs e perfis em redes sociais, estamos nos expondo de alguma forma e, em algum momento durante aquele processo de escrita, ansiamos por sermos lidos/as. Deixar nosso pensamento, uma emoção, um sentimento escrito, é ter a possibilidade e, talvez, o desejo contido e escondido de que queremos ser lembrados por aquilo que pensamos, fazemos e escrevemos.

Ainda que essa vontade seja um lugar por vezes distante, termino esse trabalho com os mesmos questionamentos de Robert Darnton em *O beijo de Lamourette*. O que impulsionou o historiador a escrever tal livro foi, também, uma recusa de um texto seu no *The New York Times Magazine*, por ter uma escrita que exigiria demais do/a leitor/a. Assim como Darnton, tenho percebido que nossas escritas também são, de certa forma, podadas. Livros de historiadores/as são olhados como de difícil compreensão, sendo que, as inúmeras notas de rodapé dificultariam a leitura de um público 'leigo'. Não tem sido tão incomum os livros produzidos por nossos pares em que a justificativa para se deixar tantas notas de rodapé de lado seja para alcançar um público leitor maior. Ainda assim, quer esse público leitor realmente ter contato com esse lugar que considera tão remoto, ao qual por convenção demos o nome de passado?

Ainda que esse escrito faça uso do passado, coloco-me como historiadora do tempo presente por compreender que este se dá não por fatos que aconteceram no pós Segunda Guerra Mundial, por exemplo, mas por acreditar que a história do tempo presente só se faz com fatos

que ainda ecoam na atualidade. Nem mesmo por trazer questões do cotidiano de algumas pessoas, não há como ter alguma garantia de que há interesse por parte delas em tomar conhecimento de que há um outro olhar sobre as suas questões culturais e sociais. Ainda assim, escrevi.

Durante pouco mais de dois anos, não apenas me vi lendo bibliografias relacionadas ao meu tema, pesquisei novas fontes e me debrucei sobre as mesmas na tentativa de compreendê-las. Vi meus/minhas colegas fazerem o mesmo. Esses são os ‘ossos do ofício’, do ofício de historiador/a. Já o último ano de pesquisa foi um processo de aprendizado, não apenas com relação ao meu tema de pesquisa. Foi um aprendizado para compreender o porquê de escolher essa pesquisa, sua importância.

Dentre as inúmeras considerações que pude tirar desse período de pesquisa, nenhuma delas está totalmente fechada. O trabalho que fiz aqui é uma pequena parte do grande emaranhado de questionamentos que ainda me cercam. O ponto final, portanto, não é uma conclusão. Seu uso é simbólico e serve aqui para fechar um texto, não para fechar os questionamentos com inúmeras reticências que continuam a ocupar minha mente.

No filme *Meia-noite em Paris* (2011), de Woody Allen, Gil, roteirista norte-americano, viaja com a noiva e seus pais para Paris, cidade idolatrada pelo personagem. Mais do que a cidade ser idolatrada por Gil, os anos 1920 são, para ele, uma década de ouro. Questionando-se sobre os rumos que tem dado à sua vida, à meia-noite, na cidade de Paris, Gil é transportado para o passado, justamente para o período da história que tanto admira. Nostálgico mesmo sem ter vivenciado o período, Gil romantiza o passado, pensando naquele como um tempo melhor do que o seu.

A metáfora de Allen para esse tempo líquido que se anseia por tomar nas mãos e reaproveitar aquilo que se acredita que o passado tinha de bom e glorioso, acaba retratando o anseio de muitas pessoas. Avistar em um tempo anterior ao seu coisas positivas e que deveriam se fazer presentes em seu cotidiano, são comuns. O apego ao passado, bem como os diferentes usos e lucros sobre o mesmo, tem sido capazes de mover ações que buscam retomá-lo. Leis, festas ‘típicas’ e ‘tradicionais’, monumentos, livros, reportagens... Não são poucos os meios de revalorização do passado, não apenas em Antônio Carlos, mas em tantas outras cidades.

Os/as habitantes da cidade cultivam o cultivável e, em Antônio Carlos, isso não acontece apenas em relação ao que é plantado e colhido

na terra. As pessoas se colocam como “elo de uma história que continua” (CALVINO, 2000, p. 20). Essa história continuada está posta como ‘tradição’, vivenciada por parte da população antônio-carlense, por isso, percebe-se esse elo: a ‘tradição’ só é mantida enquanto aqueles/as que a vivenciam vêem sentido em continuar a reproduzi-la, vivenciá-la e mostrá-la.

Colocar-se enquanto descendente de imigrantes alemães/ãs, aproximando-se da ideia de uma cultura alemã aqui, é posicionar-se, de alguma forma, como estrangeiro/a, pois sua cultura e possíveis ideais estariam ligadas ao outro lado do Atlântico. Afirmar-se assim, então, é diferenciar-se dos/as demais, acreditando que pertencer a um certo grupo cultural lhe confere *status*, como se a sua cultura estivesse a um nível acima das demais. Raymond Williams em *A cultura é de todos*, entende a cultura como produto e defende a ideia de que:

Uma cultura são significados comuns, o produto de todo um povo, e os significados individuais disponibilizados, o produto de uma experiência pessoal e social empenhada de um indivíduo. É estúpido e arrogante presumir que quaisquer uns desses significados podem chegar a ser prescrito: eles se constituem na vida, são feitos e refeitos, de modos que não podemos conhecer de antemão (WILLIAMS, *Op. Cit.*, p. 8).

Williams faz referências as casas de chá e de como essas são tidas, especialmente por quem as frequenta, como lugares aonde as pessoas que ali vão e estão, são detentoras da cultura, como se tudo aquilo que é vivenciado e experimentado por outras pessoas não fosse digno de ser chamado de cultura. O caso de Williams refere-se ao período em que o autor frequentou a universidade, em um tempo e espaço diferentes daquele que venho estudando. Entretanto, sua análise pode ser utilizada como maneira de tentar compreender aquilo que vem acontecendo em Antônio Carlos.

Apesar da cultura ser de todos/as, nem todos/as fazem parte de um mesmo código cultural ou grupo. As diferentes sociedades humanas, como aponta o autor, expressam sua cultura. Assim, a cultura não acontece de maneira isolada, ainda que haja intenção de, algumas vezes, diferenciar aqui e acolá quem pode vivenciar e experienciar essa cultura. Em Antônio Carlos, e em tantos outros lugares que tem tido na cultura

uma maneira de promover o turismo, isso tem sido um pouco diferente, como apontado no decorrer do texto. A cultura é de todos/as. Expandindo um pouco mais essa ideia de que a cultura é de todos/as, não no sentido de que culturas diferentes não devem ser menosprezadas, mas de que a cultura está ao alcance de todos/as, as pessoas que vão até Antônio Carlos durante a realização dos eventos ‘típicos’ são convidadas a prestigiar essa cultura. Prestigiam os desfiles, participam dos jantares e almoços, torcem por uma candidata nos desfiles para a escolha da rainha de cada festa. Conhecem um pouco mais sobre a história da cidade, seus/suas moradores/as e o modo como vivem (ou, melhor dizendo, o modo de viver que apresentam na festa). Mas isso não quer dizer que essas pessoas ‘de fora’ sejam participantes ativas desse meio. Prestigiar e participar das festas não significa que essas pessoas estejam fazendo parte desse grupo, mesmo que sejam convidadas pelas propagandas na mídia, ou por pessoas conhecidas na região. Para fazer parte da cultura, é preciso estar disposto/a a vivenciá-la frequentemente e estar disposto a mostrá-la nas festas. Não basta, nesse caso, viver a cultura na vida privada. Ela deve ser vivida de maneira pública, pois assim atrai novos olhares. Se fosse de outro modo, não haveria, nos meses de junho, julho, agosto e novembro (meses em que são realizadas as festas ‘típicas’) um ‘apelo’ da mídia vinculando discursos sobre uma cidade rural e alemã. Não haveria necessidade de uma lei intervir em um dialeto, tornando-o um segundo idioma oficial da cidade e tentando garantir sua ‘preservação’, como tantas vezes foi apontado em documentos e notícias.

Uma cultura de todos/as, onde esta ‘obedeça’ aos códigos de quem a dita, procurando garantir que seja conhecida e experimentada por muitas pessoas, tem sido objetivo de dirigentes e parte da população de Antônio Carlos e outras cidades que tem como apelo turístico culturas, identidades e memórias que estejam ligadas ao passado de imigração, seja ele alemão, italiano ou polonês.

O que fica claro com esse estudo é que o processo de desenvolvimento cultural:

[...] é feito de ofertas contínuas para uma aceitação comum; e que portanto, não devemos tentar determinar de antemão o que deve ser oferecido, mas desobstruir os canais e permitir todos os tipos de oferta, tendo o cuidado de abrir bem o espaço para o que for difícil, dar tempo suficiente para o que for original, de modo que o



que se tenha seja desenvolvimento real, e não apenas a confirmação ampliada de antigas regras (Ibidem, p. 18).

Assim sendo, ao ir a uma festa ‘típica’ da cidade, assistir ao desfile e experimentar as comidas ‘típicas’, tem-se intenção de vender uma ideia de cultura e identidade, não só carregadas de memórias, mas amparadas por elas. Poder provar os sabores da cidade, muitas vezes, significa conferir um certo *status* para quem prepara e para quem come. Para quem prepara, pois o conhecimento do prato está nas mãos (e na memória) de quem está cozinhando. Para quem consome, pois vende-se a ideia de que a pessoa está comendo algo ‘típico’ daquele lugar. A cultura, nesse caso, é consumida, mastigada e ingerida. E, a cultura dita alemã de Antônio Carlos é mais uma entre as tantas possíveis.



## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 – 202.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes: História da vida privada no Brasil Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 291 – 335.

ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para as fontes históricas. *AEDOS*, n. 8, v. 3, Jan – Jun 2011. p. 9 – 30.

AMORIM, Susana R.F.; FERNANDES, Marilne T.M.; PEREIRA, Edmundo M.M. Alimentação: A construção social da memória pelo patrimônio. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2008/anais/arquivosEPG/EPG01589\\_01\\_O.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG01589_01_O.pdf)>. Acesso em 09 de agosto de 2011.

ARANTES, Antonio Augusto. Paisagem de história: a devoração dos 500 anos. In: *Projeto História*, São Paulo, 2000. p. 63 – 96.

AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio; ROUSSO, Henry. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rouso. In: *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009.

AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan.-jun. 2011.

BARBOSA, Marialva. A comunicação ao alcance da mão: novas tecnologias e o fim do século XX. In: \_\_\_\_\_. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. P. 335 – 365.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BITENCOURT, João Batista. Sob o domínio do passado. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista. *Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade*. Chapecó: Argos, 2008. p. 125 – 158.

BOSI, Ecléa. Memória – Sonho e Memória – Trabalho. In: \_\_\_\_\_. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz; Ed. USP, 1987.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989. p. 7 – 15.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola Editorial; Florianópolis: IPOL, 2007.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *O caminho de San Giovanni*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 149 – 166.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2*. Morar, cozinhar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In:\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 169 – 191.

\_\_\_\_\_. Operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. Ler a leitura. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (orgs.). *História do ensino de leitura e escrita*: métodos e material didático. São Paulo : Editora UNESP ; Marília : Oficina Universitária, 2014. p. 21 – 42.

\_\_\_\_\_. Defesa e ilustração da noção de representação. In: *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 97 – 110.

CSERGO, Julia. A emergência das cozinhas regionais. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (dir). *História da alimentação*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1998. p. 806 – 824.

CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú ao arquivo: Escritas de si, escritas do outro. In: *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007. p. 45 – 62.

DARNTON, Robert. Introdução. In:\_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. p. 9 – 19.

DI LISCIA, MaríaHerminia. Género y memórias. In: Aljaba v.11 Luján ene./dic. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S166957042007000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S166957042007000100007&script=sci_arttext)>.

DICIONÁRIO DO AURÉLIO. *Mídia*. Disponível em:<<http://www.dicionariodoaurelio.com/midia>>. Acesso em 15 dez. 2014.

ESTEVES, Valéria König. *No caminho do sabor e da cultura: uma abordagem sobre a cozinha e o cotidiano da Estrada Bonita (Pirabeiraba Joinville/SC)*. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FALCÃO, Luiz Felipe. A Guerra Interna (Integralismo, Nazismo e Nacionalização). In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 167 – 198.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.

\_\_\_\_\_. Questões para estudos de história, memória e gênero. In: *Alcance* (História). Ano VIII, n. 6. p. 67 – 72. Itajaí, Nov. 2001.

FERREIRA, Cristina. Identidade e cidadania na comunidade Teuto-brasileira no Vale do Itajaí. In:\_\_\_\_\_: FROTSCHER, Méri (orgs). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 71 – 90.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314 – 332.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade. 1998.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. A farra do boi: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.

FROEHLICH, José Marcos; DULLIUS, Paulo Roberto; VENDRUSCOLO, Rafaela. Território Quarta Colônia/RS: Patrimônio Cultural e gastronomia em foco. In: FIRKOWSKI, Olga Lucia C. de Freitas (org.). *Transformações territoriais: experiências e desafios*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 169 – 191.

FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: Identidade, memória e poder. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri (orgs). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 185 – 205.

\_\_\_\_\_. Língua, memória e identidade. Considerações metodológicas sobre histórias de vidade migrantes bilíngues. *História Oral*, v. 14, n. 1, p. 97-122, jan.-jun. 2011.p. 97 – 122.

\_\_\_\_\_. A reinterpretação do passado. In:\_\_\_\_. *Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929 – 1950)*. Blumenau: Edifurb, 2007. p. 185 – 216.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_: INSTITUTO HUMANITAS UNISSINOS. 25 de julho: lembrando a imigração alemã no Brasil. Entrevista especial com René E. Gertz. 25 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/45624-25-de-julho-relembrando-a-imigracao-alema-no-brasil-entrevista-especial-com-rene-e-gertz>>. Acesso em 02 ago. 2013.

GUESSER, Francine. Casarios antigos na cidade de Antônio Carlos – SC. Trabalho de Conclusão da Disciplina Arquitetura Catarinense, do Curso de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor/a responsáveis: Luiz Eduardo F. Teixeira e Karine Daufenbach. 2012.

HAAS JUNIOR, Arnaldo. Histórias locais e produtores de história: reflexões sobre um regime de produção do passado. In: \_\_\_\_\_. Horizontes da escrita: historiografia, uma idéia de região e a monumentalização do passado. Alto Vale do Itajaí – SC (1985 – 2007). p. 55 – 96.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.), *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 9 – 23.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JELIN, Elizabeth. El gênero en las memorias. In: \_\_\_\_\_. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, p. 99-116.

KESTLER, Izabela M. A legislação imigratória (1930-1945) e seus fundamentos ideológicos. In: *Exílio e Literatura* - escritores de fala alemã durante a época do Nazismo. São Paulo: Ed. USP, 2003. p. 43 – 58.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memória de “Histórias femininas, memórias e experiências”. *Cadernos Pagu*. (8/9), 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Ed.; PUC-RIO, 2006.

KUPER, Adam. Cultura, diferença, identidade. In: \_\_\_\_\_. *Cultura: uma visão dos antropólogos*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LAGO, Mara; SOUZA, Carolina Duarte de; KASZUBOWSKI, Erikson; SOARES, Marina Silveira. Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. In: *Paideia*. Vol. 19, No. 44. set. – dez. 2009. p. 357 – 366.



LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_ *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

LEITE, Paula Cristina. *O cinturão verde da Grande Florianópolis – SC: Estudo de caso do município de Antônio Carlos*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia – UDESC. Orientadora: Maria Graciana Espellet de Deus Vieira. Florianópolis, 2013.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Ricardo. A INVENÇÃO DA CIDADE ETNIZADA: História e Memória na Blumenau contemporânea. (1974 – 2002). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

MARTINS, Suzana Oliveira. *Análise do discurso*. Disponível em: <[http://www.revista.ajes.edu.br/arquivos/artigo\\_20110220121606.pdf](http://www.revista.ajes.edu.br/arquivos/artigo_20110220121606.pdf)>. Acesso em 26mai. 2014.

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MICELI, Sérgio. A sociologia faz sentido. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MOTTA, Alda Britto da. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. In: *Revista Sociedade e Estado – v. 25, n. 2, mai/ago 2010*.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7 – 28, dez. 1993.

ORLANDI, Eni. Sujeito, história, linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. In: *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994. p. 53 – 59.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et. al.]. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49 – 57.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. In: *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270 – 283.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da história. In: \_\_\_\_\_. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 69 – 98.

PHILIPPI, Aderbal João. *São Pedro de Alcântara: A primeira colônia alemã de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

PIAZZA, Walter. Conceitos de povoamento e colonização. In: \_\_\_\_\_. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994. p. 11 – 13.

\_\_\_\_\_. O processo colonizador no I Império. In: \_\_\_\_\_. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994. p. 85 – 96.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2 n. 3, 1989, p. 3 – 15.

PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral. In: *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e voz, 2010. p. 19 – 35.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, abr. 1997. p. 13 – 49.

POULAIN, Jean-Pierre. A mundialização e os movimentos de deslocalização e de realocação da alimentação. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004. p. 29 – 47.

PROST, Antoine. Social e cultural, indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. P. 123 – 137.

RAPHAEL, Samuel. História local e história oral. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 19. p. 219 – 243. set. 89/fev. 90

RIAL, Carmen. As práticas alimentares e suas interpretações. In: GUIVANT, Júlia S; SPAARGAREN, Gert; RIAL, Carmen (orgs.). *Novas práticas alimentares no mercado global*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2010. p. 107 – 129.

ROLNIK, Suely. *Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura*. Disponível em: <<http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/sujeticabourdieu.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

SANTOS, C. R. A. dos. A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 54, p. 103-124, jan./jun. 2011. Editora UFPR.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SERPA, Élio; PAULO, Heloisa (org.). *O beijo através do Atlântico*. O lugar do Brasil no Panlusitanismo. Chapecó: Argos, 2001. p. 423 – 479.

SEVERO, Cristine G. Políticas Linguísticas e questões de poder. *Alfa*, São Paulo, 57 (2): p. 451 – 473, 2013.

SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

\_\_\_\_\_. Imigração e Colonização Alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 3 – 55, 1988.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Colonização. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 67 – 70.

\_\_\_\_\_. Discurso. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 101 – 105.

SILVA, Janine Gomes da. Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Joinville: Univille, 2008.

\_\_\_\_\_. Memória, alimentação e etnias. In: *História Unisinos*. 15(3): 390-397, set/dez. 2011.

SILVA, Janine Gomes da; ESTEVES, Valéria König. Narrativas e memórias de uma área rural. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. V.4 N.1 – Jan/Jul2011. p. 42 – 58.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA Filho, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37 – 50, jan./jun. 2005.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281 – 300, 2007.

SPINASSÉ, Karen Pupp. O hunsrückisch no Brasil: a língua como fator histórico da relação entre Brasil e Alemanha. In: *Espaço Plural*. Ano IX, Nº 19. 2º Semestre 2008. p. 117 – 126.

THOMPSON, E.P. Introdução: Costume e Cultura. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum: Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

WEBER, Roswithia. *Mosaico identitário: História, Identidade e Turismo nos municípios da Rota Romântica – RS*. 2006. 310 f. Tese

(Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *A Cultura é de todos*. 1958.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. In: *Revista Santa Catarina em História* - Florianópolis - UFSC – Brasil, v.1, n. 1, 2009. p. 52 – 61.

\_\_\_\_\_. Mulher alemã, mulher trabalhadeira. In: Blumenau em cadernos. Tomo XLV – n. 09/10 – set./out. 2004. p. 75 – 96.

WOORTMANN, Ellen Fenterseifer. Padrões tradicionais e modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata (org.). *A agricultura familiar à mesa*. Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2007. p. 177 – 196.

YÚDICE, George. A conveniência da cultura. In: \_\_\_\_\_. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Ed, UFMG, 2004. p. 25 – 64.

## Fontes

AGUIRRE, Claudia. *Mata... Céu... E Negros...* Projeto Revelando Brasis: documentário. 19 minutos. 2005. Disponível em: <<http://vimeo.com/15354507>>. Acesso em 04 mai. 2012.

ALESC. *Informações Municipais*: Antônio Carlos – Dados Históricos. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/consultas/informacoesmunicipais.php>>. Acesso 23 abr. 2014.

ALVES JR., Ozias. Mais um motivo para se resgatar o alemão nativo de Biguaçu. Disponível em: <<http://oziasjornalismo.blogspot.com.br/2010/03/mais-um-motivo-para-se-resgatar-o.html>>. Acesso em 05 ago. 2013.

ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO: Roteiro Turístico Regional. *Mapa Turístico*. Disponível em: <

<http://caminhosdaimigracaoalema.com.br/pagina/46/mapa-turistico>>. Acesso em 20 fev. 2014.

ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO: Roteiro Turístico Regional. Disponível em: <<http://caminhosdaimigracaoalema.com.br>>. Acesso em 20 fev. 2014.

BARBOSA, Leonida. 30 mai. 2012. Usina, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

BRALL, Detlef Werner. Apresentação. In:\_\_\_\_. Deutsch: Frage und Antwort. Lehrbuch 1. s/d.

BRASIL ALEMANHA. *Intercâmbio leva alunos do IFPLA ao Hunsrück*. Disponível em: <[http://www.brasilalemanha.com.br/portal/notice\\_print.php?id=5361](http://www.brasilalemanha.com.br/portal/notice_print.php?id=5361)>. Acesso em 05 ago. 2013.

CALDAS, Mariella. De pai para filho, José Junkes tem mais de 50 anos de trabalho com madeira. O mago dos entalhes. In: *Notícias do Dia*, Florianópolis, p. 24. 28 dez. 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei Legislativa nº 016/1993. Concede Isenção de IPTU à construções de Prédios Residenciais e Comerciais em estilo Enxaimel. 17 ago. 1993. 1p.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei Legislativa 132/2010. Dispõe sobre a cooficialização da língua Hunsrückisch no Município de Antônio Carlos. 21 set 2010. 2p.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei Legislativa nº 169/2012. Institui o Dia Municipal da Língua Hunsrückisch. 23 out. 2012. 1p.

CASAS ENXAIMEL. *O que é enxaimel?* Disponível em: <<http://www.casas enxaimel.com.br/63775387-1b07-4423-adac-31f18d092f82.aspx>>. Acesso em 04 mar. 2014.

DEUTSCHE EINWANDERUNGSWEGE – Caminhos da Imigração Alemã – Roteiro Turístico. Disponível em: <<http://issuu.com/evandroth/docs/revista-n1/1?e=3113176/2626298>>. Acesso em 20 fev. 2014.

EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). *Antônio Carlos*: Terra de oportunidades. Reportagem. Direção de Eoni Malgaresi, imagens de Jerry Bittencourt e Marco Lemos, edição de Antonio Azevedo e Sebastião de Góis e coordenação de Ângela Pinotti. 9 minutos e 19 segundos. S/d. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=7TYC0zsfL3A&feature=results\\_video&playnext=1&list=PL1BB1C894A2EAD7F0](http://www.youtube.com/watch?v=7TYC0zsfL3A&feature=results_video&playnext=1&list=PL1BB1C894A2EAD7F0)>. Acesso em: 02 abr. 2014.

FETAESC. *Divulgada programação da 37ª Festa do Colono de Antônio Carlos*. Disponível em: <<http://www.fetaesc.org.br/noticias/divulgada-programacao-da-37o-festa-do-colono-de-antonio-carlos/>>. Acesso em 25 nov. 2014.

FLORIPA CONVENTION. *Antônio Carlos*. Disponível em: <<http://floripaconvention.com.br/index.asp?dep=64>>. Acesso em 03 dez. 2014.

IBGE – Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420120&search=santa-catarina|antonio-carlos>>. Acesso em 17 fev. 2014.

IPHAN. *Patrimônio Imaterial*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=64F9E941BCDD30397AD3015E89802F57?id=10852&retorno=paginaIphan>>. Acesso em 04 abr. 2014.

IPHAN SC. *Indaial*. Disponível em: <<http://iphansc.com.br/tag/indaial/>>. Acesso em 17 nov. 2014.

IPOL. Ipol realiza Censo Linguístico e Diagnóstico da Língua Hunsrückisch. 15 jun. 2014. Disponível em: <<http://e-ipol.org/ipol-realiza-censo-linguistico-e-diagnostico-da-lingua-hunsrukisch/>>. Acesso em 15 jun. 2014.

KREMER, Rogério. *A importância do Negro no Cenário de Antônio Carlos*. Florianópolis: Edição do autor, 2013.

KREMER, Rogério. *Antônio Carlos 175 anos de história: 1830-2005*. Biguaçu: Litográfica, 2007.

KREMER, Rogério. *Entrando nas escolas de Antônio Carlos: 1830-2009*. Antônio Carlos: Edição do Autor, 2010.

KREMER, Rogério. *Reconstituição do tempo e da história de Antônio Carlos*. Antônio Carlos: Edição do Autor, 2011.

KRETZER, Altamiro. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. 09 de julho de 2013. Acervo da entrevistadora.

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ. Disponível em: <<http://issuu.com/evandroth/docs/jornal-caminhos-ed1>>. Acesso em 23 mar. 2014.

JUNKES, José. 01 de maio de 2012. Santa Maria, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

MEURER, Wendelino. 25 set. 2011. Vila Doze de Outubro, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

MEURER, Wendelino. *Antônio Carlos: sua terra e sua gente*. Antônio Carlos: Edição do Autor, 2008.

MIGUEL, Salim. *Reinvenção da Infância*. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. Minhas memórias de Biguaçu (fragmentos II). *O Estado*, Florianópolis, 19 de fevereiro de 1984. p. 29. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O HUNSRÜCK. Disponível em: <[https://sites.google.com/site/familiaanschau/ohuns\\_ruck](https://sites.google.com/site/familiaanschau/ohuns_ruck)>. Acesso em 20 jun. 2014.



OKTOBERFEST BLUMENAU. *A maior festa Alemã das Américas*. Disponível em: < <http://www.oktoberfestblumenau.com.br/>>. Acesso em 30 jan. 2015.

OLIVEIRA, Alessandra. Chuva devolve ânimo aos agricultores de Antônio Carlos Famílias de produtores rurais tentam minimizar prejuízos da seca. In: *Notícias do Dia*. Florianópolis, s/p. 20 fev. 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/144737-chuva-devolve-animo-aos-agricultores-de-antonio-carlos.html>>. Acesso em 28 out. 2014.

OLIVEIRA, Luiza. *Retratos de Santa Catarina*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <Dayanne Schetz>. em: 26 maio 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. Antônio Carlos vai receber R\$ 100 mil para resgate da Língua Hunsrückisch. Disponível em: <<http://www.antonio-carlos.sc.gov.br/conteudo/?item=923&fa=1&cd=181098>>. Acesso em 08 set. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. *Delícias da Melhor Idade*: Livro de receitas. Antônio Carlos, Outubro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. *Histórico: Colonização*. Disponível em: <<http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/conteudo/?item=22851&fa=928>>. Acesso em 17 fev. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. *Onde estamos e nossos limites*. Disponível em: <<http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/conteudo/?item=22858&fa=929&PHPSESSID=maq14cmsdaet61anfucker2viu1>>. Acesso em 03 mai. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. *Principais aspectos econômicos*. Disponível em: <<http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/conteudo/?item=22855&fa=11115&PHPSESSID=fbvd961bq0c3241ivmoqvbet20>>. Acesso em 19 fev. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. Retrospectiva de Janeiro de 2009 a junho de 2012 do Executivo. Disponível em: <<http://www.antonio-carlos.sc.gov.br/conteudo/?item=923&fa=1&cd=141770>>. Acesso em 04 mar. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei n° 1.342/2011. Autoriza o município de Antônio Carlos a firmar convênio com entidade sem fins lucrativos – Associação Caminhos da Imigração Alemã e dá outras providências. 27 jul. 2011. 1 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei n° 461. Cria o Museu do município de Antônio Carlos e dá outras providências. 23 nov. 1990. 1 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Antônio Carlos: 178 anos de Colonização Alemã (1830 – 2008). Folder. 2008. Acervo da autora.

RAMOS, Carol. Belezas que atravessam as barreiras do tempo e conservam a fé católica. Na Grande Florianópolis, igrejas construídas nos séculos passados retratam características da imigração, conservadas pela comunidade. In: *Notícias do Dia*, Florianópolis, s/p. 24 jul. 2011. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis /noticias/14094-belezas-que-atravesam-as-barreiras-do-tempo-e-conservam-a-fe-catolica.html>>. Acesso em 30 out. 2014.

REITZ, Raulino. *Alto Biguaçu*: narrativa cultural tetrarracial. Florianópolis: Ed. Lunardelli/ Ed. da UFSC, 1988.

\_\_\_\_\_. *Santa Bárbara*: Primeiro Núcleo de Colonização Alemã em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

RETRATOS DE SANTA CATARINA – Antônio Carlos. Disponível em: <<http://caminhosdaimigracaoalema.com.br/video/18/antonio-carlos-retratos-de-santa-catarina>>. Acesso em 04 mar. 2014.

REVELANDO BRASIS. *Edições anteriores*. Disponível em: <[http://www.imazul.org/revelando/index.php?id=/edicoes\\_anteriores/ano\\_o\\_materia.php&cd\\_matia=126](http://www.imazul.org/revelando/index.php?id=/edicoes_anteriores/ano_o_materia.php&cd_matia=126)>. Acesso em: 03 mai. 2012.

ROSA, Gabriel. Moradores de Biguaçu e Antônio Carlos conservam idioma trazido por alemães: O hunsrückisch chegou ao Brasil há mais de 200 anos e se mistura com o português. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 16 ago. 2013. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2013/08/moradores-de-biguaçu-e-antônio-carlos-conservam-idioma-trazido-por-alemaes-4236626.html>>. Acesso em 15 set. 2013.

SANTA CATARINA: Brasil: *Guia Turístico Grande Florianópolis*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2013.

SANTA CATARINA. Decretos da Secretaria do Interior e da Justiça. Governo Provisório. Decreto n. 24, de 09 de dezembro de 1930. Dispõe sobre a mudança de nomenclatura do Distrito de Louro para Antônio Carlos. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Decreto nº 596, de 23 de maio de 1934. Dispõe sobre o fechamento de escola estrangeira em Santa Maria e criação de outra escola no lugar. In: Decretos baixados pela Secretaria de Estado dos Negócios de Interior e Justiça em 1934. p. 111. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei Nº 88, de 31 de março de 1938. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado. Artigo 7º, p. 5. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA TURISMO. *Santa Catarina Brasil*. Disponível em: <<http://www.santacatarinaturismo.com.br/index.php>>. Acesso em 10 nov. 2014.

SANTUR. Venha descobrir Santa Catarina. Disponível em: <<http://turismo.sc.gov.br>>. Acesso em 16 nov. 2014.

SCHMITZ, Anastacia Guesser. 15 jun. 2010. Canudos, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

SCHMITZ, Nilson. 15 jun. 2010. Canudos, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

SILVA, Diego F. Venha conhecer! Antônio Carlos – SC: Um bom lugar para se viver! Panfleto explicativo com atrativos da cidade de Antônio Carlos. s/d. 4p.

SOL – SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE. Santur. Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/>>. Acesso em 16 nov. 2014.

ZILLES, Rejane. *O livro de Walachai*. 15'45''. Brasil, 2007.

ZIMMERMANN, Leonídio. *Meyne Sproch, meyne seele*– Minha língua, minha alma. Blumenau: Nova Letra, 2011.